

RAPHAEL RODRIGUES SANCHES

**SOBRE O ANTI-HUMANISMO EM MICHEL FOUCAULT E B. F.
SKINNER**

**ASSIS
2017**

RAPHAEL RODRIGUES SANCHES

**SOBRE O ANTI-HUMANISMO EM MICHEL FOUCAULT E B. F.
SKINNER**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP – Universidade
Estadual Paulista para a obtenção do título de
Doutor em Psicologia (Área de conhecimento:
Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

Bolsista CAPES

**ASSIS
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

S211s Sanches, Raphael Rodrigues
Sobre o anti-humanismo em Michel Foucault e B. F. Skinner / Raphael Rodrigues Sanches. Assis, 2017.
134 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de
Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr José Sterza Justo

1. Psicologia. 2. Behaviorismo (Psicologia). 3. Genealogia.
4. Foucault, Michel, 1926-1984. 5. Skinner, B. F. (Burrhus
Frederic) 1904-1990. I. Título.

CDD 150.1952

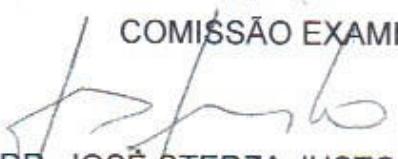
RAPHAEL RODRIGUES SANCHES

SOBRE O ANTI-HUMANISMO EM MICHEL FOUCAULT E B. F. SKINNER

Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para
obtenção do título de Doutor em
PSICOLOGIA. (Área de Conhecimento:
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 30/01/2017

COMISSÃO EXAMINADORA



PRESIDENTE: PROF. DR. JOSÉ STERZA JUSTO - UNESP/ASSIS



MEMBROS: PROF. DR. LUIZ CARLOS DA ROCHA - UNESP/ASSIS

PROFA. DRA. JULIA ZANETTI ROCCA - UFMT/RONDONÓPILIS



PROF. DR. EURÍPEDES COSTA DO NASCIMENTO - ASSIS/SP



PROF. DR. PAULO VICTOR BEZERRA - UEL/LONDRINA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

A José Sterza Justo por sempre ter fornecido, além das contribuições intelectuais, um modelo de ética nas relações profissionais e interpessoais.

A Cristina Amélia Luzio por ter me auxiliado com os primeiros passos desse estágio de minha vida e ter ajudado a escolher meu caminho

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Luiz Carlos da Rocha, Julia Zanetti, Paulo Victor Bezerra, Eurípedes Costa do Nascimento pelas argutas e imprescindíveis contribuições para a execução deste trabalho.

Ao Justo, novamente, pela generosa arguição na defesa.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação, Marcos, Zanette, Sueli e Lucilene, por sempre estarem disponíveis para resolver todos os problemas.

Aos amigos, incluindo os já citados (é difícil citar todos sem cometer uma falta), pelo apoio e companharismo.

A Dani, por toda colaboração e incentivo. Sem dúvida, esse trabalho não seria possível sem sua generosa ajuda.

A CAPES pelo apoio financeiro, indispensável para a realização dessa pesquisa.

Talvez o senhor possa inclusive explicar um pouco a maneira mais ou menos behaviorista com que o senhor Foucault trabalha recentemente.

Fons Elders (FOUCAULT, 1974/2006a, p.108)

SANCHES, Raphael Rodrigues. **Sobre o anti-humanismo em Michel Foucault e B. F. Skinner**. 2017. 134f. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

RESUMO

B. F. Skinner se dedicou a construir a filosofia e a ciência do comportamento humano sem recorrer a unidades essenciais do sujeito, como mente ou personalidade; enquanto Foucault se ocupou em descrever a história da constituição dos saberes/poderes científicos e suas relações com os modos de subjetivação da sociedade ocidental moderna. Contudo, apesar dessa marcante diferença de objetos e métodos, parece haver uma afinidade genérica entre os dois autores, a crítica aos pressupostos humanistas de sujeito autônomo ou de natureza humana como fundamentos explicativos da conduta humana, crítica que vem sendo denominada na literatura como anti-humanismo. Nesse sentido, tomando o anti-humanismo por fio condutor, a proposta do presente trabalho foi a de promover um diálogo entre os pensamentos de Foucault e Skinner no que tange às suas concepções sobre o conhecimento (saber em Foucault), e a determinação da subjetividade, bem como das condutas humanas em geral; temas tradicionalmente abordados pela filosofia e pela psicologia segundo os pressupostos humanistas descritos. A investigação chegou aos seguintes resultados: (i) Com relação ao conhecimento, ambos autores rejeitam as teorias tradicionais que o concebem como uma relação sujeito/objeto dada de antemão. Skinner analisa o conhecimento como comportamento, cuja explicação deve ser a mesma de qualquer outro comportamento operante; e, segundo a interpretação utilizada neste trabalho, adota uma ontologia relacional, o que limita a realidade ao comportamento. Acrescidas às considerações ontológicas, a concepção do comportamento verbal como não referencialista afasta por completo a compreensão da verdade como correspondência com a realidade. Foucault, por seu turno, analisa a produção de saberes como fruto das formações discursivas e extradiscursivas de determinando estrato histórico. As formações discursivas determinam tudo o que pode ser percebido e dito em determinada época. Nesse sentido, Foucault cunhou o termo ontologia do presente para designar a determinação histórica de todas as possíveis relações de conhecimento. (ii) Quanto à determinação da conduta humana (incluindo a subjetividade e a ética), os dois autores concordam que são ambientais, dadas no caso de Foucault pelas relações de poder e, para Skinner, pelas relações de controle (que incluem variáveis ambientais não sociais). O comportamento ético, ainda que encarado como autocontrole, tem suas determinações nas práticas culturais para ambos pensadores. As formas de análise de controle social dos autores apresentam convergências significativas por evitarem um nível de exame supraindividual, bem como por conceberem o surgimento e transformação das práticas culturais de controle tomando por princípio explicativo suas consequências sociais.

Palavras-chave: psicologia; behaviorismo (comportamentalismo); genealogia; Michel Foucault; Burrhus Frederic Skinner.

SANCHES, Raphael Rodrigues. **On anti-humanism in Michel Foucault and B. F. Skinner**. 2017. 134f. Thesis (Doctorate in Psychology). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

ABSTRACT

B. F. Skinner devoted himself to constructing the philosophy and science of human behavior without resorting to essential units of the subject, such as mind or personality; while Foucault was concerned with describing the history of the constitution of scientific knowledges/powers and their relations with the modes of subjectification of modern Western society. However, in spite of this marked difference of objects and methods, there seems to be a general affinity between the two authors, i.e., the critique of the humanist assumptions of autonomous subject or of human nature as explanatory foundations of human behavior, a criticism that has been called in the literature as anti-humanism. In this sense, taking the anti-humanism as a guide, the purpose of the present work was to promote a dialogue between Foucault's and Skinner's thoughts on his conceptions of knowledge, and the determination of subjectivity, as well as human behavior in general; themes traditionally analyzed by philosophy and psychology according to the humanist presuppositions described. The research has arrived at the following results: (i) Regarding knowledge, both authors reject the traditional theories that conceive it as a given subject/object relationship previously structured. Skinner analyzes knowledge as behavior, then the it's explanation must be the same as any other operant behavior; and, according to the interpretation used in this work, adopts a relational ontology, which limits reality to behavior. Added to ontological considerations, the conception of verbal behavior as non-referentialist, completely removes the understanding of truth as correspondence with reality. Foucault, in turn, analyzes the production of knowledge as the product of the discursive and extradiscursive formations of the historical stratum. Discursive formations define everything that can be perceived and said at a given time. In this sense, Foucault coined the term ontology of the present to designate the historical determination of all possible relations of knowledge. (ii) Regarding the determination of human behavior (including subjectivity and ethics), the two authors agree that they are environmental, given in the Foucault thought by power relations and, for Skinner, control relations (which include non-social environmental variables). Ethical behavior, though viewed as self-control, has its determinations in cultural practices for both thinkers. The ways of analysis of social control present in both authors has significant convergences for avoiding a level of supraindividual examination, as well as for conceiving the emergence and transformation of cultural practices of control taking as explanatory principle its social consequences.

Keywords: Psychology; Behaviorism; Genealogy; Michel Foucault; Burrhus Frederic Skinner.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 Introdução ao pensamento foucaultiano.....	18
2 Foucault e o “sujeito constituinte”	27
3 Arqueologia e as ciências humanas.....	39
3.1 A posição do sujeito do conhecimento no método arqueológico	39
3.2 As ciências humanas e o nascimento do homem	48
4 Poder e modos de subjetivação	53
4.1 Uma analítica sobre a microfísica do poder	55
4.2 Modos de Subjetivação.....	60
5 Introdução ao behaviorismo radical	66
5.1 Uma definição de comportamento	70
5.2 Modelo de seleção por consequências	75
5.2.1 <i>Nível I: filogênese</i>	76
5.2.2 <i>Nível II: Ontogênese</i>	77
5.2.3 <i>Nível III: Cultura</i>	80
6 Conhecimento, sujeito e mundo.....	82
6.1 O Perceber.....	84
6.2 Comportamento verbal e conhecimento	90
6.3 O que é o conhecimento, afinal?.....	96
7 Controle social e subjetividade.....	98
7.1 Comportamento ético no pensamento skinneriano	109
8 Possíveis diálogos entre Michel Foucault e B. F. Skinner.....	112
8.1 Sobre as condições de possibilidade do conhecimento e as concepções de verdade	112
8.2 Sobre a determinação social da subjetividade e da conduta humana.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126

APRESENTAÇÃO

Foucault e Skinner nunca se encontraram, embora dividissem, em certo sentido, uma preocupação comum com relação à constituição do homem. Skinner nunca escreveu sobre a filosofia de Foucault e este, mencionou o behaviorismo poucas vezes em sua obra. A análise mais detida que Foucault realizou sobre o behaviorismo se deu em um de seus primeiros textos, intitulado *A psicologia de 1850 a 1950* (FOUCAULT 1957/2006b). A tese apresentada naquela obra é a de que, paradoxalmente, ao perseguir a objetividade no estudo do comportamento, a psicologia se viu forçada a admitir no humano uma realidade outra que não a biológica, esta entendida como um setor da natureza que seria regido por leis naturais passíveis de serem descritas. O fracasso da objetividade científica transposta das ciências naturais em explicar o comportamento humano, ainda segundo Foucault (1957/2006b), teria aberto espaço para uma nova proposição teórica e metodológica, a saber, a de “Tomar o homem não no nível desse denominador comum que o assimila a todo ser vivente, mas no seu próprio nível, nas condutas nas quais se exprime, na consciência que se reconhece, na história pessoal através da qual ele se constituiu”. (IDEM, p. 139). Essa era a exigência presente nas críticas às concepções mecanicistas do behaviorismo watsoniano e da reflexologia de Pavlov, que concebiam os comportamentos complexos (hábitos ou atos¹) apenas como uma sequência de diferentes reflexos (reações aos estímulos físicos presentes no ambiente).

O que está em questão nessas críticas é o sentido ou significado do comportamento, problema colocado anteriormente por Koffka (1935/2013) e depois por Merleau-Ponty (1942/1963) em termos muito semelhantes aos de Foucault (1957/2006b). Problema que em sua forma mais elementar² é o de como dar a unidade dos pequenos gestos que compõe, por exemplo, o ato de beber água senão por sua meta de “matar a sede”. Discussão que repõe para a psicologia a questão –

¹ Conforme Watson (1919), we sometimes use the popular term 'act' or adjustment, meaning by that that the whole group of responses" is integrated in such a way (instinct or habit) that the individual does something which we have a name for, that is, 'takes food,' 'builds a house,' 'swims,' 'writes a letter,' 'talks.'" (WATSON, p. 11 e 12).

² O problema é complexo demais para ser desenvolvido nesse espaço e sua exposição extrapolaria o intuito desta apresentação. Mas a questão é instigante. Certamente, o sentido cultural, simbólico, ou mesmo inconsciente do comportamento humano esta longe de ser contemplado nesse singelo exemplo do ato de beber água. Para uma maior apreciação da temática, recomenda-se a visita à obra *A estrutura do comportamento*. (MERLEAU-PONTY, 1942/1963)

rechaçada pelos behavioristas – do *status* causal da intencionalidade ou da interioridade na explicação dos comportamentos complexos.

Após apontar o fracasso do behaviorismo watsoniano em explicar os comportamentos complexos, Foucault (1957/2006b) apresenta o behaviorismo molar de Edward Tolman como uma evidência do reconhecimento por parte dos próprios behavioristas da necessidade de adotar o sentido como noção explicativa do comportamento. E, de fato, Foucault tem razão, pois Tolman afirma que o comportamento molar, complexo, pode ser entendido não somente como dotado de intencionalidade ou propósito, mas que também seria mediado por “postulações cognitivas” sobre o ambiente, estas formadas por experiências anteriores. (TOLMAN, 1966, p. 51 apud LOPES, 2009). Nesse sentido, pode-se dizer que Tolman inseriu no modelo behaviorista a noção explicativa de sentido, mas não o fez de uma vez por todas, uma vez que ela não aparece nas formulações posteriores, elaboradas por Skinner. Há n’ *A psicologia de 1850 a 1950* a notável ausência de qualquer referência a Skinner ou ao modelo do comportamento operante, modelo que não necessita da noção explicativa de sentido ou intencionalidade e que se apresenta, ao mesmo tempo, como a superação do behaviorismo de Watson e de Tolman.

Foucault escreveu sobre o behaviorismo, mas não sobre o behaviorismo skinneriano. Não fosse esse fato, este ensaio poderia ser melhor pautado. Mas não há porque se explicar o motivo desses dois autores não terem se dedicado a compreender a obra um do outro. Uma explicação caberia melhor caso a situação fosse contrária, pois embora contemporâneos e amplamente conhecidos, é preciso notar que circulavam em universos distintos, com propostas filosóficas e políticas que em muitos pontos podem ser consideradas adversárias. Skinner se dedicou a construir a filosofia e a ciência do comportamento humano sem recorrer a unidades essenciais do humano, como a mente ou a personalidade; e Foucault, a descrever a história da constituição dos saberes/poderes científicos e suas relações com os modos de subjetivação da sociedade ocidental moderna. Skinner queria construir tecnologias científicas para programar uma cultura melhor, já Foucault propugnava uma insubordinação ativa à ciência e ao controle social ou, ao menos, ao controle social como se apresentava naquele momento.

Mas essa marcante diferença entre os autores, se em um primeiro momento não convida, seguramente não impede que se estabeleça entre suas obras um diálogo

instigante, ainda que não se espere de tal diálogo a formação de consensos. Talvez por isso, ainda que haja pesquisas nesse sentido, elas sejam tão poucas e tão localizadas. Na revisão bibliográfica realizada não foram encontrados trabalhos no exterior que estabelecessem alguma comparação entre o pensamento de Skinner e Foucault, e no Brasil foram encontrados apenas três artigos (SÁ, 1983; WEBER, 1989; FLORES et al., 2012). Dentre esses, apenas dois se dedicam efetivamente a apresentar pontos de contato entre os dois autores (SÁ, 1983; FLORES et al., 2012).

O trabalho de Weber (1989) tem o objetivo de apresentar e discutir o conceito de poder na obra de Skinner, recorrendo às conceituações de agências controladoras e utilizando como exemplo o governo e a lei. A menção à obra de Foucault se dá apenas em um momento do texto com o intuito de sinalizar uma possível similaridade entre os conceitos de poder em ambos os autores, a saber, seu caráter relacional e não substancial: tanto para Foucault quanto para Skinner, o poder é compreendido como uma relação entre indivíduos ou entre indivíduos e grupos ou instituições.

Sá (1983) tem por objetivo apresentar algumas possíveis afinidades específicas entre as teorias de Foucault e Skinner, dentre as quais estão os conceitos principais dos dois autores, poder e controle, respectivamente. Seu artigo chega à conclusão de que, apesar da aparente similaridade entre os conceitos de controle e poder, eles não se afiguram como conceitos afins, uma vez que o primeiro foi concebido dentro de uma perspectiva “naturalista, unitária e genérica” (p. 136), enquanto o segundo, partindo de “uma perspectiva histórica pluralista e fragmentária” (IDEM, p. 136). O controle para Skinner seria decorrência de sua hipótese de trabalho, segundo a qual o comportamento como variável dependente é sempre controlado por variáveis ambientais. Enquanto a concepção de poder para Foucault seria caudatária de encontrada na obra de Nietzsche, que vislumbra o devir histórico como uma perpétua disputa de forças. Quanto às afinidades, Sá (1983) destaca quatro: (1) a noção de que o conhecimento – saber em Foucault e comportamento verbal em Skinner – é produto das relações de poder em um caso, e das operações de controle em outro; (2) a utilização, por ambos, de métodos empiristas e a rejeição do raciocínio hipotético-dedutivo; (3) a rejeição da noção de autonomia do sujeito; (4) a utilização de unidades analíticas não essencialistas, poder e controle, para explicar as esferas mais institucionalizadas da sociedade (Estado, economia, religião).

Flores et al. (2012) objetivam discutir a posição do pensamento de Skinner e de Foucault em relação ao que consideram ser uma das quatro características fundamentais do pensamento moderno, a saber, a construção de teorias totalizadoras; o historicismo; a autonomia do sujeito; e formulações sobre a natureza humana. Conforme esse artigo, a principal divergência entre os autores estudados se dá em relação à construção de teorias totalizadoras, dado que Foucault não teria se ocupado em sistematizar um pensamento unificado e de alcance explicativo mais geral - e até se opôs a isso - e Skinner criou sua ciência do comportamento humano com pretensões de explicar não somente o comportamento individual, como o funcionamento das instituições. Com relação ao historicismo, foi destacado que enquanto Foucault rejeita qualquer categoria teleológica, Skinner, apesar de seu pensamento selecionista, se contradiz ao afirmar ser a ciência um modo de conhecimento cumulativo e progressivo. A maior convergência no pensamento dos dois autores se dá, sem dúvida, em relação às suas críticas às noções de sujeito autônomo e natureza humana.

O que a discussão ensejada pelos trabalhos apresentados acima parece apontar é para uma afinidade genérica, a crítica aos pressupostos humanistas de sujeito autônomo ou de natureza humana, da qual afinidades específicas – sujeito como produto do conhecimento e das relações sociais de poder ou controle - podem ser derivadas, ainda que não de maneira direta. As afinidades específicas não são decorrência lógica da postura antiessencialista ou antihumanista de Foucault e de Skinner. Elas parecem ser melhor entendidas como fruto das diferentes opções metodológicas utilizadas por esses autores cujo denominador comum parece ser um ceticismo em relação às ficções explicativas vinculadas a concepções humanistas: o método filosófico-historiográfico de Foucault não é sob outros aspectos comparável ao delineamento experimental de sujeito único adotado por Skinner e suas extrapolações explicativas das esferas institucionais. Assim, ainda que não seja possível afirmar que ambos os autores construíram seus referenciais teórico-metodológicos com vistas exclusivamente a criticar as concepções vigentes de homem, o anti-humanismo parece ser um traço essencial dessas formulações, na medida em que são rejeitadas as explicações essencialistas em prol das relacionais (ou correlacionais).

Reconhece-se a amplitude e a mobilidade da temática humanista e que não é possível reduzi-las às características apontadas acima. O humanismo é um termo demasiadamente genérico e carrega entre seus significados posições tais como a laicidade, assumida pelos dois autores investigados por esse trabalho. Contudo o anti-humanismo como crítica ao humanismo entendido nos termos da fundação de uma interioridade (alma ou psique), da consciência ou razão, da unidade do sujeito e da liberdade fundamental ou autodeterminação, está consagrado na literatura que aborda a obra foucaultiana (PADEN, 1987; HAN-PILE, 2010) e não parece ser contraditório ao pensamento skinneriano, que foi construído como uma crítica a essas características.

Nesse sentido, tomando o anti-humanismo, tal como definido acima, por fio condutor, a proposta do presente trabalho é a de promover um diálogo entre o pensamento de Foucault e Skinner no que tange às problemáticas que seguem o percurso filosófico de Foucault – o conhecimento ou melhor, o saber (sobretudo na arqueologia, mas também na genealogia); e a determinação da subjetividade e da conduta humana pelas relações de poder (genealogia do poder e da ética) – estabelecendo as devidas correspondências na obra de Skinner. Essa estratégia se justifica na medida em que apresentar as diferentes teorias em suas especificidades tornaria o trabalho mais oneroso e menos profícuo. Partir de Skinner e verificar as correspondências em Foucault, por outro lado, seria ainda mais artificial, pois mesmo que Foucault estivesse interessado pela conduta humana, não a investigou pelo viés psicológico.

Dadas essas características, optou-se pela seguinte estrutura de exposição: as temáticas estabelecidas serão desenvolvidas, em separado, nos dois autores. Serão realizadas breves introduções às suas obras e, no caso de Foucault, será exposto, adicionalmente, um capítulo (Capítulo 2) que versará sobre sua produção filosófica “não autoral”. O trabalho “não autoral” de Foucault é relevante na medida em que sua filosofia posterior se encarregará de superá-lo.

O capítulo 1, *Introdução ao pensamento foucaultiano*, trará uma visão panorâmica de sua obra, apresentando sucintamente os três períodos de seu percurso filosófico: arqueologia, genealogia do poder e genealogia da ética. Será dado destaque a sua característica anti-academicista e ao desenvolvimento não linear de um modo de pensamento filosófico não sistemático. Atravessando as diversas

temáticas abordadas por Foucault, a preocupação com a constituição do sujeito na modernidade, aparecerá como traço capaz de dar unidade a essa multiplicidade.

No segundo capítulo, *O sujeito constituinte no primeiro Foucault*, serão apresentados dois escritos foucaultianos da década de 1950, a saber, a *Introdução à Sonho e Existência* de Biswanger (FOUCAULT, 1954/2006c) e *Doença Mental e Personalidade* (FOUCAULT, 1954), nos quais o autor defende a importância, respectivamente, da fenomenologia e do marxismo para um “verdadeiro” entendimento sobre o homem. Essas obras contêm a reflexão foucaultiana sobre o horizonte de pensamento de sua época (fenomenologia e marxismo), que servirá de base para a sua crítica ao humanismo nas décadas subsequentes.

O terceiro capítulo, *Arqueologia e as ciências humanas*, abordará as principais características do pensamento foucaultiano da década de 60. Nesse período, Foucault desenvolveu sua Arqueologia do Saber, um método inusitado para descrever, ou melhor, reescrever a história das ideias, ou como ele denominou, história dos sistemas de pensamento (FOUCAULT, 1970/1996a). A novidade do método consiste em tratar de uma maneira não hierarquicamente distinta e não evolutiva diferentes saberes como os provindos das crenças populares, da literatura, da religião e das ciências. Assim, Foucault traçará uma história descontínua (não evolutiva ou progressiva) dos saberes que não levará em conta os temas das grandes descobertas e os tradicionais problemas relacionados à reflexão do sujeito do conhecimento. A Arqueologia do saber, que será descrita, é um método que pressupõe a produção do conhecimento sem sujeito, regido unicamente por regras discursivas que primariamente se autorregulam, mas que também estabelecem relações com o contexto socioeconômico, externo à produção do saber. Tais relações não são, contudo, a simples expressão ideológica ou científica da dominação de classes, como queriam os historiadores marxistas. Como exemplo da aplicação do método arqueológico será apresentado o surgimento no século XIX do problema em torno do Homem, tal qual desenvolvido em *As Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 1966/2000).

No capítulo 4, *Poder, liberdade e modos de subjetivação*, serão apresentadas as principais características da concepção foucaultiana de poder e de seu método de análise. Não serão abordadas as especificidades dos diferentes poderes estudados por Foucault, a saber, pastoral, soberano, disciplinar e biopoder. Estes aparecerão eventualmente apenas de maneira ilustrativa. O objetivo será, antes, o de mostrar a

conceituação geral do poder e de seu método de análise do qual os diferentes poderes constituem suas formas empíricas. Nesse sentido, recorrer-se-á a obras “teóricas” sobre o poder. Serão elas: *O Sujeito e o Poder* (FOUCAULT, 1982/1995), *Genealogia e Poder* (FOUCAULT, 1976/1979a), *Soberania e Disciplina* (FOUCAULT, 1976/1979b), *Governamentalidade* (FOUCAULT, 1976/2005a), além do capítulo metodológico da *História da Sexualidade I* (FOUCAULT, 1976/1999). As problemáticas a serem desenvolvidas são a relação saber/poder/verdade; o exercício de poder e modo de subjetivação; e poder e resistência. Também será discutida a possibilidade de se pensar uma conduta não submetida diretamente aos controles sociais exercidos pelas diferentes instituições. Em outros termos, tratar-se-á de apresentar uma ética sem sujeito, ou melhor, a formação do sujeito pela prática ética. O Bem para Foucault parece ser a invenção de novas formas de existência, nas quais as “paixões” sejam aplacadas não em nome de uma exigência moral, mas de uma estética da existência. Para essa discussão serão utilizados os volumes *II* e *III da História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1984/1998; 1984/2005b).

O capítulo 5 será dedicado à introdução ao behaviorismo radical, discutindo os aspectos apresentados como os traços distintivos entre o que se convencionou chamar de behaviorismo metodológico ou watsoniano e o behaviorismo desenvolvido por Skinner. Não estarão de fora as considerações sobre a postura monista adotada por Skinner, que nega o dualismo cartesiano (mente x corpo) e que permite, assim, o estudo do comportamento humano como um evento natural descrito como uma relação entre o organismo e o ambiente (natural/social) na qual a resposta é função das contingências ambientais (de um conjunto de contingências, de sua história). O comportamento, unidade de análise do behaviorismo, é concebido sem se fazer referência às tradicionais categorias que povoam o ideário humanista, tais como às de volição, espontaneidade e criatividade (como atributo do indivíduo); ou de que o comportamento humano é racional ou guiado por um conjunto de ideias ou crenças. Com relação especificamente ao comportamento humano, será apresentado o modelo de seleção por consequências em seus níveis filogenético (evolução das espécies), ontogenético (história pessoal) e cultural (história cultural). O ser humano é um organismo com uma dotação genética que, ao mesmo tempo, assegura e limita suas condutas; condutas que aprende no decorrer de sua existência e que são prescritas e sancionadas pelas diversas instituições sociais.

Para estabelecer um paralelo entre os conteúdos desenvolvidos em *A arqueologia e as ciências humanas*, no Capítulo 6 – *Conhecimento, sujeito e verdade* – serão expostas as concepções skinnerianas sobre o conhecimento (como relação de conhecer e como produto, como saber fazer). Também será discutida a posição tradicionalmente atribuída ao sujeito do conhecimento nessa perspectiva behaviorista radical. Nos dois sentidos que assume (relação e produto) o conhecimento no behaviorismo skinneriano é entendido como uma ação no/sobre o mundo (ambiente) que deve ser explicada da mesma forma que todo comportamento operante: como uma relação funcional na qual o comportamento é determinado pelo ambiente. O ato de conhecer está subordinado à história de condicionamento individual cuja forma é ditada pela cultura, principalmente ao se restringir o âmbito da análise ao conhecimento como sinônimo de saber, isto é, aquele que se pode acumular e transmitir entre as gerações. Nesse sentido, grande parte do que se reconhece como sendo “o conhecimento” é compreendido como formas de comportamento verbal que somente os seres humanos são capazes de exibir, assim como o são também as manifestações estéticas em geral e o comportamento ético. Como comportamento verbal, o conhecimento, ainda que científico, não descreve as leis da natureza: a lei da gravidade, por exemplo, não governa a queda dos corpos (ou sua mútua atração), mas o comportamento daqueles que são capazes de determinar e prever a posição dos corpos em suas coordenadas espaciais e temporais. E, nesse sentido, se fará mister apresentar a concepção skinneriana de verdade. Tais temas serão abordados tomando como referências básicas as obras: *Ciência e Comportamento Humano* (SKINNER, 1953/2005), *Comportamento Verbal* (SKINNER, 1957), *Contingências de Reforçamento* (SKINNER, 1969a) e *Sobre o Behaviorismo* (SKINNER, 1974).

Seguindo os motes do diálogo entre os dois autores, o Capítulo 7- *Controle social e subjetividade* - versará sobre as concepções de controle social e poder em Skinner, ou seja, das práticas institucionalizadas de governo, que recebem em sua obra o nome de “Agências de Controle”. O controle social é reconhecidamente a principal fonte de controle do comportamento humano para o behaviorismo radical e dentre as diversas agências de controle contemporâneas, Skinner se dedicou a examinar o governo e a lei; a educação; a religião; a economia; e a psicoterapia (SKINNER, 1953/2005). De maneira geral, essas instituições, nascidas na modernidade, valem-se das noções - caras ao capitalismo - de liberdade e de

dignidade: o controle é exercido levando em consideração o mérito e a responsabilização individuais. Nesse sentido, serão apresentadas e discutidas nessa seção o exame skinneriano do controle social e das agências de controle contidos na obra *Ciência e Comportamento Humano* (1953/2005), bem como os principais argumentos contidos na crítica skinneriana ao homem autônomo, extraídas da obra *Para além da liberdade e da dignidade* (1971/1976). Também será abordada a discussão da ética no behaviorismo radical, questionando, primariamente, a possibilidade de compreensão de um comportamento ético, assumindo as premissas do controle ambiental sobre o indivíduo. A questão a ser colocada é: em que medida se pode falar em conduta ética, uma vez que esta tradicionalmente pressupõe a autonomia do sujeito face às suas “necessidades” e às demais demandas do ambiente. Essa discussão será norteadada pelos argumentos apresentados em *Ciência e Comportamento Humano* (1953/2005) e *Sobre o Behaviorismo* (1974). Adicionalmente, se apresentará a possibilidade de pensar uma prescrição ética a partir dos pressupostos de uma ciência do comportamento humano, ou ao menos das prescrições morais contidas no romance utópico *Walden Two* (1969/1972).

No Capítulo 8 serão tecidos alguns dos possíveis diálogos entre as obras de Michel Foucault e B. F. Skinner sobretudo no que tange às discussões epistemológicas e a determinação social do sujeito, das condutas humanas em geral. Por fim, seguem-se breves considerações finais.

1 Introdução ao pensamento foucaultiano

Durante os anos 1945-1965 (falo da Europa) existia uma certa forma correta de pensar, um certo estilo de discurso político, uma certa ética do intelectual. Era preciso ser unha e carne com Marx, não deixar seus sonhos vagabundarem muito longe de Freud e tratar os sistemas de signos - e significantes - com o maior respeito. Tais eram as três condições que tornavam aceitável essa singular ocupação que era a de escrever e de enunciar uma parte da verdade sobre si mesmo e sobre sua época. (FOUCAULT, 1977/1996b, p. XI).

Foucault não sistematizou uma filosofia, embora haja tantos foucaultianos nos dias de hoje. Aqueles que têm se utilizado de alguma forma do pensamento do filósofo francês evidentemente não se equivocam, aliás, são a evidência mais clara de que o pensamento foucaultiano cumpriu a finalidade de semear suas raízes filosóficas. É que não há, sob pena de incoerência, foucaultianos do mesmo modo que há marxistas, para tomar um exemplo de maior importância para o pensamento da esquerda. Marx, Engels, Lênin e outros camaradas desenvolveram uma teoria global da sociedade humana, por meio da qual é possível interpretar qualquer fenômeno humano fazendo sua derivação direta ou indireta da infraestrutura econômica, do modo de produção característico de cada época, dos efeitos de dominação da classe proprietária sobre a classe despossuída. Bem por isso, o pensamento marxista se oferece de maneira privilegiada como uma espécie de texto sagrado à exegese de seus discípulos que querem encontrar alguma resposta para um fenômeno histórico ou atual. Um dos exemplos dados por Foucault sobre o mal uso de Marx advém de um artigo escrito por Étienne Balibar, discípulo de Althusser, no qual Balibar tenta demonstrar “em 20 páginas, a partir de uma ou duas frases de Marx, que Marx bem previu a transformação do aparelho de Estado no interior do processo revolucionário e, de algum modo, desde o começo mesmo do processo revolucionário.” (FOUCAULT, 1973/2006e, p. 50). Que fique claro, a crítica que Foucault endereça aos que ele chama de “marxistas frouxos” restringe-se nesse momento ao academicismo um tanto evangélico destes, ao “respeito infinito que têm pelo texto, o que os acorrenta à tradição acadêmica de explicação de texto.” (IDEM, p. 51).

É certo que o uso de Marx em questões de economia política, ainda que em tom premonitório, em uma premonição retrospectiva, não parece abusivo. Foucault

fornece, então, outro exemplo, agora sem citar fontes, sobre o uso do pensamento marxiano em outro domínio, a história das ciências:

a história das ciências é com toda certeza um domínio histórico extraordinariamente importante, e no qual foi implantada a utilização de um certo número de conceitos, de métodos, de perspectivas devidos a Marx. Ora, ocorre que a história das ciências, na tradição marxista de algum modo ortodoxa, foi muito rapidamente delineada por Engels. Ela o foi igualmente, até certo ponto, por Lênin em *Empirocriticismo*. De fato, seja qual for a competência de Engels, que era grande, o estado da ciência mudou muito nossas perspectivas, quando eles escreviam, um, o *Anti-Dühring* ou *Dialética da Natureza*, e o outro, *Empirocriticismo*. (IDEM, p. 51).

A querela, sempre companheira, mas sem transigências, de Foucault com os marxistas e com o pensamento marxiano, é bem conhecida e documentada; e é de fundamental importância para a compreensão do pensamento foucaultiano. Pode-se mesmo dizer que a obra de Foucault é uma tentativa de superar alguns problemas no âmbito do marxismo, ou mais especificamente, o que ele costumava denominar de marxismo humanista, uma junção entre a fenomenologia e o marxismo, sobretudo na figura de Sartre, mas também do freudomarxismo, entre outros (FOUCAULT, 1968/1994). Ainda há muito do que se falar da crítica ao humanismo, mas por ora basta reter o essencial: o pensamento de Foucault se afigura como uma franca oposição a teorias globais e totalizadoras (das quais o marxismo é, talvez, o exemplo maior, ao lado da psicanálise) e à “globalização” de teorias, como no exemplo do academicismo balibariano citado.

Outra característica que marca a trajetória filosófica de Michel Foucault é a multiplicidade, o caráter regional e fragmentário, a descontinuidade. Tais adjetivos são utilizados para descrever um novo tipo de saber que se ocupa de temas tão diversos e marginais à filosofia tradicional como a loucura, a delinquência, a sexualidade e a ética (ou o cuidado de si, nos termos foucaultianos); e que se utiliza de metodologias igualmente diversas, ao mesmo tempo históricas e filosóficas (DREYFUS; RABINOW, 1982/1995), como a arqueologia e a genealogia. A tradicional divisão da obra de Foucault segue a mudança das temáticas e a decorrente mudança metodológica em três grandes períodos: arqueologia do saber, genealogia do poder e genealogia da ética.

O período arqueológico caracteriza-se pela tentativa de fazer uma história das condições de possibilidades³ do surgimento de algumas das ciências humanas ou, entendido de modo complementar, a história da constituição do homem pelos discursos das ciências humanas. Duas das principais características do pensamento arqueológico são: a noção de ruptura e descontinuidade epistêmica, que se opõe a concepção de progresso da racionalidade; e a do conhecimento como realidade puramente discursiva, ou seja, a posição de que aquilo que chamamos de conhecimento não existe além ou aquém do discurso.

Uma história das ciências humanas como um todo ou de quaisquer de suas disciplinas tradicionalmente enfatizaria o aperfeiçoamento dos métodos que permitiriam isolar progressivamente melhor os objetos e conhecer sua verdade antes oculta. Esse pensamento de tipo evolutivo fundamenta-se tanto na teleologia histórica hegeliana, que afirma que a história é o desenvolvimento do Espírito, quanto na lei dos estados comteana, que julga ser a ciência o estado natural mais avançado do conhecimento. Nesse sentido, a arqueologia se diferencia da tradicional história das ciências na medida em que se opõe à concepção de que os saberes se organizam como sucessão progressiva de conhecimentos, que se desenvolveriam das formas mais rudimentares à objetividade última, esta expressa pela formalização científica.

A história arqueológica nem é evolutiva, nem retrospectiva, nem mesmo recorrente; ela é epistêmica; nem postula a existência de um progresso contínuo, nem de um progresso descontínuo; pensa a descontinuidade neutralizando a questão do progresso, o que é possível na medida em que abole a atualidade da ciência como critério de julgamento de um saber do passado (MACHADO, 1979, p. 155).

Ao descrever as descontinuidades e rupturas de determinados saberes, o pensamento arqueológico não tem por objetivo apenas caracterizar a dispersão epistêmica que não segue uma ordem progressiva. Seu intento é, antes, o de fazer aparecer nessas rupturas a fabricação discursiva dos saberes. Dizer que o conhecimento é um ato discursivo e que não existe além ou aquém do discurso significa que as condições do conhecimento não estão nem no objeto tampouco nos

³ Condições de possibilidades podem ser entendidas tanto como às leis de produção dos discursos, que sancionam se determinado enunciado pode ou não ser dito em uma disciplina, quanto às práticas institucionais que formam os objetos dos quais se pode falar. No primeiro caso pode-se tomar como exemplo o discurso da hereditariedade de Mendel que não pôde se aceitar pela biologia de sua época. No segundo, pode-se citar a reforma do sistema prisional francês como a condição para o surgimento e a consolidação do discurso da criminologia. Cf. Foucault, (1975/2009).

a priori da sensibilidade ou do intelecto, mas que tanto o sujeito do conhecimento quanto o objeto a conhecer são instaurados a um só instante pelas práticas discursivas. Por isso Foucault (1969/2008a) afirma que os *a priori* do conhecimento são históricos. Nesse sentido, uma das precauções metodológicas principais do arqueólogo deve ser a de

não imaginar que o mundo nos mostra uma face legível que apenas teríamos de decifrar; ele não é cúmplice do nosso conhecimento; não há uma providência pré-discursiva que o volte para nós. É necessário conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, em todo o caso como uma prática que lhes impomos; e é nessa prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio da sua regularidade. (FOUCAULT, 1970/1996a, p. 53).

Como o saber não habita o mundo, nem o sujeito do conhecimento preside sua construção, pode-se entender a arqueologia como a história da construção da relação sujeito/objeto. Particularmente, interessaram a Foucault os saberes que tomaram o homem em sua dupla função: objeto empírico de conhecimento e sujeito (transcendental) doador de sentido. E, nesse sentido, *As palavras e as coisas* (1966/2000) não é apenas uma arqueologia das ciências humanas, mas a história da constituição da figura do homem como o “duplo empírico transcendental”.

Com relação ao período genealógico, surge uma nova analítica, que privilegia não mais o plano discursivo, mas as práticas sociais não discursivas e sua relação com os discursos. Trata-se de investigar como as relações de poder, entendidas de maneira geral como toda a ação institucional ou individual que visa conduzir as condutas de outrem (DREYFUS; RABINOW, 1982/1995) engendram novos saberes e estes, por sua vez, reforçam as formas de poder instituídas ou multiplicam novas esferas de poder. Sobre a relação entre saber e poder, Foucault (1977/2006d, p. 229) comenta em uma de suas entrevistas:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tomam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam.

Em um primeiro momento, a genealogia do poder busca desnaturalizar a ideia corrente na filosofia ocidental desde a era clássica, a saber, de que o saber é puro, desprovido de qualquer relação com o poder, tanto em seus efeitos quanto em sua

produção. Ideia que remete à disputa entre Platão e os sofistas e que Foucault (1970/1996, pp. 17-18) resume desta forma:

ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro — no sentido forte e valorizado da palavra —, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e temor, ao qual era necessário submeter-se, porque reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e segundo o ritual requerido; era o discurso que dizia a justiça e atribuía a cada um a sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não apenas anunciava o que haveria de passar-se, mas contribuía para a sua realização, obtinha a adesão dos homens e desse modo se entretencia com o destino. Ora, um século mais tarde, a maior das verdades já não estava naquilo que o discurso *era* ou naquilo que *fazia*, mas sim naquilo que o discurso *dizia*: chegou o dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado de enunciação, eficaz e justo, para o próprio enunciado: para o seu sentido, a sua forma, o seu objeto, a sua relação à referência. Entre Hesíodo e Platão uma certa partilha se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; nova partilha, uma vez que daí em diante o discurso verdadeiro deixa de ser o discurso valioso e desejável, uma vez que o discurso verdadeiro já não é o discurso ligado ao exercício do poder. O sofista é encurralado.

A genealogia não tem apenas o objetivo de desnaturalizar a ideia de que não há vinculação entre saber e poder, mas de descrever as diferentes formas de exercício de poder mais ou menos institucionalizados que são características em nossa sociedade. Assim, Foucault (1976/2005a) reconhece duas categorias de poder com relação à gestão da vida: o poder soberano e o biopoder. Enquanto o poder soberano expressa-se no direito que o príncipe, o soberano de um território, tem de dispor da vida de seus súditos, o biopoder se expressa majorando a vida, não somente estendendo sua duração, mas dotando os corpos de capacidades e habilidades, extraindo deles seu máximo potencial. O poder soberano, característico das monarquias absolutistas, que incide sobre a vida apenas em seu limiar, “fazendo morrer ou deixando viver”, apesar de existir em nossas sociedades, ocorre não mais que em situações pontuais, como no caso de extermínio do inimigo de Estado, daqueles que ameaçam a soberania das instituições. Essa figura de inimigo de estado talvez encontre atualmente sua maior expressão no assim chamado terrorista e no traficante de drogas (SANCHES, 2010).

Nas sociedades ocidentais modernas, a forma característica de poder é o Biopoder. Foucault agrupa sob esta rubrica duas series distintas de poder: a anátomo-política ou poder disciplinar e a biopolítica. O poder disciplinar é o conjunto de práticas discursivas e não discursivas que tem por objetivo último transformar os indivíduos em seres úteis economicamente e dóceis politicamente. São práticas de adestramento que se desenvolveram em torno de instituições como a escola, o hospital, o quartel, a

fábrica, a prisão e que se utilizam de vigilância constante e sanções normativas para controlar as condutas. As normas de conduta não se restringem a essas instituições, mas estão espalhadas em todas as esferas sociais. Os discursos científicos sobre o homem ou os “discursos com pretensões científicas — o discurso médico, o discurso psiquiátrico, o discurso sociológico também” (FOUCAULT, 1970/1996a, p. 20) prescrevem a maneira correta de comer, relacionar-se, fazer sexo, divertir-se, etc.

Quanto à biopolítica, esta se caracteriza por ser uma forma de regulação do comportamento em nível mais geral, que não toma o indivíduo como objeto, mas a população. Os alvos da biopolítica são os efeitos da convivência de um conjunto de seres humanos em relação ao seu ambiente: trata-se de fenômenos como a natalidade, a morbidade, a mortalidade, a expectativa de vida; mas também desvios sociais como todas as formas de criminalidade. O saber privilegiado da biopolítica é a medicina, particularmente a epidemiologia. Foucault (1976/2005a, p. 297) descreve a biopolítica como

uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma População que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase; a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. (...) num caso [poder disciplinar], trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades e, no outro [biopolítica], de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto.

Essas duas tecnologias complementares de poder, biopolítica e disciplina são os objetos de estudo do período da genealogia do poder. O poder disciplinar está melhor descrito em obras como *Vigiar e Punir* e no curso *O poder psiquiátrico*; e a biopolítica é o tema de uma série de cursos como *Em defesa da sociedade*, *O nascimento da biopolítica* e *Segurança, território e população*.

O período da genealogia da ética, que compreende os volumes II e III da *História da Sexualidade* até os últimos cursos e escritos de Foucault, não se constitui, como é comum se pensar, em uma mudança de objeto: do poder à ética, esta entendida como prática de liberdade (KRAEMER, 2008). Por certo não se trata de entender que “As portas do asilo, os muros da prisão desaparecem, dando lugar a falas livres em que gregos e romanos discutiam as melhores maneiras de conduzir suas vidas (...). A paisagem do confinamento cede lugar à liberdade luminosa do

sujeito.” (EWALD, 1984, p. 71). Parece mais apropriado pensar a conduta ética como uma forma de poder que o indivíduo exerce sobre si mesmo para aplacar suas paixões visando a construção de uma vida bela. O exercício ético é entendido por Foucault como “arte da existência”, que é descrita como um conjunto de

práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, com o também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida um a obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 1984/1998, p. 15).

Da definição acima, é preciso reter principalmente “refletidas e voluntárias”, uma vez que essas palavras apresentam a novidade do domínio de estudo de Foucault nesse período. Não se trata mais da “coerção” dos discursos científicos ou das práticas disciplinares ou biopolíticas, poderes exercidos, por assim dizer, desde “fora”. O que está em foco agora é o autogoverno, essa espécie de poder optativo e afirmativo que faz do indivíduo sujeito moral de suas ações. Não uma submissão aos códigos de conduta, mas uma escolha ética e estética. Foucault (1984/1998, p. 85) expressa essa diferença, retomando o que está em questão na noção grega de temperança:

nem os médicos, ao darem conselhos de regime, nem os moralistas, ao pedirem aos maridos para respeitar suas esposas, nem aqueles que dão conselhos sobre a boa conduta no amor pelos rapazes, dirão exatamente o que é preciso ou não fazer na ordem dos atos ou práticas sexuais. E a razão disso não está, sem dúvida, no pudor ou na reserva dos autores, mas no fato de que o problema não é esse: a temperança sexual é um exercício da liberdade que toma forma no domínio de si; e esse domínio se manifesta na maneira pela qual o sujeito se mantém e se contém no exercício de sua atividade viril, na maneira pela qual ele se relaciona consigo mesmo na relação que tem com os outros. Essa atitude, muito mais do que os atos que se cometem ou os desejos que se escondem, dão base aos julgamentos de valor. Valor moral que é também um valor estético, e valor de verdade, visto que, ao manter-se na satisfação das verdadeiras necessidades, ao respeitar a verdadeira hierarquia do ser humano, e não esquecendo jamais o que se é verdadeiramente, é que se poderá dar à sua própria conduta a forma que assegura o renome e merece a memória.

Apenas mais uma observação quanto ao domínio da genealogia da ética. Quando Foucault afirma que “a temperança sexual é um exercício da liberdade que toma forma no domínio de si”, ele não quer dizer que a temperança sexual seja uma expressão da liberdade do sujeito, como se houvesse um sujeito pré-existente dando vazão a sua interioridade. A prática do autogoverno é justamente o que funda o sujeito da liberdade e essa prática não é alheia ao estrato histórico-social, fato que explica, por exemplo, o porquê do retorno à moral grega. Foucault explicita a relação entre

práticas de si e a cultura em uma de suas últimas entrevistas, intitulada *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*, dizendo

se agora me interesse de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira atava, através das práticas de si, essas praticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social. (FOUCAULT, 1984/2005b, p. 276).

Os temas saber, poder e ética não sugerem, num primeiro momento, uma coerência que os enlace. É claro que, como foi dito no início desta introdução, Foucault não sistematizou uma filosofia e sua trajetória filosófica procedeu mais por crises do que linearmente (DELEUZE, 1986/2005). Contudo, retrospectivamente, Foucault (1982/1995) atribuiu uma unidade a seus escritos: a preocupação com o sujeito sempre esteve posta de forma mais ou menos evidente em sua obra, ou mais especificamente, o problema da constituição do sujeito. Nas palavras de Foucault (IDEM, p. 231)

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. [...] Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.

Foucault reconhece em seus três grandes temas de estudo – saber, poder e ética –, três formas de subjetivação da modernidade ocidental. A primeira forma, ligada ao saber, é dada pela objetificação do sujeito (em seu aspecto de duplo empírico-transcendental mencionado anteriormente) no discurso das ciências humanas como psicologia, a sociologia e a análise literária e dos mitos. A segunda forma de subjetivação é a objetivação do sujeito pelas “práticas divisórias”. O sujeito é dividido em seu interior e em relação aos outros.” (IDEM, p. 231). Criam-se espaços sociais de confinamento e também estruturas internas como a personalidade. Os exemplos são a loucura/razão, delinquência/ajustamento, a saúde/doença. Por fim, a terceira forma de subjetivação é a que o ser humano torna a si mesmo um sujeito ético.

O problema da constituição do sujeito ou dos modos de subjetivação modernos toma a forma de uma “ontologia crítica e histórica de nós mesmos” ou

“ontologia do presente”. Foucault quer marcar com essas expressões a oposição – já presente em seus trabalhos anteriores – entre o seu pensamento e as filosofias do sujeito, que concebem

o sujeito humano, o sujeito de conhecimento, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dados prévios e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se neste sujeito definitivamente dado. (FOUCAULT, 1974/2001, p. 8)

A ontologia de nós mesmos, contrariamente a uma ontologia formal da verdade não se interessa por questões como “o que é o homem?” ou “o que é o mundo?” ou mesmo “como é possível o conhecimento?” (FOUCAULT, 1982/1995), mas se pergunta “o que então eu sou, eu que pertenço a esta humanidade, talvez à margem, nesse momento, nesse instante de humanidade que está sujeitado ao poder da verdade em geral e das verdades em particular?” (FOUCAULT, 1978/2000b, pp. 11-12). O que Foucault quer mostrar é justamente como

as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história. (FOUCAULT, 1974/2001, p. 8)

E como sujeitos e objetos foram constituídos historicamente, a tarefa crítica do pensamento foucaultiano, da “ontologia histórica e crítica de nós mesmos” é a de fazer uma genealogia que exponha os mecanismos, senão arbitrários, ao menos não necessários que ligam sujeito, poder e verdade na atualidade, naturalizando-os. Ou, de outro modo

a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica é a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica tem essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade. (FOUCAULT, 1978/2000b, p. 5).

Pode-se dizer, em suma, que a filosofia foucaultiana é, em toda sua trajetória, uma proposta de destituir os universais do sujeito e da verdade, oferecendo-se como uma alternativa ao pensamento da esquerda. Sua forma de mudar o mundo não é a revolução, tampouco a reforma, mas a “inservidão voluntária”, a conduta ética, as lutas locais. A filosofia de Foucault certamente não foi a primeira a problematizar o sujeito transcendental e a verdade universal, mas foi a única a apresentar os mecanismos históricos das sujeições por diferentes formas de poder e saber.

2 Foucault e o “sujeito constituinte”

Em um recente documentário, cujo título em tradução livre é *Foucault contra ele mesmo* (CAILLAT, 2014), Geoffroy de Lagasnerie expressa uma das características fundamentais da escrita foucaultiana, que traduz sinteticamente o mote do documentário, da seguinte forma:

no fundo, o importante é que Foucault toma como ponto de partida de seus livros, os livros anteriores, para afastar-se deles. Então ele sempre escreve contra si mesmo, em um diálogo consigo mesmo. Ou seja, ele parte de onde parou para se tornar outra coisa.

Na seção anterior foi dito que Foucault não sistematizou um pensamento e que em sua trajetória filosófica ocupou-se de uma diversidade de temáticas. Também foi dito que Foucault propôs que a unidade de seu pensamento seria a problematização da constituição do sujeito moderno e que tal problematização seria uma crítica às concepções teleológicas da história, aos universais da verdade e do sujeito. Há que dizer que seu pensamento foi uma tentativa de superar o humanismo que embasava os discursos das ciências humanas, bem como da filosofia, especialmente no que ele denominou de marxismo humanista, que constituía o horizonte de reflexão de sua geração e “era definido por Husserl, de uma maneira geral, mais precisamente Sartre, e mais precisamente ainda, Merleau-Ponty”. (FOUCAULT, 1968/1994, p.667)

Esse “horizonte de reflexão” contra o qual se ergueu a filosofia foucaultiana pode ser encontrado de forma assumida pelo mesmo Foucault em seus primeiros textos da década de 1950, sobretudo na Introdução à tradução francesa de *Sonho e existência*, de Binswanger (FOUCAULT, 1954/2006c) e em seu livro *Doença mental e personalidade* (FOUCAULT, 1954), reeditado posteriormente com o título de *Doença mental e psicologia* (FOUCAULT, 1962/1975). Na *Introdução*, Foucault (1954/2006) se posiciona a favor da *Daseinalyse* de Binswanger como uma ultrapassagem (ou superação) necessária ao entendimento do humano da psicanálise freudiana. Já em *Doença mental e personalidade*, Foucault (1954) quer superar não somente a psicanálise, como também a fenomenologia, em direção a uma antropologia social de cunho marxista (MOUTINHO, 2004), apresentando os moldes da “verdadeira

psicologia” que “deve se livrar dessas abstrações que obscurecem a verdade da doença e aliena a realidade do paciente⁴” (p. 110).

Os textos dos anos de 1950 parecem se oferecer como fonte valiosa para se entender os temas do sujeito constituído ou transcendental, bem como da verdade universal, temas que constituirão a base da crítica autoral da obra de Foucault. Assim, parece oportuno primeiro deixar Foucault falar *por ele mesmo* para depois falar *contra ele mesmo*, ao invés de tentar traçar a raiz de suas críticas em autores como Marx, Husserl ou Merleau-Ponty. Nesse sentido é que serão discutidos nesta seção os aspectos mais representativos da posição essencialista de Foucault na *Introdução a Sonho e existência* e em *Doença mental e personalidade*.

A introdução à tradução francesa de *Sonho e existência* foi escrita a pedido de uma amiga de Foucault, Jacqueline Verdeaux, que coordenava a tradução da obra, com o intuito de clarificar os conceitos filosóficos utilizados por Binswanger. O resultado foi um texto que tinha a extensão muito próxima a do manuscrito redigido por Binswanger (ERIBON, 1996) e que consistia muito mais em uma releitura elaborada por Foucault, do que propriamente em uma introdução. Nesse sentido, Foucault (1954/2006c, p. 87) comenta:

Somos censurados, nessa pontuação, de haver não somente ultrapassado a letra dos textos freudianos e husserlianos, mas ainda de ter inventado inteiramente uma problemática que Binswanger jamais formulou, e cujos temas não estão nem mesmo implícitos em seus textos. (...) Não estamos preocupados em apresentar uma exegese, mas em extrair um sentido objetivo. Acreditamos que a obra de Binswanger é bastante importante para comportar um. Eis porque somente sua problemática real nos reteve. Encontrar-se-á em seus textos o problema que ele se colocou; nós queríamos, de nossa parte, extrair aquele ao qual ele respondeu.

E o problema que Binswanger respondeu é que o sonho não é uma “rapsódia de imagens” que possa ser compreendida por qualquer exegese psicológica. A hermenêutica freudiana é insuficiente porque ela quer esgotar o sentido da imagem onírica em uma relação que é exterior ao próprio ato expressivo. Essa conhecida relação, que se utiliza dos processos primários da condensação e do deslocamento – que consistem justamente, em forma oposta, ao procedimento da interpretação dos sonhos freudiana – exprime a realização do desejo de forma fantasmática e distorcida. O sonho para Freud não é mais do que a expressão da contradição menos reprimida

⁴ Tradução de: “La vraie psychologie doit se délivrer de ces abstractions qui obscurcissent la vérité de la maladie et aliènent la réalité du malade” (FOUCAULT, 1954, p. 110).

do desejo: “Freud fez habitar o mundo imaginário pelo Desejo, tal qual a metafísica clássica fizera habitar o mundo da física pelo querer e pelo entendimento divino”. (IDEM, p. 79)

Freud, ao compreender o sonho apenas como um conjunto de símbolos que representam o conflito entre pulsão (desejo) e recalque (elaboração onírica), inconsciente e consciência perceptiva, nega ao imaginário suas estruturas e leis próprias, tais como concebidas pela fenomenologia. É preciso, segundo Foucault (IDEM), tomar o sonho como a forma originária de experiência, como forma singular de conhecimento, de acesso à verdade. É no sonho que o homem ensaia o que ele é, o que foi e o que será: “nele, a verdade do mundo se antecipa, visão interior que não se deixa mais mediatizar pelos sentidos exteriores. Não é de imagem que se trata no sonho, mas da imaginação em sua atividade transcendental de constituição originária do mundo.” (MOUTINHO, 2004, p. 178).

É esse sentido transcendental que repõe o sonho como ato expressivo “no modo de sua interioridade”, para a fenomenologia. Nesse sentido, a hermenêutica freudiana não fez mais do que psicologizar o sonho, induzindo sua significação, como imagem, como símbolo, das relações “exteriores”, objetivos, do desejo. Por isso Foucault (1954/2006c) afirma que a lição de “psicologia clássica” implícita nas análises dos sonhos realizadas por Binswanger é a de que:

O sonho, como toda experiência imaginária, é (...) uma forma específica de experiência que não se deixa inteiramente reconstruir pela análise psicológica, e cujo conteúdo designa o homem como ser transcendido. O imaginário, signo de transcendência; o sonho, experiência dessa transcendência sob o signo do imaginário. (p. 91).

O Foucault da *Introdução* ainda está muito entusiasmado com as possibilidades em superar tanto a psicologia positivista quanto a psicanálise por meio das “análises fenomenológicas” (ERIBON, 1996). Nesse texto estão presentes os temas do sujeito transcendental e da experiência fenomenológica, que futuramente serão, o primeiro veementemente combatido, e o segundo totalmente transformado (MOUTINHO, 2004).

Em *Doença mental e personalidade*, Foucault (1954) se propõe o problema de demonstrar as raízes da doença mental. Essas raízes – pondera-, embora o fenômeno da doença mental seja bem descrito em sua concretude pelas diferentes

psicologias, deve ser procurada em outro lugar: “em uma reflexão sobre o próprio homem” (p. 2). É só na reflexão antropológica que se podem encontrar as verdadeiras causas das patologias mentais que tomam forma na vida do indivíduo. Nas palavras de Foucault (IDEM, pp. 16-17):

A patologia mental deve se liberar de todos os postulados abstratos de uma “metapatologia”: a unidade assegurada por esta entre as diversas formas de doença não é jamais senão factícia; é o homem real que conduz, de fato, sua unidade. Devemos, portanto, dar crédito ao próprio homem, e não a abstrações sobre a doença, analisar a especificidade da doença mental, buscar as formas concretas que podem tomar na vida psicológica de um indivíduo; em seguida, determinar as condições que possibilitaram estes aspectos, e restituir o sistema causal no qual eles se fundaram⁵.

Foucault não quer negar às psicologias sua verdade, pelo contrário, quer mostrar o seu “direito relativo”, que nesse caso é tão somente descritivo: a personalidade é apenas o suporte da doença mental, seu lugar de expressão individual, mas definitivamente não pode ser sua causa. (MOUTINHO, 2004). Por isso, Foucault divide seu trabalho em duas partes: na primeira busca apresentar “as dimensões psicológicas da doença mental⁶” e na segunda, discutir “as condições reais da doença mental⁷”. (FOUCAULT, 1954, p. 17).

Na primeira parte, Foucault descreve uma espécie de história evolutiva de três faces complementares da compreensão psicológica sobre a doença mental, a saber, sua dimensão evolutiva, de história individual e existencial.

Para a psicopatologia do século XIX, a doença mental deveria ser entendida tão somente em seu feitiço negativo, como um déficit global das funções psíquicas normais. Um paciente crônico grave tem dificuldades em se localizar no tempo e no espaço, não consegue lembrar-se direito das coisas que disse ou fez, tem sua fala e seu pensamento empobrecidos, e sua vontade esmorece a ponto de ficar apático. Para a perspectiva evolucionista ou desenvolvimentista, as patologias mentais não

⁵ Tradução de: La pathologie mentale doit s'affranchir de tous les postulats abstraits d'une «métopathologie»: l'unité assurée par celle-ci entre les diverses formes de maladie n'est jamais que factice; c'est l'homme réel qui porte leur unité de fait. Il faut donc, en faisant crédit à l'homme lui-même, et non pas aux abstractions sur la maladie, analyser la spécificité de la maladie mentale, rechercher les formes concrètes qu'elle peut prendre dans la vie psychologique d'un individu; puis déterminer les conditions qui ont rendu possibles ces divers aspects, et restituer l'ensemble du système causal qui les a fondés. (IDEM, pp. 16-17).

⁶ Tradução de: Les dimensions psychologiques de la maladie. (FOUCAULT, 1954, p. 17).

⁷ Tradução de: Les conditions réelles de la maladie. (IBIDEM).

passam de um empobrecimento, de uma regressão, dos processos psicológicos normais que exibem os indivíduos sãos.

Contudo, é preciso notar que se a doença obscurece, ela também releva: há um aspecto positivo a ser considerado na patologia. A positividade que a doença destaca se resume, todavia, aos aspectos mais arcaicos, simples e estáveis do indivíduo: o diálogo é substituído pelo monólogo fragmentário ou pelo comportamento ecoico; o julgamento, por ideias dissociadas ou fantasiosas; a volição, pelos automatismos ou pelo estupor. Nesse sentido, a concepção evolutiva da doença a entende não como

um déficit que atinge cegamente esta faculdade ou aquela; há no absurdo do mórbido uma lógica que é preciso saber ler; é a própria lógica da evolução normal. A doença não é uma essência contra a natureza, ela é a própria natureza, mas num processo invertido; a história natural da doença só tem que restabelecer o curso da história natural do organismo são (FOUCAULT, 1962/1975, p. 18).

A doença mental seria, sob essa ótica, a inversão do processo natural do desenvolvimento humano. A crítica foucaultiana a essa perspectiva é a de que ela não oferece verdadeiramente um princípio explicativo da patologia ao igualar o doente à criança ou ao primitivo, ao menos por duas razões. Primeiro, porque desde os trabalhos de Goldenstein, Monakow e Murgue a positividade da doença se mostrou melhor compreendida como uma forma original de o organismo se adaptar às novas contingências (expressas pelas condições da doença). A autorregulação do organismo doente por certo manifesta um déficit na sua relação com o meio, se comparado ao mesmo sujeito quando são ou à média das outras pessoas da mesma cultura, idade ou sexo. Em segundo lugar, porque esse déficit, ainda que análogo a um estágio do desenvolvimento, não implica causalmente que haja uma regressão. A esse respeito, Foucault (1962/1975, pp. 23-24) cita textualmente Monakow e Murgue (1929, p. 178),

A desintegração não é a inversão exata da integração (...) Seria absurdo dizer que a hemiplegia é um retorno ao estágio primitivo da aprendizagem da locomoção [...] A autoregulação tem um papel aqui, de maneira que a noção de desintegração pura não existe. Este processo ideal está camuflado pela tendência criadora do organismo incessantemente em ação a restabelecer o equilíbrio perturbado.

As análises patológicas que se situam em torno do conceito de regressão, contudo, não devem ser abolidas. É preciso reconhecer seu caráter eminentemente descritivo. A esse respeito, comenta Foucault (IDEM, p. 26)

A noção abstrata de regressão não pode dar conta do fato de que uma pessoa esteja doente, e esteja doente, neste momento, desta doença, que suas obsessões tenham determinado tema, que seu delírio comporte tais reivindicações, ou que suas alucinações se extasiem no universo de certas formas visuais

Para dar conta da singularidade de cada manifestação patológica, da qual a regressão é apenas um índice, é necessário recorrer à história individual do sujeito. E, segundo Foucault (IDEM), foi Freud – ao menos a partir de sua segunda tópica – quem primeiro realizou essa ultrapassagem do modelo estritamente evolucionista em direção à história individual do psiquismo. A história individual difere da evolução, pois na última o presente é entendido em relação ao passado – ou em relação ao futuro, como no caso da regressão –, enquanto na primeira é o presente que organiza os elementos e confere sentido ao passado. Bem entendido, o “devir psicológico”, tal como proposto por Freud, não nega o caráter evolutivo do psiquismo, pelo contrário, o assimila, mas o submete à história do indivíduo, justamente o ponto em que falharam as teorias evolucionistas.

O aspecto ao mesmo tempo histórico e evolutivo do psiquismo humano foi constatado por Foucault na psicopatologia freudiana. Os sintomas são a expressão de um conflito (entre pulsões, entre desejo e mecanismos de defesa) que não pôde alcançar sua melhor resolução, via sublimação. Na raiz das diferentes psicopatologias está um conflito e a forma que as patologias vão tomar dependem do conflito, mais especificamente, dos mecanismos de defesa mobilizados.

Assim, o sujeito – ou seu ego – defende-se do presente recorrendo ao passado, seja por meio de irrealizações ou da utilização de mecanismos de defesa característicos de determinada fase do desenvolvimento psicosssexual. É preciso notar, ressalta Foucault (1962/1975, p. 29), que na psicanálise “A regressão não é uma queda natural no passado; é uma fuga intencional fora do presente. É mais um recurso do que um retorno”. O retorno ao passado não é simplesmente uma regressão, dado que o passado não é meramente evolutivo, mas histórico, no sentido de mediado pelo presente. Nas palavras de Foucault (IDEM, p. 29), “só se pode escapar do presente colocando outra coisa em seu lugar; e o passado que vem à tona

nas condutas patológicas não é o solo originário ao qual se retorna como a uma pátria perdida, é o passado factício e imaginário das substituições”.

Contudo, ao invés de encarar o conflito patológico como a expressão da eterna luta entre pulsão de vida e pulsão de morte, Foucault (1962/1975) propõe que se considere a angústia como a raiz de todo fenômeno psicopatológico. Uma saída eminentemente fenomenológica, uma vez que visa superar os resquícios biologistas freudianos opondo as pulsões, da ordem da natureza, à angústia, da ordem do sentido. (MOUTINHO, 2004). Então, a angústia de que fala Foucault (1962/1975) não é o simples fato empírico, mas o fundamento organizador de toda a vida dos indivíduos, uma vez que “logo de início, ela define um certo estilo de experiência que marca os traumatismos, os mecanismos psicológicos que eles desencadeiam, as formas de repetição que eles afetam no decorrer dos episódios patológicos: ela é como um *a priori* de existência” (p. 37).

Mas se a angústia é o fundamento de toda existência, como diferenciar os indivíduos normais dos que desenvolvem alguma doença mental. A particularidade que explica a patologia (e por oposição também a normalidade) é a de que na história individual do doente

a ligação do presente com o passado não se faz no estilo de uma integração progressiva. Certamente, todo indivíduo sentiu angústia e erigiu condutas de defesa; mas o doente vive sua angústia e seus mecanismos de defesa numa circularidade que o faz defender-se contra a angústia com os mecanismos que lhe estão ligados historicamente, que, por isso, exaltam-nos [os mecanismos de defesa] ao máximo, e ameaçam incessantemente fazê-la [a angústia] ressurgir. Em oposição à história do indivíduo normal, esta monotonia circular é o traço da história patológica (IDEM, p. 36)

A psicologia de matriz evolucionista descreve os sintomas como condutas regredidas ou arcaicas. A essa descrição é preciso acrescentar a compreensão da história individual, que confere sentido a essas condutas, sem, contudo, tomar como referência para tal história o objetivismo naturalista do qual se depreendem concepções como as de instintos ou pulsões, bem como as de fases do desenvolvimento. A história individual tem um sentido, que para Foucault (1962/1975), como foi visto, é dado pelas vicissitudes em relação à angústia. Resta, para completar o entendimento foucaultiano das dimensões psicológicas da doença mental, compreender sua “necessidade existencial”.

A análise fenomenológica acrescenta um nível de compreensão que as demais formas de psicologia apresentadas anteriormente por Foucault não podem formular. Não se trata de descrever uma regressão ou de explicar as contradições que levaram a “uma fuga intencional para o passado”, mas de compreender esse fenômeno desde seu interior, intuindo sua essência. Foucault (1962/1975, p. 38) resume assim o método da intuição fenomenológica:

Não basta dizer que o medo da criança é a causa das fobias no adolescente, mas é preciso reencontrar, sob este medo originário e sob estes sintomas mórbidos, o mesmo estilo de angústia que lhes confere sua unidade significativa. A lógica discursiva não cabe aqui: ela se embaraça nos labirintos do delírio e esgota-se seguindo os raciocínios do paranoico. A intuição vai mais depressa e mais adiante quando consegue restituir a experiência fundamental que domina todos os processos patológicos (por exemplo, no caso da paranoia, a alteração radical da relação viva com o outro). Ao mesmo tempo em que desdobra sob uma única visão as totalidades essenciais, a intuição reduz, até extenuá-la, esta distância de que é feito todo conhecimento objetivo: a análise naturalista encara o doente com o distanciamento de um objeto natural; a reflexão histórica guarda-o nesta alteridade que permite explicar, mas raramente compreender. A intuição, penetrando na consciência mórbida, procura ver o mundo patológico com os olhos do próprio doente.

A intuição fenomenológica das doenças mentais se detém na originalidade das estruturas que compõe o mundo mórbido. Foucault (IDEM) destaca três dimensões fundamentais da experiência, a saber, espaço, tempo e mundo sociocultural, e fornece alguns exemplos de análise. Com relação ao tempo, no caso do delírio paranoide, a vivência do passado e do presente seguros não lhe dá ao sujeito garantias contra um futuro que se apresenta sempre como ameaçador: “o passado e o presente não conseguem antecipar o futuro” (IDEM, p. 43). No que toca à experiência do espaço, ocorre em alguns delírios de as coordenadas espaciais objetivas simplesmente se dissolverem, dando lugar a um “espaço mítico”: “eles ouvem aqui perto deles, em volta deles, neles, as vozes dos perseguidores, que eles situam, ao mesmo tempo, para além das paredes, bem para lá da cidade e das fronteiras” (IDEM, p. 44). No que tange à originalidade da experiência do mundo circundante, do mundo sociocultural, ocorre em alguns casos de esquizofrenia de o outro perder sua dimensão social e ser tomado apenas como um objeto. O que se perde nesses casos é a estrutura das relações sociais: “sentimento de estranheza diante da linguagem, o sistema de expressão, o corpo do outro; dificuldade em aceder até a certeza da existência do outro; (...) distanciamento de um universo inter-humano no qual as coisas expressas congelam-se” (IDEM, p. 45).

Os conhecimentos a que se propõem as análises fenomenológicas não são da ordem da objetividade, mas da intersubjetividade (IDEM). E essa intersubjetividade só é possível na medida em que o universo mórbido e a consciência do doente sejam penetráveis, abertos ao mundo normal. É isso o que Foucault (IDEM, p. 42) afirma ao dizer que: “A doença mental, quaisquer que sejam suas formas, os graus de obnubilação que comporta, implica sempre numa consciência da doença; o universo mórbido não é jamais um absoluto no qual se aboliriam todas as referências ao normal”. Contudo, ocorre em algumas patologias mais graves de o doente ser totalmente “absorvido pelo mundo da doença”. (IDEM, p. 42). Nesses casos há ainda uma consciência da doença, uma consciência vivida da doença, mas que perdeu seu caráter de experiência imaginária transcendental, tal como na atividade onírica. Ocorre um

abandono ao mundo [mórbido]: perdendo as significações do universo, perdendo sua temporalidade fundamental, o sujeito aliena esta existência no mundo onde resplandece sua liberdade; não podendo deter-lhe o sentido, abandona-se aos acontecimentos; neste tempo fragmentado e sem futuro, neste espaço sem coerência, ve-se a marca de uma destruição que abandona o sujeito ao mundo como a um destino exterior. (IDEM, p. 47).

Esse é o paradoxo da doença mental a que chegam as análises de Foucault (1954; 1962/1975). Ela é ao mesmo tempo vocação e abandono ao mundo; é uma existência doadora de sentido ao mundo, mas que se perde no próprio mundo criado; um retiro em um mundo privado que é, por isso, inautêntico. Esse paradoxo, cuja descrição a fenomenologia é capaz de fornecer, deve buscar suas raízes em outro lugar que não a personalidade ou no sentido do homem no mundo. E Foucault (1954, p. 69) se pergunta: “não será ao próprio mundo que é preciso inquirir sobre o segredo dessa subjetividade enigmática⁸ [a do doente mental]?”

E, de fato, Foucault vai dedicar toda a segunda parte de sua obra *Doença mental e Personalidade* a descrever as origens sociais da doença mental. As patologias mentais são para Foucault (1954) a expressão individual de uma contradição social essencial: a alienação. Não é a condição de doente do indivíduo que define sua exclusão social. É preciso que, anteriormente, a sociedade tenha definido o lugar marginal para esses doentes.

⁸ Tradução de: “n'est-ce pas au monde lui-même qu'il faut demander le secret de cette subjectivité énigmatique?” (FOUCAULT, 1954, p. 69).

A humanização da doença mental ocorrida no século XVIII teve paradoxal efeito de desumanizar o louco. Se antes do advento dos saberes psiquiátricos a loucura foi encarada como uma possessão nas figuras do *energoumenos* grego ou do *mente captus* latino, na modernidade será concebida como uma “despossessão” das faculdades mais elevadas do homem. E é por essa característica negativa que será vetado ao louco o uso dessa essência que acabara de ser reconhecida: a liberdade. A humanização da doença mental no século XVIII, dada pela extinção das figuras sobrenaturais da possessão e pelo incício de uma concepção moral sobre a alienação, acabou por provocar a desumanização do doente mental no século XIX:

se o século XVIII restituiu ao doente mental a natureza humana, o século XIX contestou-lhe os direitos e o exercício dos direitos relacionados a essa natureza. Fez dele um “alienado”, pois transmitiu a outros o conjunto das capacidades que a sociedade reconhece e confere a todo cidadão; ele o eliminou, de fato, da comunidade dos homens no mesmo momento em que reconhecia, em teoria, a plenitude de sua natureza humana. Ele não o recolocou em uma humanidade abstrata senão expulsando-o da sociedade concreta: é essa “abstração” que é realizada no internamento ⁹. (IDEM, p. 81)

Nesse sentido, a alienação não deve ser fundamentalmente entendida como uma condição da personalidade individual, mas como as condições sociais constituídas para marginalizar o louco. Foucault, contudo, vai mais além. Insiste que as doenças mentais são a própria expressão de contradições sociais enfrentadas pelo indivíduo. No caso das assim chamadas regressões a condutas infantis, a causa estaria no fato de o universo infantil criado pela pedagogia do século XVIII objetivar livrar as crianças dos conflitos presentes na vida adulta. Ocorre que essa separação artificial acaba por gerar uma contradição mais difícil de lidar. Nesse sentido, “as neuroses de regressão não manifestam a natureza neurótica da infância, mas elas denunciam o caráter arcaico das instituições pedagógicas¹⁰”. (IDEM, p. 85). Bem entendido, as formas patológicas são devidas às contradições entre o sonho de uma vida sem conflito criados no *kindergarten* e a realidade da vida adulta. Mas é preciso

⁹ Tradução de: si le XVIIIe siècle a restitué au malade mental la nature humaine, le XIXe siècle lui a contesté les droits et l'exercice des droits afférents à cette nature. Il en a fait un «aliéné », puisqu'il a transmis à d'autres l'ensemble des capacités que la société reconnaît et confère à tout citoyen; il l'a retranché, en fait, de la communauté des hommes au moment même où il reconnaissait, en théorie, la plénitude de sa nature humaine. Il ne l'a replacé dans une humanité abstraite qu'en le chassant de la société concrète: c'est cette «abstraction» qui est réalisée dans l'internement. (FOUCAULT, 1954, p. 81).

¹⁰ Tradução de: Les névroses de régression ne manifestent pas la nature névrotique de l'enfance, mais elles dénoncent le caractère archaïque des institutions pédagogiques (FOUCAULT, 1954, p. 85).

ainda considerar que as condutas regredidas são apenas concebidas como patológicas na medida em que não encontram seu lugar de reconhecimento de suas expressões. Lembre-se, por exemplo, do *status* privilegiado de que gozam os delírios religiosos, encarados como normais (RIBAS, 2011). Assim, as raízes da doença mental, das contradições psicológicas, devem ser buscadas nas contradições sociais.

Contudo, há que se explicar o porquê de as contradições sociais não gerarem, por assim dizer, patologias em massa. Em outras palavras, é preciso compreender porque a correlação entre contradição social e contradição psicológica não é absoluta, não atinge igualmente todos os membros da sociedade. E para explicar esse fato Foucault (1954) recorrerá à fisiologia de Pavlov, mas não de maneira acrítica.

O funcionamento fisiológico normal do indivíduo para Pavlov, segundo Foucault (1954), se dá em uma relação dialética entre excitação e inibição que se autorregula uma pela outra. Na doença, tal unidade dialética é rompida por uma contradição do meio que desencadeia uma reação de inibição de defesa, posto que “as condições do meio não permitem mais a atividade normal do sistema nervoso¹¹”. (IDEM, p.100). É claro que o organismo tende, em uma perspectiva funcionalista, a se adaptar às adversidades do meio, mas quando as contradições sociais, que atingem singularmente cada indivíduo, extravasam à capacidade adaptativa adquirida durante sua vida ocorre, por assim dizer, uma “reação de inibição generalizada”, que constitui a patologia mental. (RIBAS, 2011)

Seguindo o modelo funcionalista da fisiologia de Pavlov pode parecer que Foucault estivesse defendendo uma psicologia adaptacionista, uma vez que a doença se afigura como um problema de adaptação entre o organismo e seu meio. Contudo, é preciso lembrar que as contradições psicológicas são a expressão individual das contradições sociais que não encontraram seu lugar adequado de expressão. As contradições sociais, responsáveis últimas pela doença mental, são gerais, abrangendo classes sociais, étnicas, religiões, gêneros, etc., mas a vivência da contradição é singular e, por isso, as doenças mentais não atingem de maneira hegemônica os diferentes grupos.

¹¹ Tradução de: les conditions du milieu ne permettent plus l'activité normale du système nerveux. (FOUCAULT, 1954, p. 100).

Para o Foucault de *Doença Mental e Psicologia*, em última análise, é preciso mudar o mundo para mudar os indivíduos. A alienação mental somente cessará de existir no momento em que não houver mais a alienação social do homem. E a solução final dessas contradições sobrevirá apenas quando não houver mais lutas de classe, que é a contradição fundamental na qual o ocidente capitalista está inserido. (RIBAS, 2011)

3 Arqueologia e as ciências humanas

O homem desaparece na filosofia não tanto com um objeto de saber, mas como sujeito de liberdade e de existência, uma vez que o homem sujeito, o homem sujeito de sua própria consciência e de sua própria liberdade é no fundo uma imagem correlativa de Deus. (FOUCAULT, 1968/1994, p.668)

O pensamento humanista do Foucault dos anos de 1950, fundamentado sobretudo na fenomenologia de Heidegger e no marxismo, dá lugar na década seguinte a uma forma original de pensamento. O Foucault da década de 1960 não quer mais construir a verdadeira ciência do homem, pelo contrário, seu objetivo é o de realizar uma crítica radical às formas de pensamento que tomam o homem por objeto e fundamento de todo o conhecimento possível. Rouanet (1971) chega mesmo a afirmar que há nas obras do período arqueológico um duplo homicídio do homem: o primeiro, metodológico, se dá na aplicação de um modelo de análise histórica dos sistemas de pensamento sem se levar em conta as tradicionais categorias de espírito de época, de desenvolvimento da racionalidade e a de autor. Já o segundo, ontológico, é resultado do “desmascaramento das ciências humanas” realizado em *As palavras e as Coisas* (HABERMAS, 2000), quando Foucault quer demonstrar que o homem como objeto de conhecimento é uma invenção recente, datada do século XIX. Bem entendido – e isso ficará mais claro adiante - que, quando se diz que o homem é uma invenção do século XIX, se está querendo dizer que ele não é um objeto “natural” sobre o qual os saberes das ciências humanas surgidas no século XIX, enfim, lançaram luz.

Nesta secção serão apresentadas as formas pelas quais Foucault tentou demonstrar a possibilidade da libertação do pensamento ocidental de seu dogmatismo antropológico.

3.1 A posição do sujeito do conhecimento no método arqueológico

Foucault não partiu de um método construído para estudar a proveniência dos discursos científicos (ou pseudocientíficos ou com pretensões científicas) da psiquiatria (loucura), da medicina (doença) ou das ciências humanas em geral. Pelo contrário, o método arqueológico em suas generalidades e especificidades foi o

resultado da imersão de Foucault no estudo de tais temas. A esse respeito Foucault et al. (1971) comenta que

Ao escrever a *Histoire de la Folie* ou a *Naissance de la Clinique*, eu julgava, no fundo, estar fazendo a história das ciências. Ciências imperfeitas, como a psicologia, ciências flutuantes, como as ciências médicas ou químicas, mas ainda assim história das ciências. Pensava que as particularidades que encontrava estavam no próprio material estudado, e não na especificidade do meu ponto de vista. [...] Digamos que na *Histoire de la Folie* e na *Naissance de la Clinique* eu ainda era cego para o que fazia. Em *Les Mots et les Choses*, um olho estava aberto e o outro, fechado: donde o caráter um pouco trôpego do livro, num certo sentido teórico demais, e em outro sentido insuficientemente teórico. Enfim, na *Archéologie*, tentei precisar o lugar exato de onde eu falava. (pp. 18-19)

Apesar de o lugar de onde Foucault falava estar totalmente constituído somente quando d'*As palavras e as coisas*, pode-se constatar que mesmo quando Foucault acreditava estar realizando apenas uma crítica epistemológica e histórica das ciências já havia ali uma inflexão arqueológica: a não utilização de categorias antropológicas para descrever historicamente um domínio do saber. Neste sentido, pode-se dizer que o que se encontra descrito em *A história da Loucura* e *O Nascimento da Clínica* não é a história da psiquiatria ou da medicina, ou seja, não é a história de racionalidades, um tanto cegas, um tanto tateantes, que enfim, encontraram a luz do método científico e suas consequentes formalizações como disciplinas. Nem tampouco se trata de discussões epistemológicas no sentido tradicional, pois não está em questão as condições de possibilidade de conhecimento ou a validade dos discursos. O problema geral que se colocou Foucault (1969/2008a) nesse período foi, antes, o de

saber se os sujeitos responsáveis pelo discurso científico [que se passam por científicos, pseudocientíficos ou não científicos] não são determinados em sua posição, em sua função, em sua capacidade de percepção e em suas possibilidades práticas por condições que os dominam, e mesmo os esmagam" (p. 196).

Entenda-se, o problema não é o de compreender até que ponto o gênio de um pesquisador é influenciado ou obscurecido pela tradição ou pelo paradigma científico vigente. O sujeito do conhecimento pode ser entendido apenas na medida em que é produto do que Foucault (IDEM) denominou de *a priori* histórico. O sujeito transcendental que animava as discussões sobre a teoria do conhecimento desde a filosofia crítica de Kant não encontra lugar nas análises arqueológicas: ele é esmagado pelas condições históricas discursivas e extradiscursivas (condições

sociais) que determinam o regime do que pode ser visto e dito sobre as coisas. Nas palavras de Foucault (IDEM, p. 50)

Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.

Nesse sentido, a arqueologia busca retrair, ou melhor, criar a história de como puderam surgir determinados objetos e formas de pensamento (regras discursivas) que encontram no sujeito do conhecimento apenas seu lugar de articulação, despojando a história das ideias “de qualquer narcisismo transcendental” (FOUCAULT 1969/2008a, p. 228).

As proposições teórico-metodológicas da arqueologia podem ser derivadas de tal finalidade geral, a de despojar da história do pensamento o solo antropológico no qual floresceu. Tal recorte implica simultaneamente o distanciamento das discussões epistemológicas e uma diferenciação em relação à história das ideias. Por um lado, trata-se da constituição de uma história do pensamento na qual o sujeito do conhecimento (assim como o objeto) não preexistia nem presida as relações de conhecimento, ou seja, “que não mais se relacione o discurso ao solo inicial de uma experiência nem à instância *a priori* de um conhecimento; mas que nele mesmo o interroguemos sobre as regras de sua formação” (IDEM, p. 89). Por outro lado, a arqueologia trata as transformações históricas em diferentes domínios de conhecimento não como uma evolução contínua pela qual se torne lícito falar em um progresso da Razão: “A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito” (IDEM, p. 14), uma vez que a consciência humana se torna o móvel do devir histórico e, contrariamente, este último é entendido como uma progressiva tomada de consciência por parte do homem.

A designação Arqueologia do Saber, um nome um tanto extravagante para um método historiográfico, tem o claro intuito de marcar uma distinção. A arqueologia não é o mesmo que história, no sentido tradicional de memória dos fatos ocorridos, e saber não é o mesmo que conhecimento ou ciência, sistema filosófico ou ideologia,

mas uma categoria mais geral que agrupa sem distinção hierárquica a relação entre discursos científicos, saberes populares, literatura, religião. É um método que trata as transformações do pensamento a criação de saberes sem fazer referência às tradicionais unidades antropológicas como as do autor e da obra, mas também a de um espírito de época que serviria como princípio explicativo do conhecimento. O que está em jogo não é uma noção de conhecimento que sempre faz referência ao sujeito, pelo contrário, trata-se do saber como forma discursiva, senão autônoma – posto que há determinações extradiscursivas (socioeconômicas) –, ao menos anônima. A arqueologia se contrapõe à história das ideias, que

se atribui a tarefa de penetrar as disciplinas existentes, tratá-las e reinterpretá-las. Constitui, pois - mais do que um domínio marginal -, um estilo de análise, um enfoque. Ela se encarrega do campo histórico das ciências, das literaturas e das filosofias: mas aí descreve os conhecimentos que serviram de fundo empírico e não refletido para formalizações ulteriores; tenta reencontrar a experiência imediata que o discurso transcreve; segue a gênese de sistemas e obras, a partir das representações recebidas ou adquiridas. (...) A história das ideias é, então, a disciplina dos começos e dos fins, a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história. Gênese, continuidade, totalização: eis os grandes temas da história das ideias, através dos quais ela se liga a uma certa forma, hoje tradicional, de análise histórica. (IDEM, p. 155-156).

Como foi dito anteriormente, o devir histórico expresso pelo progresso da racionalidade, tal como estudado na história das ideias, é avesso à arqueologia. A arqueologia é a história das descontinuidades dos saberes que busca estabelecer as rupturas na história de um campo de saber, mas não no sentido de um conhecimento científico que se destaca de seu passado ilusório ou ideológico. A descontinuidade não aponta para a separação entre o conhecimento verdadeiro e uma crença. As rupturas apontadas têm o objetivo de pôr em evidência o caráter irreconciliável de racionalidades dentro de uma mesma disciplina. Por exemplo, não se pode dizer que a medicina de Broussais é a mesma de Sydenham, ou de outro modo, dizer que a medicina evoluiu desde Sydenham a Broussais: a medicina das febres não é sob qualquer aspecto igual à medicina anatomopatológica (MACHADO, 2009). O olhar e o que é examinado modificam-se totalmente: dos sintomas das febres essenciais passa-se a buscar a lesão de um órgão ou tecido. E essa passagem não se dá por um aperfeiçoamento metodológico, mas por uma mudança completa de

racionalidade¹² (FOUCAULT, 1963/2013). A esse respeito, comenta Foucault (1969/2008a, p. 60)

Convém observar ainda que, após se ter constatado a disparidade dos tipos de enunciação no discurso clínico, não se tentou reduzi-la fazendo aparecer as estruturas formais, categorias, modos de encadeamento lógico, tipos de raciocínio e indução, formas de análise e síntese que puderam ser empregados em um discurso; não se quis separar a organização racional, que é capaz de dar a enunciados - como os da medicina - o que comportam em termos de necessidade intrínseca. Não se quis, tampouco, relacionar a um ato fundador, ou a uma consciência constituinte, o horizonte geral de racionalidade no qual se destacaram, pouco a pouco, os progressos da medicina, seus esforços para se alinhar entre as ciências exatas, a condensação de seus métodos de observação, a lenta e difícil expulsão das imagens ou dos fantasmas que a habitam, a purificação de seu sistema de raciocínio. Enfim, não se tentou descrever nem a gênese empírica nem os diversos componentes da mentalidade médica

A história dos saberes na perspectiva arqueológica afirma a incompatibilidade estrutural entre as formas de conhecimento tradicionalmente incluídas em uma mesma disciplina. Todo o sistema de pensamento está fundado sob suas condições de possibilidade, seus *a priori* históricos, que determinam os regimes de verdade, o que se pode conhecer e como se pode conhecer. Assim, não faz sentido estabelecer entre os saberes diferentes graus de verdade ou racionalidade: todo o saber obedece a uma racionalidade e é verdadeiro em seu próprio sistema de formação. (MACHADO, 2009). A arqueologia é “uma história de como diferentes verdades podem aparecer segundo problematizações específicas” (CRUZ, 2012, p. 20). Nesse sentido, *A História da Loucura* deve ser compreendida não como a denúncia de uma falsa racionalidade psiquiátrica que forjou o doente mental, mas como o surgimento de uma racionalidade da medicina mental a partir da moralização do louco. O discurso psiquiátrico só pode adquirir status de verdade ou falsidade no âmbito de sua própria racionalidade ou no da racionalidade de outro saber e, por isso, Foucault (1983/1988) não se considera parte do movimento da antipsiquiatria, ainda que suas obras tenham fornecido subsídios para o fortalecimento desse importante movimento. O método arqueológico não visa a denunciar ilusões ou falsidades, pois, para fazê-lo teria necessariamente que formular um saber e entrar na arena de disputa das racionalidades e fazer com que a sua valha como verdade.

¹² A exposição detalhada dessa transformação extrapolaria, em muito, os objetivos do presente trabalho. Para um quadro detalhado dessa mutação, consulte *O Nascimento da Clínica* (FOUCAULT, 1963/2013).

O saber é, portanto, uma positividade histórico-social cujas condições formais de possibilidade e de validade não cabem inquirir. Nesse sentido, a psicopatologia e a anatomopatologia do século XIX, abordadas respectivamente em *A História da Loucura* e *O Nascimento da Clínica* são saberes assim como a alquimia, a feitiçaria, qualquer forma de religião ou expediente jurídico. A arqueologia, portanto, deve se ocupar do *a priori* histórico que, contrariamente ao *a priori* formal

não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. (FOUCAULT 1969/2008a).

A arqueologia é uma forma de descrever a história das ideias que implica em tratar documentos como monumentos, donde o nome arqueologia. Tal metáfora foucaultiana designa a necessidade de não interpretar livros, textos, narrações, registros, buscando encontrar em sua profundidade o que eles realmente queriam dizer: não se está à procura das possíveis intenções de um autor. Seguindo esse método histórico, é preciso

definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. (...) Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um "outro discurso" mais oculto. Recusa-se a ser "alegórica". (FOUCAULT, 1969/2008a, p. 157).

Em sentido muito próximo, o saber não deve ser analisado tal qual o conhecimento. Primeiro porque, como foi visto, as condições universais de validade cabíveis na esfera do conhecimento (os *a priori* formais kantianos, por exemplo) não se aplicam aos saberes, aos discursos. E também por conta de o saber não ser resultado da atividade sintética ou analítica de um sujeito que interroga um objeto quanto à sua essência ou verdade. O saber não é nem conhecimento e nem, tampouco, o ato de *conhecer*. Nas palavras do Foucault (IDEM, p. 61):

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão - a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Tal espaço de exterioridade em relação ao sujeito possui suas próprias regras de formação que se autorregulam. Essas regras mantêm com aquilo que se pode chamar de realidade uma relação especial. Os discursos religiosos encontram sua verdade na revelação da Palavra; os dos positivistas num progressivo desvelamento do objeto; e os dos pragmatistas num maior controle do mundo natural (que inclui as esferas sociais). Em cada um desses casos trata-se de construir a realidade a partir das regras características das diferentes formações discursivas. De maneira mais específica, pode-se mesmo dizer que são os discursos - ou ao menos suas condições de possibilidade - que criam os objetos e as consequentes relações de saber possíveis.

Cometeríamos um erro, seguramente, se perguntássemos ao próprio ser da loucura, ao seu conteúdo secreto, à sua verdade muda e fechada em si mesma, o que se pôde dizer a seu respeito e em um momento dado; a doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus. Mas há mais ainda: esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinidamente como seu horizonte de idealidade inesgotável; o objeto que é colocado como seu correlato pelos enunciados médicos dos séculos XVII ou XVIII não é idêntico ao objeto que se delinea através das sentenças jurídicas ou das medidas policiais; da mesma forma, todos os objetos do discurso psicopatológico foram modificados desde Pinel ou Esquirol até Bleuler: não se trata das mesmas doenças, não se trata dos mesmos loucos (FOUCAULT, 1969/2008a, p. 36).

Os conjuntos de enunciados são, assim, definidos pelas formações discursivas que conformam o regime daquilo que pode ser visto e dito em determinada época, o *a priori* histórico¹³ dos discursos. Contudo, de modo contrário ao que afirmou Habermas (2000), os saberes, na arqueologia, entretêm relações exteriores ao âmbito restrito de sua constituição. O método arqueológico reconhece formas extra-discursivas de determinação dos saberes. Talvez, o que tenha levado Habermas (2000) a uma conclusão que aqui se julga equivocada sobre a arqueologia seja o fato de que tal método não fixa, “de modo *a priori*, como essa relação deve ser feita; critica qualquer tipo de relação de causalidade ou de determinação entre os dois níveis,

¹³ O conceito de *epistémê* desenvolvido em *A palavras e as coisas* descreve uma formação discursiva ampla, que envolve vários domínios de objeto e tipos diferentes de saber. A passagem da *epistémê* clássica para a moderna será abordada no próximo tópico.

indicando que só a pesquisa concreta pode descobrir as formas específicas dessa articulação” (MACHADO, 2009, p. 161).

A única coisa que parece poder ser afirmada aprioristicamente ao tomar em análise as esferas extradiscursivas de determinação dos saberes, de ordem política e econômica (o que posteriormente, na fase genealógica, será tratado de forma global pelo conceito de poder), é que essas estão longe de ser a mera expressão dos “interesses de uma classe dominante”. Foucault et al. (1971) assevera que as relações estabelecidas entre o contexto social e o âmbito dos discursos científicos são muito mais complexas do que a simples expressão de desejos ou necessidades:

Os conceitos científicos não exprimem as condições econômicas nas quais surgiram. Evidente, por exemplo, que a noção de tecido ou de lesão orgânica nada tem a ver – se o problema se coloca em termos de expressão – com a situação do desemprego da França em fins do século XVIII. E, no entanto, é igualmente evidente que foram essas condições econômicas, como o desemprego, que suscitaram um certo tipo de hospitalização, a qual permitiu um certo número de observações, que ao seu turno provocaram um certo número de hipóteses, e finalmente surgiu a ideia da lesão do tecido, fundamental na história da clínica. (p. 23)

Até aqui foram dadas algumas definições gerais sobre o saber e o discurso, mas resta definir a unidade fundamental de análise da arqueologia, o enunciado. O enunciado é uma materialidade, não a expressão de um pensamento ou mesmo das intenções não explicitadas por um autor. Necessita de um suporte físico (ainda que seja o som), só existe na medida em que é proferido. Contudo, não pode ser confundido com o ato da enunciação, pois este é sempre singular e o enunciado é um elemento que pode ser repetido. Condição aparentemente paradoxal dado que sua realidade é ao mesmo tempo a singularidade da performance enunciativa e algo que não se confunde com ela. Talvez um exemplo dado pelo próprio Foucault ajude a clarificar a questão.

Consideremos um discurso e sua tradução simultânea; um texto científico em inglês e sua versão francesa; uma informação em três colunas em três línguas diferentes: não há tantos enunciados quantas são as línguas em jogo, mas um único conjunto de enunciados em formas linguísticas diferentes. Melhor ainda: uma informação dada pode ser retransmitida com outras palavras, com uma sintaxe simplificada, ou em um código convencional; se o conteúdo informativo e as possibilidades de utilização são as mesmas, poderemos dizer que ambos os casos constituem o mesmo enunciado. (FOUCAULT, 1969/2008a, p. 117).

Segundo o exemplo, um enunciado é aquilo que pode ser repetido em outras línguas ou linguagens, ou mesmo de maneiras diferentes em uma mesma língua. E,

de maneira inversa, uma frase idêntica que apareça em contextos diferentes não será (ou poderá não ser) o mesmo enunciado. “A frase ‘os sonhos realizam os desejos’ pode ser repetida através dos séculos; não é o mesmo enunciado em Platão e em Freud” (IDEM, pp. 116-117). O enunciado, claro está, não pode ser confundido com a frase ou porposição que o enuncia. Sempre que houver frase, haverá enunciado, mas a relação contrária não é sempre verdadeira.

O enunciado é essa espécie de “conteúdo informativo” que pode ser transmitido em diversas formas linguísticas. Mas o que é essa informação? O que o enunciado enuncia? O problema colocado por essas questões remete a relações de referência. A concepção discursiva de Foucault, contudo, não é referencialista, ou seja, segundo essa perspectiva as palavras não designam ou representam coisas do mundo físico. Para Foucault, não há o referente de um enunciado, mas sim um “referencial”. Nas palavras do autor

Um enunciado não tem diante de si (e numa espécie de conversa) um *correlato* - ou uma ausência de *correlato*, assim como uma proposição tem um referente (ou não), ou como um nome próprio designa um indivíduo (ou ninguém). Está antes ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. (FOUCAULT, p. 103)

Nesse sentido, o enunciado faz referência às formações discursivas das quais é derivado. E sempre será possível dizer que há um enunciado quando se puder constatar as regras das quais é derivado. É preciso notar que a analítica arqueológica não restringe a análise de enunciados a frases ou proposições, incluindo em seu escopo analítico também equações, quadros de classificações botânicas e, inclusive, obras de arte. No caso da análise de pinturas, por exemplo, os objetivos seriam investigar

se o espaço, a distância, a profundidade, a cor, a luz, as proporções, os volumes, os contornos, não foram, na época considerada, nomeados, enunciados, conceitualizados em uma prática discursiva; e se o saber resultante dessa prática discursiva não foi, talvez, inserido em teorias e especulações, em formas de ensino e em receitas, mas também em processos, em técnicas e quase no próprio gesto do pintor. Não se trataria de mostrar que a pintura é uma certa maneira de significar ou de "dizer", que teria a particularidade de dispensar palavras. Seria preciso mostrar que, em pelo menos uma de suas dimensões, ela é uma prática discursiva que toma corpo em técnicas e em efeitos. Assim descrita, a pintura não é uma simples visão que se deveria, em seguida, transcrever na materialidade do espaço. Não é mais um gesto cujas significações mudas e indefinidamente vazias deveriam ser liberadas por interpretações ulteriores. (IDEM, p. 217).

Por fim, dado o escopo da arqueologia, é mister notar que não se trata de um método de interpretação dos discursos, pois não visa encontrar um sentido profundo, latente e mais verdadeiro. É, pois, uma análise de superfície que busca estabelecer relações materiais entre a produção discursiva e o contexto social. Ela exclui toda a problemática filosófica que tradicionalmente se faz em torno do sujeito do conhecimento. Recusa-se a utilizar as concepções antropológicas vinculadas ao sujeito psicológico ou transcendental, bem como às teleologias históricas.

3.2 As ciências humanas e o nascimento do homem

Foucault (1966/2000) constata que a configuração epistemológica da modernidade permitiu que surgisse um domínio de saber que, apesar de carregar o nome de ciência, não cumpre os requisitos formais encontrados nas "ciências propriamente ditas": esse domínio é o das ciências humanas. Com isso o filósofo não quer dizer que elas sejam ideologias, fruto da opinião ou pseudociências, mas que são domínios positivos de saber não científicos.

Avalia-se assim quão vãs e ociosas são todas as enfadonhas discussões para saber se tais conhecimentos podem ser ditos realmente científicos e a que condições deveriam sujeitar-se para vir a sê-lo. As "ciências do homem" fazem parte da *epistémê* moderna como a química ou a medicina ou alguma outra ciência; ou, ainda, como a gramática e a história natural faziam parte da *epistémê* clássica. Mas dizer que elas fazem parte do campo epistemológico significa somente que elas nele enraízam sua positividade, que nele encontram sua condição de existência, que não são, portanto, apenas ilusões, quimeras pseudocientíficas, motivadas ao nível das opiniões, dos interesses, das crenças, que elas não são aquilo a que outros dão o estranho nome de "ideologia". O que não quer dizer, porém, que por isso sejam ciências. (FOUCAULT, 1966/2000, p.505)

A classificação foucaultiana de tais saberes não se equivale às tradicionais classificações que opõe os diferentes saberes das ciências humanas aos das ciências

exatas e biológicas. Ela está restrita prioritariamente aos campos da psicologia, da sociologia e da análise literária e dos mitos. A história das ideias ou dos sistemas de pensamento também pode ser considerada pertencentes a esse conjunto. A razão para essa redução no escopo das ciências humanas é que:

o específico das ciências humanas, vê-se bem que não é esse objeto privilegiado e singularmente nebuloso que é o homem. Pela simples razão de que não é o homem que as constitui e lhes oferece um domínio específico; mas, sim, é a disposição geral da epistémê que lhes dá lugar, as requer e as instaura — permitindo-lhes assim constituir o homem como seu objeto. Dir-se-á, pois, que há “ciência humana” não onde quer que o homem esteja em questão, mas onde quer que se analisem, na dimensão própria do inconsciente, normas, regras, conjuntos significantes que desvelam à consciência as condições de suas formas e de seus conteúdos. Falar de “ciências do homem”, em qualquer outro caso, é puro e simples abuso de linguagem. (FOUCAULT, 1966/2000, p. 489)

Ao nível arqueológico, o que caracterizou a transformação da epistémê clássica para a moderna foi o que Foucault (1966/2000) denominou de um “recuo da representação”. As palavras perderam sua capacidade de representar coisas e representações de coisas: ao contrário do que ocorria no período clássico, não basta ao saber designar adequadamente uma ordem pressuposta da natureza, mas será necessário descobrir as leis, as funções, os princípios de ordenação ocultos do fenômeno. Não se trata apenas de descrever, mas de explicar, pois o saber não é mais da ordem “das identidades e das diferenças, o das ordens não-quantitativas, o de uma caracterização universal, de uma taxinomia geral (...), mas um espaço feito de organizações, isto é, de relações internas entre elementos, cujo conjunto assegura uma função”. (IDEM, p. 298).

Essa é a distância que separa, por exemplo, a teoria do flogisto de Stahl (1660-1734) e a teoria da combustão de Lavoisier (1743-1794). O flogisto é um princípio explicativo (ou descritivo) qualitativo que designa uma essência da matéria. Essa essência é comum a todas as matérias inflamáveis. Se uma matéria queima é porque ela tem flogisto; e se a combustão for maior ou menor (em tempo ou intensidade), o que varia é a quantidade (nunca totalmente mensurável, pois se trata de uma essência) de flogisto (MAGALHÃES; COSTA, 1994). Por isso Stahl é o retrato do pensamento clássico, enquanto Lavoisier só foi possível na *epistémê* moderna. Lavoisier não buscava mais essências, mas relações (a combustão é uma reação de oxidação) entre substâncias cuja lei pudesse ser descrita. Entenda-se, no nível arqueológico de análise, Lavoisier não foi a causa do pensamento da química

moderna, mas o efeito do “recoo da representação” que marca o limiar da *epistémê* clássica.

O exemplo acima não tem, contudo, implicações para o surgimento do homem, apenas atesta que “o recoo da representação” como passagem da designação de qualidades essenciais do objeto para o estabelecimento de leis explicativas de um fenômeno, marca característica da *epistémê* moderna. A passagem da física aristotélica para a newtoniana descreve igualmente esse limiar. Foucault (1966/2000) se dedicou a apresentar a passagem da história natural para a biologia, da análise das riquezas para a economia e da gramática geral para a filologia. Essas mudanças representaram igualmente a transposição de conhecimentos baseados na representação para os ordenados segundo leis. Passou-se a estudar as relações anatomofisiológicas como apresentação das relações da economia interna de um organismo que tem que se adaptar a um meio. Os modos de produção passaram a explicar as relações de troca. A linguagem ganhou igualmente sua história e estrutura próprias, e deixou de ser simplesmente a representação transparente do mundo.

De todas essas transformações, a descoberta de um ordenamento intrínseco à linguagem foi sem dúvida o golpe derradeiro no pensamento clássico, abrindo espaço para o surgimento do homem. “O limiar do classicismo para a modernidade [...] foi definitivamente transposto quando as palavras cessaram de entrecruzar-se com as representações e de quadricular espontaneamente o conhecimento das coisas” (FOUCAULT, 1966/2000, p. 418).

O espaço deixado pela linguagem como forma de representação direta e conhecimento do mundo vai ser ocupado pelo ser do homem. A *epistémê* moderna funda o homem em sua finitude como “um estranho duplo empírico-transcendental, porquanto é um ser tal que nele se tomará conhecimento do que torna possível todo conhecimento” (IDEM, p. 438). Mas as condições de possibilidade de todo conhecimento, nesse caso, não são dadas pelos limites da linguagem/representação ou mesmo são derivadas de uma reflexão sobre os *a priori* da sensibilidade ou do juízo e, nesse sentido, a filosofia crítica de Kant marca o limiar da modernidade, sem que pertença inteiramente a ela (KRAEMER, 2008). Diferentemente do pensamento clássico no qual

a finitude (como determinação positivamente constituída a partir do infinito) explica essas formas negativas que são o corpo, a necessidade, a linguagem, e o conhecimento limitado que deles se pode ter; para o pensamento moderno, a positividade da vida, da produção e do trabalho (que têm sua existência, sua historicidade e suas leis próprias) funda, como sua correlação negativa, o caráter limitado do conhecimento; e, inversamente, os limites do conhecimento fundam positivamente a possibilidade de saber, mas numa experiência sempre limitada, o que são a vida, o trabalho e a linguagem. (...) Daí o jogo interminável de uma referência reduplicada: se o saber do homem é finito, é porque ele está preso, sem liberação possível, nos conteúdos positivos da linguagem, do trabalho e da vida; e inversamente, se a vida, o trabalho e a linguagem se dão em sua positividade, é porque o conhecimento tem formas finitas. (FOUCAULT, 1966/2000, p.436).

É nesse sentido que os clássicos puderam falar da natureza humana, da relação entre corpo e espírito, do erro, dos limites do conhecimento e da liberdade devido à condição finita humana. Em todos esses casos tratava-se da relação entre natureza (Deus, infinito) e natureza humana (finitude, imperfeição), dos limites do homem como consequências de suas imperfeições. Por isso, a época clássica e o renascimento, apesar do papel destacado dado ao ser humano no humanismo e no racionalismo, não puderam pensar o ser homem.

no ponto de encontro entre a representação e o ser, lá onde se entrecruzam natureza e natureza humana — nesse lugar onde hoje cremos reconhecer a existência primeira, irrecusável e enigmática do homem — o que o pensamento clássico faz surgir é o poder do discurso. Isto é, da linguagem na medida em que ela representa — a linguagem que nomeia, que recorta, que combina, que articula e desarticula as coisas, tornando-as visíveis na transparência das palavras. Nesse papel, a linguagem transforma a sequência das percepções em quadro e, em retorno, recorta o contínuo dos seres em caracteres. Lá onde há discurso, as representações se expõem e se justapõem; as coisas se reúnem e se articulam. (IDEM, 428).

A finitude do homem moderno, como já foi dito, é dada nas formas empíricas pelos saberes da biologia, economia e filologia, na medida em que as normas da vida, da produção e da linguagem expõem os limites do homem. Tais limites não são, evidentemente, fixos. A evolução das espécies ainda não encontrou seu termo e, de qualquer modo, é possível intervir sobre as normas vitais; igualmente é possível modificar os sistemas de produção e aproximar a linguagem de uma língua ideal, tal como sonharam os positivistas. O efeito da finitude empírica não foi, contudo, apenas o de tornar as determinações humanas indefinidamente móveis. Uma vez que se fez valer as determinações empíricas como condições transcendentais, foi requerida (ainda que não fosse necessária) uma investigação sobre o ser do homem. Esse ser que é ao mesmo tempo determinado externamente e condição de todo o conhecimento.

O modo de ser do homem na modernidade não é o da consciência reflexiva, tal como no *cógito* cartesiano. Não busca a verdade, mas antes, entretêm relações com o impensado, as formas inconscientes de determinação. Nesse sentido,

todo o pensamento moderno é atravessado pela lei de pensar o impensado — de refletir, na forma do Para-si, os conteúdos do Em-si, de desalienar o homem reconciliando-o com sua própria essência, de explicitar o horizonte que dá às experiências seu pano de fundo de evidência imediata e desarmada, de levantar o véu do Inconsciente, de absorver-se no seu silêncio ou de pôr-se à escuta de seu murmúrio indefinido. (IDEM, p. 451).

Assim, o que as ciências humanas buscam estabelecer não é a correspondência de um enunciado com uma lei que descreva a realidade. A análise discursiva desses saberes é interpretativa e busca identificar aquilo que no discurso foi dito além ou aquém do que se pretendia, como nos casos de lapsos e chistes que revelam intenções ou significados insuspeitos. As regras e sistemas sociais também são entendidos em sua relação de obscurecimento ou repressão a formas essenciais humanas.

Essas concepções humanistas, as chamadas “filosofias do sujeito”, colocam o homem, não o ser humano, como condição de possibilidade de todo conhecimento por fazer valer a finitude empírica como valor transcendental. O homem que aparece no século XIX como ser natural que finalmente começara a ser desvendado pela ciência desencoraja uma análise histórica da constituição dos sujeitos. A desnaturalização do Homem operada por Foucault tem o intuito de para que se possa reconquistar a possibilidade de filosofar novamente (CRUZ, 2012). E, por isso, Foucault (1966/2000, p.473) subleva-se ironicamente contra os humanistas:

A todos os que pretendem ainda falar do homem, de seu reino ou de sua liberação, a todos os que formulam ainda questões sobre o que é o homem em sua essência, a todos os que pretendem partir dele para ter acesso à verdade, a todos os que, em contrapartida, reconduzem todo conhecimento às verdades do próprio homem, a todos os que não querem formalizar sem antropologizar, que não querem mitologizar sem desmistificar, que não querem pensar sem imediatamente pensar que é o homem quem pensa, a todas essas formas de reflexão canhestras e distorcidas, só se pode opor um riso filosófico — isto é, de certo modo, silencioso.

4 Poder e modos de subjetivação

O recorte escolhido para essa seção deixa fora de consideração a especificação e a diferenciação dos tipos de poder propostos por Foucault ao longo de suas pesquisas históricas. O objetivo aqui não é o de apresentar as especificidades das disciplinas, do poder pastoral ou da biopolítica, mas o de apresentar algumas considerações metodológicas do uso do poder como grade de inteligibilidade para os fenômenos sociais e os processos de subjetivação.

O poder como objeto de análise surge nas pesquisas realizadas por Foucault na década de 1970, mais precisamente a partir de *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1975/2009). O método utilizado é batizado de genealogia do poder, em clara referência a Nietzsche (FOUCAULT, 1971/1979d), e não mais tem mais como alvo os apenas os saberes, mas a relação saber/poder ou verdade/poder. Ainda se trata de analisar as descontinuidades históricas por meio dos discursos, mas o que se quer dar visibilidade é à subordinação circular entre saber e poder: um saber é resultado de relações de poder e é utilizado para reforçar ou criar novas relações de poder, ou nas palavras de Foucault (FOUCAULT, 1971/1979d, p. 142) “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder”. O objetivo ético-político da genealogia não é o de “libertar a verdade de todo o sistema de poder” (IDEM, p. 144) – o que, aliás seria afirmar a mitologia da racionalidade humanista moderna que pode, em última análise, ser remetida à Platão (FOUCAULT, 1970/1996) - mas o de desnaturalizar os saberes e práticas de poder a eles relacionados, demonstrado, por meio de suas histórias constitutivas, que não são necessários, que são fundamentalmente produções sociais cujo objetivo é o de governar a existência dos seres humanos, formando sua sensibilidade e capacidade de agir com relação a si mesmos e aos outros.

Nesse sentido, pode-se vislumbrar entre a arqueologia e a genealogia mais um aperfeiçoamento do que uma ruptura (DELEUZE, 1986/2005; NICHOLS, 2014; DREYFUS; RABINOW, 1995). Habermas (2000) chega a afirmar que a genealogia é um complemento necessário à arqueologia posto que a proveniência dos discursos em sua relação com as esferas extradiscursivas não estava suficientemente explicitada. Essa continuidade entre arqueologia e genealogia parece estar dada para Foucault, uma vez que ele pôde considerar os trabalhos anteriores aos da década de 1970 dentro do esquema genealógico.

Quando fiz meus estudos, por volta dos anos 50–55, um dos problemas que se colocava era o do estatuto político da ciência e as funções ideológicas que podia veicular. Não era exatamente o problema Lyssenko que dominava, mas creio que em torno deste caso escandaloso, que durante tanto tempo foi dissimulado e cuidadosamente escondido, apareceu uma série de questões interessantes. Duas palavras podem resumi-las: poder e saber. Creio haver escrito a *História da Loucura* dentro deste contexto. Para mim, tratava-se de dizer o seguinte: se perguntarmos a uma ciência como a física teórica ou a química orgânica quais as suas relações com as estruturas políticas e econômicas da sociedade, não estaremos colocando um problema muito complicado? Não será muito grande a exigência para uma explicação possível? Se, em contrapartida, tomarmos um, saber como a psiquiatria, não será a questão muito mais fácil de ser resolvida porque o perfil epistemológico da psiquiatria é pouco definido, e porque a prática psiquiátrica está ligada a uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas e de urgências políticas de regulamentações sociais? No caso de uma ciência tão "duvidosa" como a psiquiatria, não poderíamos apreender de forma mais precisa o entrelaçamento dos efeitos de poder e de saber? No *Nascimento da Clínica*, foi a mesma questão que quis colocar a respeito da medicina. Ela certamente possui uma estrutura muito mais sólida do que a psiquiatria, mas também está enraizada profundamente nas estruturas sociais. (FOUCAULT, 1977/1979e, p. 140).

Bem entendido, Foucault não quer dizer que as relações entre saber e poder se restrinjam aos casos de submissão total ao poder como no caso Lyssenko ou mesmo às ciências duvidosas, como a psiquiatria e as ciências humanas de modo geral. Tal raciocínio seria contraditório e impertinente a seus métodos e pressupostos teóricos: se as relações entre poder e saber são mais evidentes nos saberes em que o perfil epistemológico é pouco definido, não se pode dizer que não existam nas ciências não duvidosas. Por outro lado, os resultados a que chegou Foucault em seus estudos não podem ser simplesmente extrapolados para outros domínios que não foram objeto de seus estudos. A ênfase foucaultiana parece ser a de que não se pode afirmar a priori que os saberes estão sempre amparados em relações de poder ou, de maneira contrária, que são neutros. A analítica do poder é sempre local e, ao se atentar para um domínio ainda não estudado, é preciso sempre reconstituir historicamente o entrelaçamento (possível, mas não necessário) entre saberes e poderes. Nesse sentido, afirma Machado (1979, p. XVI):

embora as vezes suas afirmações tenham uma ambição englobante, inclusive pelo tom muitas vezes provocativo e polêmico que as caracteriza, é importante não perder de vista que se trata de análises particularizadas, que não podem e não devem ser aplicadas indistintamente sobre novos objetos, fazendo-lhe assim, assumir uma postura metodológica que lhes daria universalidade

4.1 Uma analítica sobre a microfísica do poder

A analítica do poder foucaultiana não tem o intuito de se constituir em uma teoria geral ou mesmo em um sistema abstrato e universal do poder. Tal forma de análise está focada exercício do poder que, em suas expressões, procedimentos, objetivos e efeitos é singular, ainda que se possa traçar algumas regularidades (MAIA, 1995). Essa postura implica em privilegiar o *como* se exerce o poder e deixar em suspenso as questões referentes à natureza (o que é o poder?) e sobre sua ascendência (porque ou de onde vem o poder?).

Grosso modo, eu diria que começar a análise pelo “como” é introduzir a suspeita de que o “poder” não existe; é perguntar-se, em todo caso, a que conteúdos significativos podemos visar quando usamos este termo majestoso, globalizante e substantificador; é desconfiar que deixamos escapar um conjunto de realidades bastante complexo, quando engatinhamos indefinidamente diante da dupla interrogação: “O que é o poder? De onde vem o poder?” A pequena questão, direta e empírica: “Como isto acontece?”, não tem por função denunciar como fraude uma “metafísica” ou uma “ontologia” do poder; mas tentar uma investigação crítica sobre a temática do poder. (FOUCAULT, 1982/1995, p. 240).

Nesse sentido, as análises foucaultianas operam deslocamentos em relação às concepções jurídicas e políticas tradicionais sobre o poder, para as quais é possível conceber um poder uno e centralizado (nos Estados e aparelhos repressores) donde emanariam às demais formas de controle social: “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim, porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1976/1999, p.103). Ao proceder dessa forma, Foucault substitui a noção de um poder fundamental por uma noção microfísica e capilar, para a qual não é necessário se questionar sobre um centro. A esse respeito afirma Machado (1979, p. XIV)

Quando Foucault foi levado a distinguir no poder uma situação central e periférica e um nível macro e micro de exercício, o que pretendeu foi detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos. Mas isso não significa querer situar o poder em outro lugar que não o Estado, como sugere a palavra periferia. O interessante da análise é sugerir que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, em relação ao qual não existe exterior possível.

Dessa forma, as relações de poder não devem ser deduzidas, ao menos diretamente, de categorias gerais como classe dominante, Estado ou capitalismo. (FOUCAULT, 1976/1999; 1975/2009). Pelo contrário, é preciso apreender o poder na capilaridade das estratégias e práticas discursivas e não discursivas, que têm suas

histórias próprias e se desenvolvem em uma relativa autonomia com relação a essas esferas centralizadoras de poder. Relativa autonomia, pois, entre estratégias de saber/poder e as estratégias de dominação cristalizadas nas instituições, há uma relação de mútuo investimento. Em todo o caso, a precaução metodológica de Foucault (1976/1979b, p. 185) é a de se traçar a analítica do poder partido de baixo:

Creio que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. O que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar; por exemplo, quanto à exclusão da loucura ou à repressão e proibição da sexualidade, ver como, ao nível efetivo da família, da vizinhança, das células ou níveis mais elementares da sociedade, esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades; mostrar quais foram seus agentes, sem procurá-los na burguesia em geral e sim nos agentes reais (que podem ser a família, a vizinhança, os pais, os médicos, etc.) e como estes mecanismos de poder, em dado momento, em uma conjuntura precisa e por meio de um determinado número de transformações começaram a se tornar economicamente vantajosos e politicamente úteis.

Seguindo o raciocínio exposto, uma analítica do poder não deve se focar na – ou ao menos partir da – investigação de instituições, essas formas socialmente cristalizadas de gestão dos indivíduos. Essa afirmação parece contrastar com o percurso do trabalho foucaultiano, uma vez que, em certo sentido, *Vigiar e Punir* é uma investigação sobre as instituições prisionais. Contudo, a referida obra analisa o surgimento e desenvolvimento do poder disciplinar na modernidade, que tomou forma privilegiada na prisão, mas também nos manicômios, na escola, na fábrica, no exército. Dessa forma, não é o sistema penitenciário ou qualquer outra instituição de sequestro que explica as disciplinas, são essas que fornecem uma grade de inteligibilidade às instituições que as colocam em uso. Nas palavras de Foucault (1982/1995, p. 245):

Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém.

Além da analítica ascendente do saber/poder, é preciso destacar mais três características teórico-metodológicas complementares do constructo genealógico foucaultiano, a saber, (1) o poder não é uma substância, algo que se possa possuir ou ceder; (2) não é fundamentalmente repressor; (3) se exerce tanto em relação aos dominados quanto aos dominadores. A primeira das proposições já foi apontada

parágrafos acima, quando se disse que a pergunta essencial da genealogia era pelo *como* do poder. Cabe, agora, esclarece-la um pouco mais. O poder é uma grade de inteligibilidade, segundo a qual é possível fazer aparecer na relação entre indivíduos e grupos um complexo confronto de forças mormente desiguais e instáveis em uma determinada sociedade (FOUCAULT, 1978/2000b).

A desigualdade das relações não deve ser atribuída ao privilégio de um indivíduo ou de uma classe, posto que as posições da relação não estão dadas de maneira definitiva: mesmo as situações de clara dominação são sempre precárias. As estratégias e táticas utilizadas nessas situações, apesar de sua intencionalidade – uma vez que visam a objetivos específicos –, não são plenamente elucidadas ao remetê-las à vontade de um sujeito (individual ou coletivo) que as tenha planejado. Se no nível das relações interpessoais (médico/paciente; professores/alunos; pais/filhos) pode-se notar uma série de previsões e escolhas mais ou menos conscientes, os determinantes históricos envolvidos nessas relações são demasiadamente complexos para que se contente em apontar seus autores. Nesse sentido é que Foucault (FOUCAULT, 1976/1999) afirma que "as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas", estratégias sem estrategistas (DREYFUS; RABINOW, 1995). Com isso o filósofo quer enfatizar a constante luta entre o exercício do poder e as formas de resistência.

Como o poder é luta, confronto perpétuo de forças, a guerra se ofereceu como o primeiro modelo de análise do poder para a genealogia. Foucault (2005a, p. 22) propõe a inversão da proposição do general Clausewitz e afirma que "a política é a guerra continuada por outros meios". Segundo o filósofo, a instauração da paz pelo poder político não implica a suspensão da guerra ou mesmo de seus. Nesse sentido, o autor afirma: "se é verdade que o poder político para a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar a paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra" (IDEM, p. 23). O que o filósofo quer fazer aparecer em suas análises é que as relações de poder existentes nos períodos de paz não seriam outra coisa a não ser a expressão política da conquista ou, ao menos, dos rearranjos de força dados pela guerra. É nesse sentido que pôde afirmar que a política "teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros" (IDEM, IBIDEM).

Mas como a guerra é perpétua, não se pode falar propriamente em uma batalha final e, por isso, torna-se difícil estabelecer uma oposição binária entre dominantes e dominados: os dominantes podem se enfraquecer e os dominados inverterem a situação de dominação. E mesmo em dada situação de dominação, dominantes e dominados sofrem a ação do poder, pois “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1976/1999, p. 105). Não há exercício do poder de um lado e resistência, do outro. Ambos os oponentes fazem parte da relação de poder de maneira ativa, ainda que não em igual situação ou dispondo dos mesmos recursos. Sob esse paradigma, portanto, não faz sentido falar em vítimas e algozes, mas em adversários. Essa é a segunda proposição teórico-metodológica que se propôs a tratar aqui e ela traz uma importante implicação: a coextensividade da resistência ao exercício de poder permite que se investigue as relações de poder não em termos apenas de sua racionalidade interna – o desenvolvimento da racionalidade da psiquiatria ou da criminologia, por exemplo: a produção de saberes e o exercício do poder podem ser melhor entendidas partindo da análise das resistências que suscita. (DREYFUS; RABINOW, 1995)

A terceira proposição teórico-metodológica se refere ao caráter positivo do poder. Mesmo tomando-se as esferas de poder mais globais como o Estado, não se pode dizer que o que há são apenas restrições e exigência de obediência: essas são as formas mais extremas e, por isso, as mais visíveis do poder. (FOUCAULT, 1977/2010). A gestão da população não seria eficaz se fosse exercida apenas de maneira coercitiva e violenta, pois certamente seria alvo constante de resistências. (MAIA, 1995). O que uma análise da microfísica dos poderes pretende dar visibilidade é justamente para a “positividade” das relações de poder, pois dar ater-se aos efeitos negativos do poder (coerção, repressão) é deixar de lado a análise de aspectos fundamentais da mecânica de seu funcionamento. Nesse sentido, Foucault (1975/2009) afirma:

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objeto e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter dizem respeito a essa produção”.

O objetivo das estratégias globais do poder moderno é o de gerir as condutas dos indivíduos para que se possa extrair deles o máximo de suas potencialidades

produtivas ao mesmo tempo em que se diminui suas disposições à sedição, ao enfraquecimento da relação de poder em que estão inseridos.

Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política. (MACHADO, 2006, p. 172)

Outro problema de se descrever o poder tomando como norte seu caráter essencialmente repressivo é que coloca nas liberações a solução para os problemas. Foucault (1984/2004b; 1983/1995) desconfia do tema geral das liberações, em pelo menos dois sentidos. No campo político, a revolução, a libertação de um governo despótico, constitui-se apenas o primeiro passo para maiores liberdades. Uma vez deposto o governo será necessário negociar as práticas políticas que irão determinar o cotidiano dos cidadãos. Já no campo dos discursos sobre a liberação sexual, a hipótese repressiva faz crer que existe uma natureza humana que é constrangida ou aprisionada por saberes historicamente constituídos. Nesse sentido, é mais útil reconhecer que as relações de poder não incidem sobre um sujeito prévio, mas que são essas relações mesmas que o formam. Essa proposição é válida tanto para a determinação do sujeito por meio de práticas institucionais, quanto nas práticas éticas ou práticas de liberdade nas quais o indivíduo exerce controle sobre si mesmo, como se verá mais adiante. É preciso, portanto, não vislumbrar o poder como o “mal”, ainda que seus efeitos em determinadas circunstâncias possam ser adversos, e evitar as análises simplificadores que erigem O Poder como o inimigo a ser combatido. Nesse sentido, afirma Foucault (1984/2004a)

O poder não é o mal. O poder são jogos estratégicos. Sabe-se muito bem que o poder não é o mal! Considerem, por exemplo, as relações sexuais ou amorosas: exercer poder sobre o outro, em uma espécie de jogo estratégico aberto em que as coisas poderão se inverter, não é o mal; isso faz parte do amor, da paixão, do prazer sexual. Tomemos também alguma coisa que foi objeto de críticas frequentemente justificadas: a instituição pedagógica. Não vejo onde está o mal na prática de alguém que, em um dado jogo de verdade, sabendo mais do que um outro, lhe diz o que é preciso fazer, ensina-lhe, transmite-lhe um saber, comunica-lhe técnicas: o problema é de preferência saber como será possível evitar nessas práticas – nas quais o poder não pode deixar de ser exercido e não é ruim em si mesmo – os efeitos de dominação que farão com que um garoto seja submetido à autoridade arbitrária e inútil de um professor primário: um estudante, à tutela de um professor autoritário etc. Acredito que é preciso colocar esse problema em termos de regras de direito, de técnicas racionais de governo e de *êthos*, de prática de si e de liberdade (pp. 284-285).

4.2 Modos de Subjetivação

O poder nas sociedades modernas não apenas gere a conduta dos homens em seus mínimos gestos e pensamentos, como também cria interioridade, identidade, formas de subjetividade sujeitadas a discursos e práticas (pretensamente) científicos. Os indivíduos (sujeitos ou corpos, como os denomina Foucault) são antes efeitos das relações de poder do que o material sobre o qual age o poder. Dito nas palavras de Foucault (1976/1979b, p. 183): “o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos”. E não apenas no sentido de que as habilidades individuais são desenvolvidas ou aprimoradas por um poder que objetiva produzir corpos úteis. Para controlar os corpos, os saberes da modernidade fundaram as características da alma em parâmetros científicos.

Por isso Foucault descreve *Vigiar e Punir* como a história do desenvolvimento da microfísica do poder disciplinar ou como a genealogia da alma moderna. Seu objetivo é o de dar visibilidade às formas de constituição da subjetividade, que são correlatas ao exercício de poder sobre os corpos, “sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência” (FOUCAULT, 1975/2009, p. 32).

Nas diversas instituições disciplinares pelas quais passa o indivíduo durante toda a sua vida, ele é observado e descrito, identificado e diferenciado de acordo com os desvios cometidos e com as capacidades e habilidades desenvolvidas. O registro sistemático desses dados, as análises e comparações, a criação de categorias e sistemas de medida quantitativos e qualitativos foi o que tornou possível a fixação de padrões normais de conduta e a “liberação epistemológica” para o surgimento das ciências humanas. “O nascimento das ciências do homem? Aparentemente ele deve ser procurado nesses arquivos de pouca glória onde foi elaborado o jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos, os comportamentos”. (FOUCAULT, 1975/2009, p. 215). O saber psiquiátrico encontrou sua fonte primária de dados nos registros das observações realizadas por médicos sobre internos até então não individualizados em suas patologias mentais. De maneira semelhante, a pedagogia realizou a análise das condutas de crianças com relação à aprendizagem de conteúdos e às condutas disciplinares de obediência; e a criminologia elencou possíveis variáveis para justificar a delinquência e para prever as probabilidades de

recuperação. Assim, o manicômio, a escola e a prisão são simultaneamente locais de exercício de poder e de formação e aperfeiçoamento de saberes. São, nesse sentido, sobretudo lugares da constituição da subjetividade moderna.

As ações dessas instituições, que não tardaram em se espalhar por toda a sociedade, agem sobre o corpo dos indivíduos, mas seu alvo último é a alma, seja ela descrita como personalidade, consciência ou inconsciente, uma vez que apresenta *status* de agente causal sobre as condutas manifestas. Sobre as modificações nos objetivos das estratégias punitivas da esfera jurídica, um dos principais ancoradouros dos saberes *psí*, Foucault (1975/2009, p. 21) declara:

o objeto “crime”, aquilo a que se refere a prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal. A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. Dir-se-ia que não são eles que são julgados; se são invocados, é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas. Julgadas mediante recurso às “circunstâncias atenuantes”, que introduzem no veredicto não apenas elementos “circunstanciais” do ato, mas coisa bem diversa, juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro.

O complexo jogo das sanções punitivas e das gratificações presentes nas diversas instituições educacionais/correcionais/produtivas visam modificar a conduta dos indivíduos por meio da transformação de suas almas. O saber/poder moderno não se interessa apenas pelos atos, sejam corretos ou desviantes, mas pela história biográfica do indivíduo na medida em que essa possa fornecer elementos que permitam identificar traços ou disposições, uma essência interna que possa servir de princípio explicativo para seus bons ou maus comportamentos. A vida do indivíduo comum passa a ter visibilidade nesse regime de poder, pois, por meio da história de seus gestos, pensamentos e ações, pode-se desvendar sua alma.

Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.;

sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificadas; a partir dela, valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. Mas não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falam e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo. (FOUCAULT, 1975/2009, p. 33).

O homem moderno, fruto da sujeição dos indivíduos aos saberes e práticas disciplinares está atado a uma interioridade cujo modelo não é mais o do pecado e da salvação, mas o da norma. As ciências do homem estabelecem padrões de condutas ótimos ou ideais que servem como parâmetro para as técnicas de adestramento, classificação e correção dos indivíduos. De acordo com o sucesso ou o fracasso das diferentes estratégias de adestramento, o sujeito é inteligente, são e obediente; ou, quando fracassa, retardado, louco ou delinquente. (FOUCAULT, 1978/2008b). É claro que há gradações entre esses polos, mas a realidade do sujeito não é outra que não a do resultado dos procedimentos de poder/saber de determinada época. A esse respeito, afirma Foucault (1974/2006c):

As ciências do homem, consideradas em todo o caso como ciências do indivíduo, são tão-somente o efeito de toda essa série de procedimentos [disciplinares]. E, por outro lado, vocês veem que, parece-me, seria absolutamente falso historicamente, logo politicamente, reivindicar os direitos originais do indivíduo contra algo como o sujeito, a norma ou a psicologia. Na verdade, o indivíduo é, desde logo e pelo fato desses mecanismos, sujeito normal, sujeito psicologicamente normal; e, por conseguinte, a dessubjetivação, a desnormalização, a despsicologização, implicam necessariamente a destruição do indivíduo como tal. (pp. 70-71)

O estabelecimento de formas de subjetividade ligadas à norma por meio de uma rotulação das gradações das diferenças individuais tem outra importante função que não está vinculada diretamente com o adestramento ou à correção, mas à prevenção, certamente um dos feitos das tecnologias disciplinares mais úteis ao controle social (FONSECA, 2014; WEIZENMANN, 2013). A psiquiatria, a psicologia, a pedagogia, entre outras ciências do homem, estabelecem uma psique, uma “alma-sujeito” no campo das virtualidades, dos caracteres, dos traços e disposições que são passíveis de serem detectados mesmo que um delito ou um comportamento anormal não tenha sido exibido.

Pressão contínua, portanto, desse poder disciplinar que não tem por objeto a falta, o prejuízo, mas a virtualidade do comportamento. Antes mesmo do gesto ser feito, alguma coisa deve poder ser detectada, e o poder disciplinar deve intervir; intervir de certo modo antes da manifestação mesma do comportamento, antes do corpo, do gesto ou do discurso, no nível do que é a virtualidade, a disposição, a vontade, no nível do que é a alma. E vocês veem projetar-se assim, por trás do poder disciplinar, algo que é alma, uma alma bem diferente da que tinha sido definida pela prática e toria cristãs. (FOUCAULT, 1974/2006c, p. 65)

Modo de subjetivação ético

Ainda na década de 1970, particularmente após a publicação do primeiro volume de *História da Sexualidade*, Foucault muda o eixo de suas pesquisas de uma genealogia do poder para uma genealogia da constituição do sujeito ético. (FOUCAULT, 1976/1999). De maneira bastante geral, os cursos e obras desse período buscaram examinar um conjunto de práticas ascéticas, de limitação dos prazeres, sobretudo as encontradas nos registros dos períodos clássico e imperial grego, com vistas a estabelecer uma crítica à ética moderna. Há, evidentemente, uma série de conceitos e problematizações específicas sobre a ética grega que enriqueceriam, em muito, este trabalho, mas o objetivo aqui é bem mais modesto: apresentar a aparente tensão entre o determinismo das relações de poder e a possibilidade de um comportamento ético.

O problema se coloca dado que Foucault (1984/2005b) define o comportamento ético como uma prática reflexiva da liberdade e utiliza como exemplos as práticas do cuidado de si da antiguidade clássica, quando não se poderia pensar “que certos indivíduos poderiam desempenhar, em relação aos outros, o papel de pastores, guiando-os ao longo de toda a sua vida, do nascimento à morte” (IDEM, p. 65). As “técnicas de si” ou “cuidado de si” caracterizavam-se por uma postura mais ativa do sujeito, não se confundindo com a mera obediência às prescrições dos códigos morais. De maneira bastante esquemática, o objetivo dessas práticas era o de tornar o sujeito “livre de qualquer escravidão interna das paixões, e atingir a um modo de ser que pode ser definido pelo pleno gozo de si ou pela soberania de si sobre si mesmo” (FOUCAULT, 1984/1998, p. 30). De fato, objetivo bem diverso do que o de seguir um conjunto de regras, trata-se, antes de um constante exercício, de formas de aperfeiçoamento do domínio de si, cujo intuito é o de “transformar-se a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (IDEM, p. 28).

Nesse sentido é que Foucault (1984/2005b) aponta para a fragilidade da classificação de uma conduta como ética, quando se atenta apenas para o comportamento. Tome-se como exemplo o adultério, ou a não realização do adultério. Pode-se não trair o cônjuge posto que é um crime, um pecado, um sintoma de distúrbio da sexualidade ou porque se deseja ser senhor de si e não escravo de suas paixões, visando uma vida bela. Os comportamentos podem ser semelhantes em sua ocorrência (não praticar adultério), mas apenas no último caso tratar-se-á de uma conduta ética, posto que é uma prática reflexiva com vistas a produção de uma liberdade (que também pode ser interpretada como uma autolimitação ou autocontrole).

De fato, as questões que concernem à genealogia da ética estabelecem problemáticas um tanto diferentes das desenvolvidas na genealogia do poder. O espaço das relações éticas, do cuidado de si não parece ser o mesmo das relações de poder. As práticas éticas seriam, assim, o negativo da sujeição das relações de poder. Por certo, é o que ocorre no caso das relações de poder pastoral e disciplinar, mas não porque a conduta ética seria desprovida de determinação e estaria, assim, fora ou livre de todo o poder.

As práticas éticas são práticas de liberdade na medida em que se constituem em formas de domínio sobre si ou em novos campos de ação possível. Essa concepção não implica necessariamente que as práticas éticas sejam concebidas por sujeitos autônomos. Aliás, as obras foucaultianas que abrangem essa temática estão repletas de exemplos sobre as determinações sociais das práticas de si. Afirmando sua oposição a noção de um sujeito autônomo, constituinte, Foucault (1984/2004a, p. 291) declara

penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal do sujeito que poderíamos encontrar em qualquer lugar. Sou muito cético e muito hostil em relação a esta concepção de sujeito. Penso, antes, que o sujeito se constitui por meio de prática de assujeitamento ou de uma maneira mais autônoma, por meio de práticas de libertação, de liberdade, como na Antiguidade, a partir, entendido bem, de um certo número de regras, estilos, convenções, que encontra no meio cultural.

Bem entendido, dizer que se pode constituir com relativa autonomia em relação às formas de sujeição presentes na sociedade não é o mesmo que afirmar que há nas práticas éticas um sujeito autônomo. Mesmo a discordância das prescrições morais de uma dada sociedade ou a criação de novos estilos de vida são

determinados. E a própria obra de Foucault pode ser vista como uma dessas formas de promoção de dissidências éticas na medida em que propõe princípios para uma moral experimental:

(1) a recusa a aceitar como autoevidente as coisas que são propostas para nós; (2) necessidade de analisar o saber já que não podemos analisar nada sem reflexão e compreensão – assim, o princípio da curiosidade; (3) o princípio da inovação: procurar em nossa reflexão aquelas coisas que nunca foram pensadas ou imaginadas. Assim: recusa, curiosidade, inovação.¹⁴ (FOUCAULT, 1988).

¹⁴ Tradução de: the refusal to accept as self-evident the things that are proposed to us; (2) the need to analyze and to know, since we can accomplish nothing without reflection and understanding—thus, the principle of curiosity; and (3) the principle of innovation: to seek out in our reflection those things that have never been thought or imagined. Thus: refusal, curiosity, innovation. (FOUCAULT, 1988).

5 Introdução ao behaviorismo radical

Admitimos, desde Darwin, que somos filhos de primatas, embora não nos consideremos primatas. Convencemo-nos de que, descendentes da árvore genealógica tropical em que vivia o nosso antepassado, dela nos escapamos para sempre, para construirmos, fora da natureza, o reino independente da cultura (MORIN, 1999, p. 2).

B. F. Skinner foi um dos mais proeminentes cientistas norte-americanos e é, certamente, um dos autores mais influentes da psicologia moderna, ao lado de figuras como Sigmund Freud, Jean Piaget e Carl Rogers (O'DONOHUE; KYLE, 2001). Contudo, contrariamente aos três autores citados, Skinner não construiu um sistema teórico psicológico com estruturas ou aparelhos psíquicos e fases do desenvolvimento. O behaviorismo, como o define Skinner, é a filosofia da ciência do comportamento e, como filosofia da ciência, está preocupado fundamentalmente com a delimitação do objeto de estudo e com o tratamento metodológico adequado a sua investigação (SKINNER, 1974; 1963/1969b). Um propósito aparentemente modesto, mas ao se levar em conta que tanto pressionar uma barra ou bicar um disco, quanto pensar, sentir, fazer ciência ou arte são comportamentos, o discurso behaviorista pode abarcar um campo evidentemente vasto.

A obra skinneriana é abundante e versa sobre assuntos tão variados como instituições, formas de governo, práticas educativas, psicoterápicas e linguagem (CARRARA, 2005). Skinner (1973/1981a) chega a afirmar que mais de sessenta por cento de seu trabalho é dedicado a assuntos humanos, embora frequentemente tenha sido alvo de acusações de que sua visão sobre o comportamento estaria deturpada por ter se especializado na análise da conduta de animais inferiores como ratos e pombos. As análises experimentais realizadas em laboratório, os quarenta por cento restantes da produção skinneriana, são contudo, as responsáveis pelo behaviorismo oferecer uma visão de homem e mundo diferentes das demais formas de psicologia constituídas até então. A esse respeito, comenta Skinner (1973/1981a, p. 18),

Ao escrever sobre assuntos humanos, sempre frisei as implicações de uma análise experimental do comportamento, análise que realmente foi realizada em princípio em espécies menores, mas com o tempo se estendeu aos seres humanos com resultados comparáveis. Mesmo o trabalho feito com outras espécies foi importante nos assuntos humanos, pois revelou o extraordinário papel do ambiente na determinação do comportamento. Não era necessário acreditar que homens e mulheres eram como ratos e pombos para começar a ver mais fielmente o mundo em que vivem.¹⁵

O behaviorismo skinneriano, quando versa sobre os assuntos humanos, em grande parte das vezes, faz uma interpretação ou uma especulação sobre os fenômenos em questão, tomando por base as regularidades encontradas no laboratório, ou seja, faz uma extrapolação das “leis” do comportamento. Não são, pois, afirmações científicas, mas não foram realizadas para que se passassem por tais. São, quando muito, indicativos para programas de pesquisa. Sobre a extrapolação de achados laboratoriais para contextos mais complexos, declara Skinner (1974, p.12):

Grande parte da argumentação vai além dos fatos estabelecidos. Estou mais preocupado com interpretação do que com previsão e controle. Cada campo científico tem uma fronteira além da qual a discussão, embora necessária, não pode ser tão precisa quanto se desejaria. Um autor disse recentemente: "A mera especulação, que não pode ser submetida à prova da verificação experimental, não faz parte da Ciência"; se isso fosse verdade, porém, grande parte da Astronomia ou da Física Atômica, por exemplo, não seria ciência. A especulação é de fato necessária para a ideação de métodos capazes de proporcionar melhor controle de um determinado assunto¹⁶.

Para entender as “especulações” skinnerianas, que serão tratadas nas seções subsequentes, faz-se necessário a apreensão dos conceitos e princípios fundamentais formulados no behaviorismo radical (CARRARA, 2015). Primeiramente, o comportamento. Desde o manifesto de Watson (1913), o comportamento foi erigido como objeto de estudo dessa nova forma de psicologia. Naquela época, essa postura significava a recusa de estudar os fenômenos da consciência, os processos ou

¹⁵ Tradução de: Al escribir acerca de asuntos humanos, siempre he subrayado las implicaciones de un análisis experimental de la conducta, análisis que efectivamente al principio fue realizado en especies menores, pero que con el tiempo se extendió a los humanos con resultados comparables. Aun el trabajo realizado con otras especies fue importante para los asuntos humanos, pues reveló el extraordinario papel que desempeña el medio ambiente en la determinación de la conducta. No resultaba necesario creer que hombres y mujeres eran como ratas y pichones para empezar a ver más fielmente el mundo en que viven. (SKINNER, 1973/1981a, p. 18).

¹⁶ Tradução de: Much of the argument goes beyond the established facts. I am concerned with interpretation rather than prediction and control. Every scientific field has a boundary beyond which discussion, though necessary, cannot be as precise as one would wish. One writer has recently said that “mere speculation which cannot be put to the test of experimental verification does not form part of science,” but if that were true, a great deal of astronomy, for example, or atomic physics would not be science. Speculation is necessary, in fact, to devise methods which will bring a subject matter under better control. (SKINNER, 1974, p.12).

estados mentais por meio da introspecção. O objetivo de Watson era fundar uma ciência experimental objetiva e com o *status* de ciência natural. Como o fundador do behaviorismo era afeito ao positivismo (CARRARA, 2015), estava atado à noção de produção da verdade por consenso. Não negava, pois, a existência dos fenômenos mentais, mas devido à condição privada de tais eventos, o acesso a esses dados restava totalmente comprometido quanto à objetividade e, dessa forma, não poderiam ser objetos dessa nova ciência. O comportamento para os primeiros behavioristas estava restrito àquilo que poderia ser observado por mais de uma pessoa e mensurado. Watson e seus primeiros seguidores permaneceram presos ao dualismo mente-corpo cartesiano, ainda que não concedessem papel predominante à consciência.

Concorda-se que os dados da psicologia devem ser comportamentais e não mentais, caso se deseje que a psicologia seja membro das Ciências Unidas, mas a posição assumida é simplesmente aquela do behaviorismo "metodológico". De acordo com esta doutrina, o mundo é dividido em eventos públicos e privados; e a psicologia, a fim de corresponder às exigências de uma ciência, deve se restringir aos primeiros. Este nunca foi um bom behaviorismo, mas foi uma posição fácil para ser exposta e defendida e, frequentemente, foi assumida pelos próprios behavioristas. É menos questionável para o subjetivista porque lhe permite manter a "experiência" para fins de autoconhecimento "não-fisicalista". [...] É o mesmo que dizer que, enquanto o físico deve confessadamente restringir-se ao tempo einsteiniano, permanece verdade que o tempo newtoniano absoluto flui "igualmente sem relação com qualquer coisa externa". É uma espécie de *E pur si muove* ao inverso¹⁷. (SKINNER, 1945/1999, pp. 380-1).

Reconhecer que existe algo como uma mente, isto é, uma dimensão não física e não localizável em meio ao mundo físico, e, reconhecer igualmente, que não se pode estudá-la por não ser uma dimensão objetiva é assumir uma posição muito frágil no campo da psicologia, pois não se pode se pronunciar sobre a alma humana. Por

¹⁷ Tradução de: It is agreed that the data of psychology must be behavioral rather than mental if psychology is to be a member of the United Sciences, but the position taken is merely that of "methodological" behaviorism. According to this doctrine the world is divided into public and private events; and psychology, in order to meet the requirements of a science, must confine itself to the former. This was never good behaviorism, but it was an easy position to expound and defend and was often resorted to by the behaviorists themselves. It is least objectionable to the subjectivist because it permits him to retain "experience" for purposes of "non-physicalistic" self-knowledge. The position is not genuinely operational because it shows an unwillingness to abandon fictions. It is like saying that while the physicist must admittedly confine himself to Einsteinian time, it is still true that Newtonian absolute time flows "equally without relation to anything external." It is a sort of *E pur si muove* in reverse. (SKINNER, 1945/1999, pp. 380-1).

isso Skinner (IBIDEM) afirmou ser necessária uma mudança nos rumos da ciência do comportamento:

O que está faltando é a corajosa e excitante hipótese behaviorista de que aquilo que se observa e sobre o que se fala é sempre o mundo "real" ou "físico" (ou pelo menos o mundo "uno"), e que a "experiência" é um construto derivado que só pode ser entendido através de uma análise dos processos verbais (e não, é claro, meramente vocais)¹⁸.

O monismo adotado pelo behaviorismo radical permite que se amplie o escopo do comportamento como categoria de análise dentro de um quadro de referência de investigações científicas, abrangendo também os fenômenos mentais ou subjetivos. A posição behaviorista sobre a dicotomia objetivo x subjetivo, de que trata a citação anterior, será abordada com maiores detalhes na seção seguinte, ao se discutir sobre a percepção (ou o perceber). Por enquanto basta reter que Skinner não faz diferença, quanto aos processos envolvidos, entre os comportamentos que só podem ser observados pelo próprio indivíduo e aqueles que podem ser observados por mais de uma pessoa. (SKINNER, 1953/2005; 1974).

Desse modo, ter consciência dos sentimentos, pensar, imaginar, fazer um cálculo aritmético "mentalmente" são exemplos de comportamentos encobertos, pois o único espectador do comportamento é o próprio sujeito. Esses comportamentos obedecem aos mesmos princípios dos comportamentos executados em público. Ter consciência dos próprios sentimentos é semelhante a discriminar estímulos perceptivos vindos do ambiente. O pensamento, como comumente definido, é uma espécie de fala encoberta (realizada "dentro da pele"). Imaginar é ver na ausência do objeto visto (SKINNER, 1974, p. 31). Fazer um cálculo mentalmente é semelhante a fazê-lo com a ajuda de lápis e papel. Assim como estes, é possível estabelecer correlatos públicos (abertos) de comportamentos encobertos e estes devem ser descritos e explicados segundo os mesmos diagramas ou contingências, na linguagem behaviorista.

¹⁸ Tradução de: What is lacking is the bold and exciting behavioristic hypothesis that what one observes and talks about is always the "real" or "physical" world (or at least the "one" world) and that "experience" is a derived construct to be understood only through an analysis of verbal (not, of course, merely vocal) processes. (IBIDEM).

5.1 Uma definição de comportamento

Falou-se sobre comportamento, foram dados alguns exemplos, mas não uma definição. Sob a perspectiva adotada no presente trabalho, o comportamento não é uma coisa ou um processo, num sentido muito próximo ao que conferiu Kester Carrara em sua obra cujo sugestivo título é *Uma ciência sobre “coisa” alguma* (CARRARA, 2015). O cerne de seu raciocínio pode ser resumido ao afirmar que o

comportamento não é um conceito que possa ser caracterizado tão facilmente quando se formula uma pergunta como: “o que é comportamento?”. Em contraposição, adquire mais sentido quando se pergunta: “como se dá ou como se estabelece ou em que condições dadas se pode falar em comportamento?”. Isso faz pensar que comportamento não é, e nada é, senão um conceito apenas possível no âmbito das relações, embora ele não seja as próprias relações (IDEM, p.117).

O comportamento é um conceito, um instrumental metodológico que permite isolar relações e estabelecer certas regularidades. O conceito não pode ser igual às “próprias relações” no sentido em que não as representa¹⁹. O conceito determina a realidade como um recorte possível, dentre outros.

Eis que se pode objetar – e com certa razão - que os objetivos do behaviorismo, presentes já no manifesto de Watson (1913) e incorporados por Skinner (1953/2005; 1974) são a previsão e o controle do comportamento, o que o caracteriza como uma forma de conhecimento não contemplativa, ligada à transformação do mundo. O que é transformado, senão a realidade? Ou, de maneira mais complexa: a realidade não determina a construção de conceitos? Uma resposta satisfatória dessas questões necessitaria de uma precisão maior dos termos envolvidos e será melhor desenvolvida na próxima seção. Por ora, basta assinalar que a aparente contradição é instaurada desde que conceba a existência de uma única realidade e que o conhecimento (verdadeiro) seja sua representação fiel. Essa não é a compreensão do behaviorismo radical, que está alinhado não ao positivismo, mas a teses pragmatistas (ABIB, 2001; LOPES et al., 2012; LOPES, 2008).

Outra objeção à interpretação aqui proposta pode ser levantada evocando as próprias palavras de Skinner (1953/2005, p. 15): “O comportamento é um assunto

¹⁹ Como se verá adiante, a concepção de linguagem para Skinner, ou melhor, de comportamento verbal não é referencialista. Não faz sentido a uma tal abordagem entender a linguagem ou o pensamento como formas de representação no mundo (ROCCA, 2012).

difícil, não porque é inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é *um processo*, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação”²⁰ (grifo meu). O que Skinner parece estar dizendo é que conceber o comportamento como algo estático (como coisa, substância ou essência) é menos útil do que concebê-lo como algo sempre “mutável, fluido e evanescente” (IDEM), posto que o behaviorismo investiga, justamente, suas transformações. Então, em que pese a afirmação de Skinner de que o comportamento é um processo, não é preciso abandonar o raciocínio exposto no parágrafo anterior.

Depois dessa breve digressão epistemológica, resta apresentar o que é definido pelo “recorte” comportamento. O comportamento é uma relação entre organismo e ambiente ou entre resposta e estímulos. Uma resposta é parte das ações de um organismo em intercâmbio com o ambiente. A respiração, no nível das trocas gasosas, é uma relação organismo/ambiente que não se caracteriza como comportamento, embora inspirar, expirar e manter-se em apneia possam ser considerados comportamentos. A diferença é a que existe entre um processo fisiológico e a coordenação sensório-motora, envolvendo “o organismo como um todo”, necessária ao comportamento. (LOPES, 2008).

O comportamento é descrito como uma relação, correlação, relação funcional ou contingência que envolve eventos ambientais e eventos comportamentais. Quanto aos eventos comportamentais, embora, o dado básico seja a probabilidade de ocorrência de uma determinada resposta (SKINNER, 1957), o que se pode observar é apenas a ocorrência discreta de uma resposta, ou seja, um episódio comportamental. E a descrição de um episódio comportamental só pode ser concretizada ao se estabelecer a relação entre a topografia e a função de uma resposta. A topografia é a descrição das dimensões do comportamento que podem ser descritas puramente em termos físicos. As contrações musculares de um movimento ou a produção de padrões de ondas mecânicas pelas pregas vocais, por exemplo. A unidade de comportamento, contudo, não pode ser estabelecida pela topografia, posto que ela é sempre única. É a função de uma resposta, seu “sentido” que fornece unidade ao episódio comportamental (LOPES, 2008). Tomando o

²⁰ Tradução de: Behavior is a difficult subject matter, not because it is inaccessible, but because it is extremely complex. Since it is a process, rather than a thing, it cannot easily be held still for observation. (SKINNER, 1953/2005, p. 15).

exemplo banal de acender a luz ao tocar o interruptor. Pode-se fazer isso com as mais diversas partes do corpo e ainda que se faça com a mesma parte dificilmente se conseguirá repetir a mesma performance (topografias diferentes), mas ainda assim tratar-se-á do mesmo comportamento, o de acender a luz.

O comportamento de acender a luz é definido como um operante, pois faz modificações no ambiente. É, então, definido pela relação funcional entre os estímulos antecedentes (o contexto), a resposta e as consequências (reforçadoras ou punitivas), o que é chamado de contingência tríplice. A função de que se falou no parágrafo anterior não pode ser igualada, de fato, ao sentido ou ao objetivo de um comportamento. A relação funcional estabelece apenas a correlação entre as variáveis ambientais e as comportamentais, segundo a fórmula descritiva defendida por Ernest Mach (SKINNER, 1953/2005), que substitui a noção mecanicista de causalidade presente no behaviorismo watsoniano.

A descrição das relações funcionais permite que se explique o comportamento sem fazer referência a níveis de determinações insondáveis, tais como os conteúdos mentais e motivacionais, e também aspectos neurofisiológicos ou os de um sistema nervoso conceitual (SKINNER, 1950). Skinner propõe uma psicologia sem alma e um sujeito sem mente ou interioridade, ou melhor, uma interioridade que é o resultado das relações entre o indivíduo e o ambiente físico e social. Essa posição implica em abandonar, dentre outros, os conceitos de intenção, consciência, personalidade, identidade, volição, autonomia, liberdade, concebidos como possessão do indivíduo e utilizados como princípios explicativos do comportamento humano. De fato, é totalmente contra-intuitivo, para um membro da cultura ocidental, pensar que não faz as coisas por que gosta ou quer; ou porque é assim que ele é; ou porque sente raiva ou amor.

A rejeição do behaviorismo radical às conceituações mentalistas como princípios explicativos dá-se, principalmente, por duas razões: a primeira razão deve-se ao fato de que adotar o dualismo mente-corpo inviabiliza uma análise científica do comportamento humano; a segunda é a de que adotar conceitos mentalistas como causa de comportamentos oblitera suas fontes reais.

Partir do pressuposto de que há no mundo algo que não seja físico, como a mente platônica ou a cartesiana, coloca imediatamente questão de como ter acesso a esse algo não físico e de como esse algo não físico se liga ao mundo físico. Em que

espaço ou curvatura espaço-tempo se encontra a mente, ou quais são os meios de se ter acesso a essa entidade? Como explicar o simples fato de uma pessoa desviar de um buraco enquanto caminha pelo passeio público? Nas explicações mentalistas, algo físico (visão do buraco) transforma-se em causa de algo mental (percepção do buraco) ligado a um processo mental (pensamento de desviar do buraco) que, por sua vez transforma-se novamente em causa de algo físico (mudar a direção de caminhar).

É digno de nota que a maioria das teorias psicológicas, como as cognitivistas, não se colocuem seriamente o embaraçoso problema causado pela adoção do dualismo mente-corpo. E que a psicanálise tenha conseguido duplicá-lo, dado que o inconsciente parece não ser nada além do que a mente da mente.

Ao adotar conceitos mentalistas, tais como vontade ou intencionalidade, as ciências psicológicas param a meio caminho de estabelecer as relações funcionais²¹ do comportamento. Nesse sentido, Skinner (1974) diz que:

[A] teoria [do comportamento] operante deslocou o propósito, que parecia ser exibido pela ação humana a partir intenção antecedente ou plano, para ulterior seleção por contingências de reforçamento. Uma pessoa disposta a agir porque ela tem sido reforçada por tal ação pode sentir uma condição corporal e chamá-la "sentimento de propósito", mas o que o behaviorismo rejeita é a eficácia causal desse sentimento²². (p. 246)

O propósito ou o sentimento de propósito não é causa do comportamento, ainda que o anteceda, ou melhor, justamente porque o antecede. As mesmas variáveis podem ser responsáveis pelo sentimento de propósito ou intenção e pelo comportamento em análise, mas definitivamente esse sentimento não é sua causa. De maneira semelhante, uma criança não corre de um cachorro solto na rua porque sente medo do animal. Ela sente medo e corre do animal. A visão do cachorro solto provoca o medo e é ocasião para fugir dele. No caso do medo, trata-se de uma condição corpórea (comportamento respondente) “associada” ao cachorro. No caso de correr (comportamento operante), essa resposta foi fortalecida em situações

²¹ O conceito de função, em Skinner, refere-se à função matemática. O conhecimento sobre o comportamento seria produzido na medida em que se identificam padrões de correlações entre eventos. É desejável, mas não necessário, que esses padrões sejam descritos por meio de equações. É igualmente desejável que essas equações sejam generalizáveis, de forma a que possam ganhar o estatuto de leis científicas, mas, novamente, isso não é necessário.

²² Tradução de: Operant theory moved the purpose which seemed to be displayed by human action from antecedent intention or plan to subsequent selection by contingencies of reinforcement. A person disposed to act because he has been reinforced for acting may feel the condition of his body at such a time and call it “felt purpose,” but what behaviorism rejects is the causal efficacy of that feeling. (SKINNER, 1974, p. 246).

anteriores semelhantes por ter evitado alguma espécie de dano. Poderia ocorrer também de o menino sentir medo e não correr, caso seus amigos (ou ele próprio) fossem repreendê-lo pela fuga. Em ambos os casos, a relação entre correr ou não correr e o sentimento de medo é apenas temporal.

O exemplo fornecido acima trata de proporcionar uma explicação alternativa à tradicional explicação mentalista, que designa um sentimento como causa de um comportamento. Poderiam ser fornecidos outros nos quais ao invés de sentimento, conceitos como atitude²³, pensamento, personalidade ou volição fossem utilizadas como causa do comportamento. As análises funcionais seriam empreendidas de maneira semelhante, buscando na história da interação entre indivíduo e ambiente as causas dos comportamentos analisados.

Cabe ainda destacar que o sujeito é apenas um conjunto de repertórios comportamentais e, assim sendo, as noções de personalidade e identidade perdem sua força explicativa do eu. O sujeito se realiza no comportamento e é singular em cada classe de comportamentos. Em alguns casos, como no pensamento, existem dois sujeitos: um que exerce a função de falante e outro, a de ouvinte. É evidente que existem regularidades comportamentais, mas os conceitos de identidade e personalidade não são suficientes para explicá-las. À personalidade, falta a determinação ambiental e à identidade, a multiplicidade de “eus” para além dos papéis sociais.

É importante enfatizar que é preciso um processo de aprendizagem para olhar para si mesmo e reconhecer que se está sentindo dor ou qualquer outro sentimento. Essa é uma forma de autoconhecimento que, da mesma maneira como saber o porquê se fez algo, é socialmente construída. Nas palavras de Skinner (1974, p. 35): “O auto-conhecimento é de origem social [...] Diferentes comunidades geram diferentes tipos e quantidades de auto-conhecimento e diferentes maneiras pelas quais as pessoas explicam-se a si mesmas e aos outros”²⁴.

²³ Especificamente sobre a deficiência do valor preditivo do comportamento pela atitude, consultar LAPIERE, R. T. Attitudes and actions. *Social Forces*, 13, 1934, pp. 230-37.

²⁴ Tradução de: “Self-Knowledge is of social origin (...) Different communities generate different kinds and amounts of self-knowledge and different ways in which people explain themselves to themselves and others.” (SKINNER, 1974, p. 35).

5.2 Modelo de seleção por consequências

O modelo causal de seleção por consequências é característico de organismos vivos ou de algumas máquinas projetadas para aprender. Esse modelo explica fundamentalmente a evolução da vida em suas dimensões biológica, comportamental e cultural. (SKINNER, 1981b). É um aperfeiçoamento ou, ao menos, uma projeção dos mecanismos básicos presentes na teoria darwiniana da evolução das espécies para as esferas comportamentais em nível individual e coletivo (cultural). Os pressupostos do modelo de seleção por consequências são os de que tudo o que é vivo e, igualmente, de que todas as formas de comportamento são fruto da produção de variação individual e seleção ambiental (MELO, 2008).

Dito de outro modo, Skinner reconhece três grandes dimensões de determinação do comportamento humano: a filogênese, a ontogênese e a cultura. A filogênese é a história da seleção natural das características biológicas e comportamentais da espécie, como reflexos (comportamentos respondentes), comportamentos liberados e sensações corpóreas. A ontogênese refere-se a todos os comportamentos aprendidos durante a vida de um organismo (seja ou não da espécie humana). E a cultura é um conjunto de comportamentos exibidos por determinado grupo e transmitido entre gerações. E, nesse sentido, o comportamento cultural é característico apenas da espécie humana. (DITTRICH, 2004).

A cada uma das dimensões ou níveis de determinação do comportamento humano corresponde ao menos uma ciência: a filogênese à biologia (e ao nível comportamental, à etologia); a ontogênese à psicologia; e a cultura à antropologia e à sociologia. A psicologia, ainda que se dedique à explicação do comportamento individual, constitui um campo de investigação multi ou transdisciplinar, sobretudo quando trata do comportamento humano. (ABIB, 2001). Os três níveis de determinação não devem ser entendidos de forma estanque, mas na dinâmica de suas interrelações.

Contudo, seguindo Dittrich (2004), é importante deixar claro que Skinner não quer fazer corresponder ponto a ponto a teoria darwiniana e seu modelo de seleção por consequência, pois em cada nível (filogênese, ontogênese e cultura) há unidades de seleção e contingências ambientais seletivas com características distintas e irreduzíveis umas às outras. É sobre essas que se falará agora.

5.2.1 *Nível I: filogênese*

A filogênese pode ser explicada segundo o modelo teórico da seleção natural das espécies formulado por Darwin e Wallace, segundo o qual as espécies e/ou características dessas espécies são selecionadas por sua capacidade de adaptação a mudanças ambientais - sejam elas advindas da competição ou cooperação entre as espécies ou de mudanças no ambiente físico. Entre as formas de comportamento selecionadas por contingências filogenéticas podem ser citadas os comportamentos reflexos e os comportamentos migratórios, de corte e acasalamento, a construção de ninhos e os demais comportamentos classificados pelos etólogos como instintivos.

O princípio da seleção explica como as espécies e/ou características espécie-específicas permanecem ou como são extintas. Para explicar como surgem novas espécies e/ou características, é necessário recorrer ao princípio de variação e este é dado pelas mutações genéticas aleatórias. É preciso, contudo, compreender que as variações são aleatórias não no mesmo sentido em que se compreende o termo em matemática, mas que em biologia evolutiva qualificar de aleatórias as mutações significa tão somente que essas não ocorrem segundo um plano prévio ou mesmo que não seguem uma orientação em direção à adaptação (GOULD, 1989):

Não há, portanto, nenhuma força, tendência ou pressão seletiva que, de alguma forma, oriente teleologicamente a evolução das espécies. A variação é um evento aleatório no sentido descrito no parágrafo acima e a seleção só pode agir sobre o material das mutações ou combinações genéticas. As características favoráveis ou mais adaptadas à sobrevivência e reprodução são selecionadas e as desfavoráveis ou menos adaptadas tendem a se extinguir. É preciso notar, com Skinner (1963/1969b, p. 177), contudo, que apesar de “Todas as características atuais de um organismo não necessariamente [contribuírem] para a sua sobrevivência e procriação, ainda assim, todas elas foram selecionadas”.²⁵

As características selecionadas não são, portanto, mais evoluídas ou melhores. A evolução não significa progresso e tampouco uma melhor adaptabilidade do organismo a eventuais mudanças ambientais. Aliás, essa é a primeira “falha” reconhecida por Skinner (1990) no processo de seleção por consequências, pois as

²⁵ Tradução de: All current characteristics of an organism do not necessarily contribute to its survival and procreation, yet they are all nevertheless “selected”. (SKINNER, 1966/1969b, p. 177)

características biológicas ou comportamentais selecionadas pelas contingências filogenéticas são efetivas apenas em um ambiente semelhante ao selecionador, ou de outra forma, a “Seleção natural prepara as espécies apenas para um futuro que se assemelha ao passado selecionador”²⁶. (p. 1206). A correção dessa falha é possível por meio do condicionamento operante, dado que o organismo pode adquirir comportamento útil em determinados ambientes durante a sua vida. O processo de condicionamento operante possibilita que contingências que não são estáveis a ponto de poder ter um papel na seleção natural afetem o organismo por meio da susceptibilidade às consequências de suas ações. Essa característica – a susceptibilidade ao reforço –, aliás, é uma das mais importantes selecionadas pelas consequências filogenéticas.

Importante notar que esse modelo explicativo inverte a tradicional visão de causalidade, na qual um evento A leva a um evento B, embora seja comum interpretar a seleção natural das espécies segundo o modelo tradicional de causalidade e afirmar, por exemplo, que o homem desenvolveu o polegar opositor a fim de que pudesse manejar melhor os objetos e construir ferramentas. Parece claro, diante do exposto, que a seleção se dá pelas consequências: o polegar opositor e as habilidades manuais foram selecionados por suas vantagens adaptativas à vida na savana. Alguns primatas sem essas características não geraram descendentes. A causa, portanto, deve ser encontrada nas consequências ambientais e não nas mutações.

5.2.2 Nível II: Ontogênese

Um organismo no início de sua história ontogenética exibe um comportamento “relativamente indiferenciado” de origem filogenética cuja seleção se deu provavelmente por facilitar a ação das contingências ontogenéticas, incluindo a susceptibilidade às consequências imediatas das ações (SKINNER, 1966/1969b). O repertório relativamente indiferenciado do organismo com o qual age inicialmente sobre o mundo vai dando lugar, por meio de processos de reforçamento e modelagem à comportamentos cada vez mais complexos e eficientes.

²⁶ Tradução de: “It prepares a species only for a future that resembles the selecting past”. (SKINNER, 1990, p. 1206).

Um exemplo deixará claro como tal processo se realiza. Um bebê estica acidentalmente seu braço na direção de determinado objeto, um chocalho. A mãe, atenta ao comportamento do filho, interpreta tal ação como um gesto de apontar e, então, traz o chocalho para perto de seu filho. O bebê agita o chocalho e sorri, pois “gosta do chocalho”. Caso cenas semelhantes repitam-se várias vezes, o bebê desenvolverá o comportamento de apontar como uma forma de pedir coisas. Note-se que na primeira vez que o bebê move o braço em direção ao chocalho, ele não quer o chocalho. O que houve foi uma variação comportamental de mexer os braços, que teve como consequência ter consigo um objeto de que gosta por meio da mediação da mãe. A causa do comportamento não está na intencionalidade do bebê em ter o objeto, mas na consequência que teve sobre sua mãe e sobre seu próprio ato. Pode-se dizer que as sucessivas interações do bebê com a mãe vão gerar algo que será interpretado posteriormente como “intencionalidade” de pedir no gesto de apontar. A seleção dar-se-á no sentido de tornar uma resposta mais provável em determinada situação. No presente exemplo, o gesto de apontar para o chocalho será mais provável quando mãe e chocalho forem avistados no mesmo contexto.

As causas dos comportamentos devem ser localizadas na história de aprendizagem do indivíduo, mais especificamente na história das consequências que tais comportamentos geraram, ou seja, que selecionaram os comportamentos em questão. Mais um exemplo para clarificar a relação entre seleção por consequências e intencionalidade. Diz-se normalmente que um namorado liga para a sua namorada porque quer falar com ela. Contudo, parece mais adequado para os parâmetros seletivos dizer que ele o faz por conta de que fazer uma ligação foi uma forma eficaz de falar com a namorada e/ou com outras pessoas. O “querer falar” ao qual se atribui a causa do comportamento de ligar refere-se a um estado de privação ou alguma necessidade de outra ordem que, isoladamente, não é capaz de explicar o comportamento. Relembrando, para Skinner (1953/2005; 1974) explicar é elencar a(s) variável(is) que, quando manipulada(s), pode(m) aumentar a probabilidade de ocorrência de determinada resposta. Trata-se, portanto, do esclarecimento de condições prévias e presentes que são responsáveis pela ocorrência de um comportamento. Por isso não podem ser contabilizadas explicações ficções explicativas tais como “expectativa”, “desejo”, “função simbólica”, etc., a menos que haja uma especificação das operações necessárias para que estas sejam geradas.

Mas, nesse caso, o argumento behaviorista é de que a ficção explicativa fica dispensável: no exemplo acima, a história prévia de ligações para a namorada faz com o que o rapaz “tenha a expectativa” de que ela atenda ao telefone. Dessa forma, o que explica o comportamento de telefonar é a história prévia, e não a entidade abstrata que é denominada de “expectativa”.

Nesse sentido, o material sobre o qual agem as contingências de reforçamento são as respostas dos organismos, ainda que sejam indiferenciadas. E essa é razão da segunda “falha” do processo de seleção por consequências abordada por Skinner (1990): é preciso que haja uma primeira ocorrência para que contingências estabeleçam seus efeitos. Essa falha não apresenta problemas para a seleção natural por conta da diferença das dimensões temporais: a ontogênese tem a duração de uma vida e não se pode esperar pela ocorrência de respostas para que possam ser modeladas. Esse problema foi resolvido por meio das formas evolutivas (filogenéticas e ontogenéticas) que permitem ao organismo “tirar vantagem do comportamento adquirido por outros”. (IDEM, p.1207).

O comportamento de imitar, por exemplo, propicia ao organismo imitador novas que respostas que o colocam em contato com as contingências de reforçamento vigentes no ambiente (para as respostas imitadas) e, conseqüentemente, expõe o comportamento à seleção operante. A imitação é uma das bases do ensino na espécie humana e Skinner (IDEM) nota que somente entre humanos o comportamento do imitador é reforçador para quem está fornecendo o modelo. “Outras espécies imitam, mas se modelam o comportamento a ser imitado é apenas como produto da seleção natural. A consequência da modelagem, o comportamento do imitador, é muito remota para servir como reforçador operante.”²⁷ (SKINNER, 1990, p. 1206).

A imitação foi suplementada pelo desenvolvimento do comportamento verbal. Com a musculatura vocal sob o controle operante, não apenas se podia mostrar como fazer algo, mas falar como fazer, instruir de maneira oral ou escrita. Não apenas instruções, mas conselhos, máximas e regras puderam, então, ser transmitidos, o que aumentou significativamente o ambiente cultural humano.

²⁷ Tradução de: “Other species imitate, but if they model behavior to be imitated, it is only as the product of natural selection. The consequence of modeling, the behavior of the imitator, is too remote to serve as an operant reinforcer”. (SKINNER, 1990, p. 1206).

5.2.3 Nível III: Cultura

Passa-se a aprofundar as especificidades do ser humano. No tocante ao estabelecimento e à manutenção dos comportamentos, esses seguem os princípios ontogenéticos descritos na seção anterior. Contudo, uma análise do comportamento humano que se detivesse no nível ontogenético seria muito restrita e não explicaria, por exemplo, o porquê de certos comportamentos e práticas serem sancionados positivamente ou punidos em diferentes grupos sociais e em diferentes épocas em uma mesma sociedade. Também não seria capaz de explicar a variedade de percepções, sentimentos, sexualidades, rituais, religiões, estilos de vida, etc. presentes nas diferentes culturas.

O desenvolvimento das práticas sociais e culturais para o behaviorismo radical também segue os princípios da variação e seleção por consequências. Resumidamente, uma nova invenção ou prática social surge (variação) e se mantém na medida em que gerar uma vantagem ao grupo como um todo ou, pelo menos, a alguns de seus membros (seleção por consequências). Nas palavras de Skinner (1981b, p. 512),

Uma cultura evolui quando práticas originadas dessa forma contribuem para o sucesso do grupo em resolver seus problemas. É o efeito sobre o grupo, não as consequências de reforçamento para os membros individuais que são responsáveis pela evolução da cultura.²⁸

O sucesso em resolver problemas ao qual se refere Skinner (1981) pode ser entendido como o sucesso dos produtos tecnológicos – sejam leis, regras, ou dispositivos – em controlar a natureza e o próprio homem. A seleção das práticas sociais ocorre a partir de sua “utilidade” social que, ainda que seja de difícil definição, tem o mérito de não fazer apelo a qualquer forma de finalismo histórico.

Note-se que a causalidade nessa forma de pensamento também está invertida. Não se trata de uma mentalidade social, do social como entidade, do Capitalismo criando práticas sociais para a manutenção do *status quo* ou mesmo da expansão de seu domínio. As práticas sociais são criadas na interação entre os indivíduos. Sob a perspectiva behaviorista, a cultura é um conjunto de operantes e não tem realidade além ou aquém do comportamento. A única diferença entre um operante e uma prática

²⁸ Tradução de: A culture evolves when practices originating in this way contribute to the success of the practicing group in solving its problems. It is the effect on the group, not the reinforcing consequences for individual members, which is responsible for the evolution of the culture. (SKINNER, 1981b, p. 512).

cultural, o que justifica se falar em um terceiro nível de seleção por consequências, é que a prática cultural é transmitida entre as diferentes gerações. As práticas culturais dirigem as condutas dos homens.

Skinner (1981b) enfatizou que em nenhum dos níveis o processo evolutivo apresenta-se algo como uma intencionalidade ou meta. Em outros termos, o acaso ou ao menos o que se pode reconhecer de acaso nos processos de variação e seleção em cada um dos níveis constituem a determinação das transformações da vida. Essa constituiria a terceira falha dos processos de seleção por consequências que, embora presente nos demais níveis, pode ser resolvida apenas no nível cultural, no planejamento de práticas de controle de comportamento.

Para Skinner (1953/2005; 1971/1976) é necessário que se intervenha no planejamento cultural de modo que se possa garantir a sobrevivência da cultura mundial. A ainda crescente população global, os padrões de consumo e de poluição criados pelas sociedades capitalistas são ameaças à vida da espécie humana cada vez mais pungentes. Todas essas ameaças são fruto de planejamentos sociais que não levaram em consideração a sobrevivência da cultura como valor. Pelo contrário, buscaram suas justificativas morais nos campos das liberdades individuais e da busca da felicidade.

É preciso lembrar que o fato de se poder fazer alguma coisa para tentar alterar o destino não invalida o modelo de seleção por consequências. Não se trata de finalmente encontrar lugar para uma mente criadora. Os conservadores, mas também os revolucionários são igualmente fruto de suas culturas.

6 Conhecimento, sujeito e mundo

Skinner (1990b) inicia um de seus últimos artigos, intitulado *Conhecer o futuro*, de forma a resumir as principais formas de visão do behaviorismo radical sobre o conhecimento.

Bertrand Russell disse em certa ocasião que um dos dois feitos de sua vida foi o de descobrir o que poderia ser conhecido. Eu poderia dizer que um dos meus tem sido descobrir o que significa ser um conhecedor. Para Russell, o mundo estava à disposição, esperando para ser conhecido; se ele poderia ou não conhecê-lo, era uma coisa que dependia dele [Russell]. É possível, no entanto, que a ação seja iniciada em outra direção, que o mundo torne ele mesmo conhecido²⁹. (p. 103)

De início, é preciso apenas apreender o sentido geral das proposições de Skinner: o homem não é um ser que está acima ou, de qualquer forma, alheio à natureza. Não construiu o reino da cultura com estruturas simbólicas, dominando e superando a natureza. O homem é um ser natural, assim como o são a cultura, as instituições, e todas as demais invenções humanas. Uma longuíssima história, que gerou e transformou as incontáveis formas de vida durante bilhões de anos, acabou por fazer do mundo conhecido por ele mesmo.

Em relação às concepções filosóficas tradicionais da teoria do conhecimento, o behaviorismo radical apresenta uma inversão na direção de análise: ao se buscar as causas do conhecimento, deve-se atentar para a história ambiental (física e cultural) que moldou os organismos e seus comportamentos. Para clarificar essa posição, de que o “conhecer” – assim como qualquer outra forma de comportamento – pode ser melhor compreendida indo além da interpretação de ser um ato deliberado de um sujeito (ou de um organismo), é que insiste Skinner (IDEM): “o conhecimento é imposto ao conhecedor³⁰”. Em sentido muito próximo, já havia declarado em outra ocasião que

Filósofos frequentemente tem insistido que nós não estamos conscientes de uma diferença até que faça a diferença, e evidências experimentais que suportam essa visão, de que provavelmente não conheceríamos nada se não fôssemos forçados a fazê-lo estão começando a se acumular. O comportamento discriminativo

²⁹ Tradução de: Bertrand Russell once said that one of the two great aims of his life was to discover what could be known. I could say that one of mine has been to discover what it means to be a knower. For Russell, the world lay waiting to be known; whether or not he would know it depended on him. It is possible, however, that action is initiated in the other direction, that the world makes itself known. (SKINNER, 1990b, p. 103).

³⁰ Tradução de: Knowledge is imposed upon the knower (IDEM).

denominado conhecimento surge apenas na presença de certas contingências de reforçamento entre as coisas conhecidas. Dessa forma, nós provavelmente permaneceríamos cegos se estímulos visuais não tivessem importância para nós, assim como não ouvimos todos os instrumentos de uma sinfonia ou as cores de uma pintura separadamente até que seja vantajoso fazê-lo. ³¹ (SKINNER, 1956/1999, p. 298)

Bem entendido, o meio não força ou torna necessária determinada estrutura ou conduta. Pensar dessa forma contrariaria totalmente o princípio da seleção pelas consequências e, nesse sentido, as expressões “ser forçado”, assim como “valer a pena”, não devem ser entendidas como fazendo referência a pressões seletivas, mas como artifícios retóricos que enfatizam as vantagens adaptativas de determinados comportamentos. Novas estruturas anatomofisiológicas, assim como novos comportamentos surgem e são selecionados. De qualquer forma, sobra pouco espaço para intenções ou deliberações.

O problema das concepções tradicionais, que concebem o conhecimento como um ato espontâneo, criativo, do sujeito, é que elas param a meio caminho de uma explicação científica do que ocorre. O que restaria explicar é justamente como se desenvolvem tais comportamentos criativos. Neste capítulo, serão apresentadas algumas reflexões que circundam as discussões sobre o conhecimento no behaviorismo skinneriano. Discorrer-se-á sobre a percepção (“o perceber”) e o comportamento verbal, além de fornecer uma sucinta conceituação sobre o conhecimento. Essa trajetória se justifica na medida em que a percepção pode ser o início, mas não a origem do conhecimento e por conta de o conhecimento humano ser em sua maioria cultural, ou seja, relacionado ao comportamento verbal.

O contato sensorial com o mundo externo pode ser o começo do conhecimento, mas o contato não é suficiente. Não é mesmo suficiente para a “experiência consciente”, já que os estímulos são apenas parte das contingências de reforço sob as quais um organismo distingue entre os aspectos e propriedades do ambiente em que vive. As respostas devem ser feitas e reforçadas antes que qualquer coisa possa ser vista. O mundo que estabelece contingências de reforço do tipo estudado em uma análise operante é presumivelmente sobre “o que é o conhecimento”. Uma pessoa vem a conhecer esse mundo e como comportar-se no sentido de que adquire um comportamento que satisfaça as contingências que a mantêm.

³¹ Tradução de: Philosophers have often insisted that we are not aware of a difference until it makes a difference, and experimental evidence is beginning to accumulate in support of the view that we should probably not know anything at all if we were not forced to do so. The discriminative behavior called knowledge arises only in the presence of certain reinforcing contingencies among the things known. Thus, we should probably remain blind if visual stimuli were never of any importance to us, just as we do not hear all the separate instruments in a symphony or see all the colors in a painting until it is worthwhile for us to do so. (SKINNER, 1956/1999, p. 298).

Comportamento que é exclusivamente moldado por tais contingências é talvez o mais próximo pode chegar ao "conhecimento pessoal" de Polanyi e Bridgman.³² (SKINNER, 1969c, p.156).

6.1 O Perceber

As teorias filosóficas e psicológicas tradicionalmente têm afirmado que as pessoas não entram em contato direto com o mundo físico. O que se vê, ouve ou sente são cópias ou representações desse mundo. Tais cópias não são feitas da mesma substância e não tem as mesmas dimensões do mundo físico, elas são criadas e transitam no mundo imaterial da mente ou da consciência e são denominadas genericamente pelo termo experiência. Quando as experiências se dão por conta da excitação dos órgãos sensoriais, são chamadas de percepção ou de sensações. Pensamentos, recordações e imagens, segundo essa perspectiva, constituem-se em manipulações mentais das cópias quando os estímulos físicos referentes não estão presentes. (SKINNER, 1953/2005).

É possível que uma pessoa ao observar uma paisagem, feche os olhos e, de certa forma, continue vendo a representação, ainda que não com tantos detalhes, ou mesmo que a recupere na memória tempos depois. A ideia torna-se mais difícil de ser sustentada quando há mais de um sentido envolvido ou quando se trata de sentidos para os quais ainda não se inventou uma forma de registro físico. Afinal, o quão crível é afirmar que se possui cópias internas de óperas e filmes ou mesmo da rugosidade de uma superfície. No último caso, dificilmente se cogitará em cópia e para os primeiros exemplos frequentemente se utilizará o expediente de atenção ou memória seletiva. (SKINNER, 1969c)

A teoria da cópia apresenta ainda problemas adicionais. Primeiro, ela não parece explicar propriamente o fenômeno da percepção. Seguindo a proposta, tem-

³² Tradução de: Sensory contact with the external world may be the beginning of knowledge, but contact is not enough. It is not even enough for "conscious experience," since stimuli are only part of the contingencies of reinforcement under which an organism distinguishes among the aspects and properties of the environment in which it lives. Responses must be made and reinforced before anything can be seen. The world which establishes contingencies of reinforcement of the sort studied in an operant analysis is presumably "what knowledge is about." A person comes to know that world and how to behave in it in the sense that he acquires behavior which satisfies the contingencies it maintains. Behavior which is exclusively shaped by such contingencies is. Behavior which is exclusively shaped by such contingencies is perhaps the closest one can come to the "personal knowledge" of Polanyi and Bridgman. (SKINNER, 1969c, p.156).

se que um estímulo físico excita determinado receptor, que o converte em impulsos elétricos que percorrem os nervos até alcançarem uma região específica do córtex, onde provocarão uma mudança em sua estrutura, um engrama. Até esse ponto todo o processo é físico. A percepção, consciência ou experiência não é propriamente o engrama, mas uma recodificação dessa mudança física em algo mental. É possível notar que não se ganhou muita coisa com a explicação. A percepção seria apenas um aspecto mental obscuro que ocorre dentro do cérebro. Não há uma explicação, apenas um deslocamento.

Mesmo se houvesse cópias privadas do mundo externo, nós ainda teríamos que responder à pergunta “o que é ver?” Coloque a cópia vista onde você quiser — na superfície do organismo, nas profundezas do sistema nervoso ou na mente — e você ainda terá que explicar o que ocorre quando ela é vista. O behaviorista não necessita aderir à noção de experiência como forma de contato ou posse e pode, portanto, deixar o ambiente onde está. O organismo como um todo fica então disponível para analisar o comportamento de ver³³. (SKINNER, 1963/1969b, p. 253)

O outro problema ocasionado pela teoria da cópia, que se põe sempre que o sujeito (ou o organismo) não é mero receptor de estímulo, é o da realidade *versus* experiência. No caso do behaviorismo watsoniano, não faz sentido questionar a representação mental do mundo, pois é o ambiente que inicia a ação: o estímulo penetra o corpo, é transformado e gera ocasionalmente uma resposta. Nas demais psicologias mentalistas, o sujeito não é apenas um recebedor, ele é um percebedor, participa ativamente do fenômeno da percepção. Um dos grandes desafios da psicologia de Wundt e Titchener era estabelecer a correlação entre estímulos externos e sua percepção na consciência, uma vez que uma mudança no meio não gerava necessariamente uma mudança na percepção. Esse fato é bastante conhecido do senso comum, pois não é difícil encontrar relatos de pessoas que percebem coisas distintas no mesmo ambiente. O problema da experiência como representação idiossincrática do mundo é o de se supor que haja uma realidade “verdadeira”, não distorcida.

³³ Tradução do trecho: Even if there were private copies of the external world, we should still have to answer the question “what is seeing?” Put the copy seen wherever you like—at the surface of the organism, in the depths of the nervous system, or in the mind—and you still have to explain what happens when it is seen. The behaviorist does not need to support the notion of experience as a form of contact or possession and can therefore leave the environment where it is. The whole organism is then available in analyzing the behavior of seeing. (SKINNER, 1963/1969b, p. 253).

O problema para o behaviorista se coloca de outro modo: ele se deve ao fato de um mesmo evento físico poder estimular um indivíduo de maneiras distintas. O fogo, por exemplo, é um evento físico que pode ser visto de longe, seu calor pode ser sentido ao se aproximar das chamas e eventualmente pode se ouvir o barulho decorrente da combustão do material. Qualquer uma dessas sensações isoladas parecem não dar conta de identificar o que realmente é o fogo. Quando as percepções são coerentes, o problema da realidade parece não se colocar. Contudo, quando divergem para um mesmo órgão sensorial ou entre órgãos sensoriais diferentes, o problema se coloca de maneira insuperável para os que supõem que haja uma experiência distinta da realidade. Sabe-se que uma cadeira vista em uma projeção holográfica *não existe realmente* quando se toca a superfície de projeção. Ou que a sala criada por Adelbert Ames que, quando olhada por uma das janelas é retangular, *na verdade* é trapezoidal ao se olhar por outra janela (SKINNER, 1963/1969b).

É óbvio que um único evento pode estimular um organismo de muitos modos, dependendo da construção do organismo e de sua capacidade de ser estimulado por diferentes formas de energia. Hoje em dia estamos muito menos inclinados a perguntar que forma é a própria coisa ou qual a representa corretamente³⁴. (SKINNER, 1953/2005, p. 277).

A concepção behaviorista da percepção como o comportamento resolve os problemas trazidos pela suposição de um mundo mental. A percepção não é a produção de um registro cerebral ou mental, mas uma resposta a um conjunto de estímulos. A realidade, o mundo físico, o que se entende comumente como “o que é visto ou ouvido” é para o behaviorismo skinneriano apenas uma das variáveis que controlam a resposta perceptiva. A resposta pode ocorrer mesmo na ausência dessa variável, quando é denominada de “ver na ausência do objeto” (recordar, imaginar, fantasiar) ou nos sonhos. Em todos os casos a percepção nunca é uma representação “do que é visto” ou “do que é ouvido”, etc.

Nesse sentido, Skinner (1974, p. 37) inicia o capítulo sobre “O perceber” questionando: “não estamos, todos nós, familiarizados com cores, sons, sabores e cheiros que não têm contrapartida no mundo físico?”³⁵ Skinner não está negando a

³⁴ Tradução de: It is obvious that a single event may stimulate an organism in many ways, depending upon the construction of the organism and its capacity to be stimulated by different forms of energy. We are much less inclined today to ask which form of energy is the thing itself or correctly represents it. (SKINNER, 1953/2005, p. 277).

³⁵ Tradução de: Are we not all familiar with colors, sounds, tastes, and smells which have no counterparts in the physical world? (SKINNER, 1974, p. 37).

existência das ondas eletromagnéticas e mecânicas ou das moléculas que entram em contato com as papilas gustativas ou com a mucosa olfativa. As “cores, sons, sabores e cheiros” não são passíveis de uma descrição pela ciência física na medida em que são eventos comportamentais e, como tais, são mais bem descritos nos termos das relações funcionais.

O papel da história filogenética na fixação dos limites biológicos da percepção não deve ser negligenciado. Para citar apenas uma diferença, o espectro do visível para o ser humano, ao contrário do que ocorre em algumas espécies de aves e insetos, não inclui as radiações ultravioletas. E a diversidade da constituição biológica entre os organismos de uma mesma espécie não encoraja a afirmação de que a estimulação física ocorra de forma exatamente igual em todos os indivíduos, o que se torna mais claro em casos de mutações genéticas como as que são origem ao daltonismo ou a surdez.

Mas as condições do perceber devem, ainda, levar em conta a história ontogenética do indivíduo, uma vez que “as grandes diferenças naquilo que se vê em diferentes momentos, em um determinado cenário, sugerem que um estímulo não pode ser descrito em termos puramente físicos”³⁶ (IDEM, p. 41). Em outras palavras, o controle discriminativo exercido por um estímulo (ou situação) é resultado de uma história de condicionamento. Animais não humanos aprendem a discriminar entre objetos coloridos, pois esse comportamento ajuda a distinguir entre alimentos apropriados ou inapropriados para o consumo ou entre alimentos mais saborosos. A maçã madura, mais adocicada, é vermelha e esse é um motivo suficiente para a discriminação ser estabelecida. Responder ao vermelho como propriedade abstrata, como ao separar objetos vermelhos de objetos marrons ou nomeá-los, requer contingências mais complexas, e essas parecem ter se desenvolvido apenas nos ambientes culturais humanos (SKINNER, 1963/1969b).

Antes de se passar a exposição de outras variáveis que participam do perceber, não é supérfluo fazer algumas observações. Foi dito que o organismo discrimina como sinônimo de que o organismo percebe, assim como o fez Skinner em várias ocasiões. Esses termos, “discriminar” e “perceber”, denotam uma ação que é iniciada por um organismo, o que não está de acordo com a interpretação do

³⁶ The great differences in what is seen at different times in a given setting suggest that a stimulus cannot be described in purely physical terms. (IDEM, p. 41).

comportamento feita pelo behaviorismo radical. Esse problema certamente ocorre no restante do texto e foi abordado na seção anterior. Contudo, uma maior precisão conceitual aqui pode ajudar a clarificar o processo de discriminação. A discriminação não é a ação de um organismo que distingue entre estímulos diferentes ou entre propriedades de estímulos, mas o controle de um estímulo ou propriedade de estímulo sobre uma dada resposta, como, por exemplo, a presença de objetos vermelhos é a ocasião para a emissão da resposta verbal “vermelho”.

Além da estimulação física e das contingências responsáveis por colocar a resposta discriminativa sob o controle de determinado estímulo, há variáveis nos campos da emoção e da motivação (SKINNER, 1953/2005). O controle exercido pela privação ou pela estimulação aversiva, por exemplo, pode ser claramente observado em casos em que os estímulos físicos são “fracos ou vagos”. No meio da multidão, “pensa-se ter visto” um amigo querido que há tempos, mas ao chegar perto vê-se tratar de um desconhecido com poucas semelhanças. Do mesmo modo, é comum “confundir” pessoas estranhas com conhecidos que se quer evitar. Esses exemplos, tradicionalmente entendidos como ilusões, sob a ótica comportamental não são defeitos da percepção, são eventos perceptivos nos quais a privação ou a estimulação aversiva aumentou “a amplitude dos estímulos eficazes” ou, de outra forma, reduziu “a importância da diferença entre os estímulos” para a resposta (IDEM, p.218).

Em algumas situações, os estímulos ambientais mesmo não sendo “fracos ou vagos” exercem pouco ou nenhum controle sobre a resposta perceptiva, como nas recordações, devaneios, no sonho e na alucinação. A respeito dos sonhos, diz Skinner (1963/1969b, p.234) que:

Freud dramatizou o resultado referente ao sonhar adormecido em seu conceito de trabalho de sonho — uma atividade na qual alguma parte do sonhador desempenha o papel de produtor teatral enquanto outra parte senta-se na platéia. Se um sonho for, de fato, algo visto, devemos então supor que seja forjado como tal; mas se for simplesmente o comportamento de ver, o trabalho de sonho pode ser retirado da análise. Levou longo tempo até que o homem entendesse que, quando sonhava com um lobo, o lobo não estava realmente lá. Tomou-lhe muito mais tempo entender que ali não havia sequer uma representação do lobo³⁷.

³⁷ Tradução de: Freud dramatized the issue with respect to dreaming when asleep in his concept of dreamwork —an activity in which some part of the dreamer played the role of a theatrical producer while another part sat in the audience. If a dream is, indeed, something seen, then we must suppose that it is wrought as such; but if it is simply the behavior of seeing, the dreamwork may be dropped from the analysis. It took man a long time to understand that when he dreamed of a wolf, no wolf was actually

A diferença entre sonhar acordado, como nos devaneios e nas recordações, e as alucinações não é que se veem coisas que não estão realmente ali, pois isso indica apenas um controle restrito do estímulo físico atual e remete a outras variáveis controladoras do comportamento, o que é comum às duas formas de ver. As alucinações se diferenciam das demais formas de ver da ausência da coisa vista na medida em que, assim como no sonho adormecido, a situação não permite dizer que o que se vê não está realmente lá (SKINNER, 1953/2005). “O homem sedento não estende a mão para pegar o copo de água imaginário; o sonhador não sabe, todavia, que aquilo que vê ‘não está realmente ali’, e responde com toda a força que é capaz uma pessoa adormecida.”³⁸ (SKINNER, 1974, p.45).

A discussão sobre os sonhos a alucinação pode ter fortalecido a ideia de que, afinal de contas, Skinner distingue realidade de experiência, pois em ambas formas de comportamento vê-se o que “não está realmente ali”. Leve-se em consideração, contudo, que o homem sedento que alucina um copo de água não estende a mão para pegar o copo de água imaginário. A alucinação do copo de água é tão real quanto o são os sonhos e os devaneios. Ver o que “realmente não está ali” tem o sentido do confronto de duas formas distintas de perceber, que revelam realidades distintas sem, contudo, que uma prevaleça necessariamente sobre a outra. As considerações tecidas por Skinner (1963/1969b, p.248) sobre a sala de Ames ajudam a esclarecer esse ponto.

certamente uma janela não revelou o quarto como ele parecia ser, e a outra, como ele realmente era. Ambas as janelas o mostram apenas como parece ser. O fato de o quarto ser “realmente” trapezóide é uma inferência, semelhante às inferências científicas que levam à proposição de que os materiais de que o quarto é composto são principalmente espaço vazio. As inferências nunca nos afastam da natureza experiencial dos dados originais, conforme Polanyi e Bridgman insistiram recentemente, seguindo a pista do bispo Berkeley³⁹.

there. It has taken him much longer to understand that not even a representation of a wolf is there. (SKINNER, 1963/1969b, p.234).

³⁸ Tradução de: The thirsty man does not reach for the fantasied glass of water, but the dreamer does not know that what he is seeing is “not really there,” and he responds as fully as a person who is asleep can. (SKINNER, 1974, p.45).

³⁹ Tradução de: But surely one window does not reveal the room as it appears to be and the other as it really is. Both windows show it only as it appears to be. The fact that the room is “really” trapezoidal is an inference, similar to the scientific inferences which lead to the proposition that the materials of which the room is composed are mostly empty space. Inferences never get us away from the experiential nature of original data, as Polanyi and Bridgman have recently insisted, taking their cue from Bishop Berkeley. (SKINNER, 1963/1969b, p.248).

Os seres humanos sempre se avêm com a realidade ou com a experiência, pois ao se desfazer as distinções real/imaginário, objetivo/subjetivo, esses termos podem ser utilizados de maneira intercambiável. No behaviorismo radical, não há realidade além ou aquém do comportamento. A percepção não representa ou mascara a realidade, ela cria diferentes realidades, que variam de acordo com contingências filogenéticas, ontogenéticas e culturais. A esse respeito, afirma Skinner (1974, p. 41) que

Argumentar que tanto o leigo quanto o cientista estão simplesmente olhando para dois aspectos da mesma coisa é evadir-se da questão, porque o aspecto é que causa confusão: as pessoas vêem coisas diferentes quando estiveram expostas a diferentes contingências de reforço. Como qualquer outra pessoa, o cientista vê o verde, mas responde de outra forma ao mesmo cenário. É um erro afirmar, entretanto, que os conceitos da Ciência são construídos a partir da experiência sensível pessoal. Tanto o leigo como o cientista respondem - de formas semelhantes ou diferentes, dependendo das contingências - às características de um determinado ambiente.⁴⁰

6.2 Comportamento verbal e conhecimento

Grande parte do conhecimento humano é composto ou adquirido por comportamento verbal. O controle operante da musculatura vocal, traço distintivo da espécie humana, foi responsável pelo vultuoso crescimento das formas de interações sociais e pelo surgimento da cultura em seu sentido amplo (SKINNER, 1963/1969b; 1974). A centralidade da linguagem nos assuntos humanos, evidentemente, está longe de ser uma constatação original realizada por Skinner, uma vez que o tema foi objeto extensivo de preocupação filosófica desde a antiguidade clássica, chegando a se constituir em uma área autônoma da filosofia, que ganhou notoriedade na figura de pensadores como Gottlob Frege, Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein (MIGUENS, 2007).

A linguagem também é tema de investigação científica em disciplinas que compõe ou são derivadas da linguística, tais como estilística, filologia, fonologia,

⁴⁰ Tradução de: To argue that layman and scientist are simply looking at two aspects of the same thing is to miss the point, because aspect is what causes trouble: people see different things when they have been exposed to different contingencies of reinforcement. Like everyone else, the scientist sees green, but he also responds in other ways to the same setting. It is a mistake, however, to say that the concepts of science are constructed from personal sensory experience. Both layman and scientist respond—in similar or different ways, depending upon the contingencies—to the features of a given setting (SKINNER, 1974, p.41).

morfologia, semântica e pragmática; e também em diferentes teorias psicológicas (ROCCA, 2012). Embora esses diferentes modelos filosóficos e científicos tenham suas especificidades, possuem, grosso modo um traço unitário: tratam das relações entre pensamento, linguagem e mundo. As grandes questões formuladas por esses sistemas podem ser assim resumidas: *em que medida a linguagem pode representar o mundo?* ou *como o pensamento se utiliza da linguagem ou é por ela organizado?* (MIGUENS, 2007).

A originalidade do pensamento skinneriano com relação ao campo de estudos da linguagem está em construir um sistema interpretativo de tais fenômenos, com base experimental, não referencialista, na medida em que o comportamento verbal não representa o mundo e não é utilizado como forma de expressar, transmitir ou comunicar ideias e pensamentos que representem, ainda que indiretamente o mundo (ABIB, 1994). Se há algo que pode ser transmitido ou tornado comum entre interlocutores, é o próprio comportamento verbal, não suas supostas causas (CATANIA, 1999). O desafio de Skinner foi, então, o de estabelecer os fenômenos linguísticos nos padrões do comportamento operante, o que implica, primeiramente, em não recorrer a explicações mentalistas, que compreendem os enunciados como expressões de ideias do sujeito, ou seja, o comportamento verbal como o uso de palavras para expressar ideias. Ou, de modo contrário, que a fala teria uma existência independente da performance executada pelo falante (seja denominada de inconsciente ou simbólico) e que moldaria os possíveis pensamentos do sujeito.

Nas formas tradicionais de se conceber e estudar a linguagem, segundo um paradigma referencialista, há “uma relação entre o símbolo e seu objeto” (ABBAGNANO, 2007, p. 837). Seguindo o modelo, tal relação é estabelecida por um ato do sujeito, cuja denominação normalmente é a de “ato de *interpretação*” (IDEM, p. 837). Nessa concepção, o ato do sujeito estabelece uma relação entre os termos (símbolo e objeto) e esta seria a base do conhecimento. Esse modelo interpretativo foi difundido, dentre outros, por Ogden e Richards (1923) em sua obra “*O significado do significado*⁴¹”. Para esses autores, os elementos essenciais da linguagem são a referência, o símbolo e o referente. Símbolo, nesse caso, refere-se a palavras, sons,

⁴¹ A escolha dessa obra em particular deve-se ao fato de os argumentos skinnerianos desenvolvidos na obra *O comportamento verbal* (SKINNER, 1957) entreterem diálogo direto com a perspectiva defendida por esses autores.

desenhos, gestos e qualquer outra manifestação linguística. Esses elementos são o conteúdo do ato de interpretação previamente citado.

Os referentes são, dessa forma, encarados como os fenômenos da realidade. Ogden e Richards (1923) não se detém nas características ontológicas desses fenômenos, incluindo nesta classe objetos físicos, pessoas, traços de personalidade e abstrações. Em suma, quaisquer elementos da realidade que possam ser representados pela linguagem. A referência, então, é o processo mediador entre os símbolos e os referentes. Trata-se de uma entidade mental que estabelece as relações entre os elementos da linguagem e os da realidade. Esse processo é denominado por esses autores como “pensamento” (OGDEN; RICHARDS, 1923). Por meio do ato de interpretação, um símbolo evoca um referente em quem o ouve ou lê.

Desse modo, em uma concepção referencialista da linguagem, os símbolos ao evocar os pensamentos podem representar o mundo, ainda que não o façam sempre de maneira bem-sucedida. E, nesse sentido, o processo de conhecimento envolve relações estáveis que tendem a eliminar as possíveis ambiguidades entre elementos da realidade e da linguagem por meio de atos de interpretação do sujeito.

É contra essa forma de pensamento que Skinner desenvolveu sua teoria sobre a linguagem, ou melhor, sobre o comportamento verbal, realizando uma ampla crítica a qualquer modelo que se baseie na noção de representação. Incluem-se aqui também outras teorias behavioristas da linguagem, como a proposta de Watson, bem como as teorias da lógica, materializadas nos trabalhos de Bertrand Russell e dos positivistas lógicos. A esse respeito afirma Skinner (1957):

J. B. Watson afirmava que “em relação a evocar respostas, as palavras funcionavam exatamente como os objetos para os quais elas servem como substitutos” (Watson, 1924, p. 233). [...] Essa é uma análise superficial que fica muito próxima de uma noção tradicional de palavras ‘que representam’ coisas. A mesma objeção pode ser feita contra a interpretação do comportamento do ouvinte apresentada por Bertrand Russell em sua obra *Inquiry into Meaning and Truth*: [...] ⁴² (SKINNER, 1957, p. 86-87).

De acordo com Rocca (2012), ao fazer a crítica ao referencialismo, a teoria do comportamento verbal apresentada por Skinner (1957) abandona definitivamente as

⁴² J. B. Watson argued that “words function in the matter of calling out responses exactly as did the objects for which the words serve as substitutes.” [...] This is a superficial analysis which is much too close to the traditional notion of words “standing for” things. The same objection may be urged against Bertrand Russell’s interpretation of the behavior of the listener in his *Inquiry into Meaning and Truth*. (SKINNER, 1957, p. 86-87).

noções clássicas dos estudos da linguagem, como representação, símbolo e referência. E a consequência mais relevante dessa mudança de perspectiva é o abandono do conceito clássico de verdade, que, de maneira muito esquemática, define como critério de verdade a existência na realidade de elementos que correspondam àqueles verificados no símbolo linguístico (ABBAGNANO, 2007).

Nesse sentido, uma vez que a experiência pode ser utilizada como modo de verificação da verdade e da falsidade das sentenças, esse modelo de verdade é frequentemente associado ao empirismo (ainda que não esteja restrito a esta escola de pensamento). Talvez por isso, na medida em que a proposta epistemológica do behaviorismo radical é empirista, é frequente a associação dessa forma de pensamento com a noção clássica de verdade por correspondência com a realidade. Contudo, a teoria linguística skinneriana deixa bem claro seu afastamento com relação a esse paradigma: o comportamento verbal não representa o mundo, faz parte dele.

De acordo com Rocca (2012), a análise do comportamento verbal compreende a linguagem em termos de ações ou comportamentos. Desse modo, a compreensão do significado de um determinado termo implica na investigação das circunstâncias da emissão das respostas verbais e das variáveis controladoras dos diferentes comportamentos associados a este. Nesse modelo de descrição e explicação não há espaço para a existência de uma dimensão especial (mental ou simbólica) que abrigaria o sentido da linguagem. E, da mesma forma, o sentido ou o significado não poderiam ser os agentes causadores ou os princípios de explicação para os fenômenos linguísticos. Pelo contrário, os fenômenos linguísticos – encarados como comportamentos, nesse caso, é que explicam o significado.

As implicações epistemológicas desse modelo de linguagem são variadas. A noção de ciência enquanto um sistema unificado de conhecimentos verdadeiros não faz sentido, na medida em que a linguagem não representa ou descreve a realidade. Por isso mesmo, diferentes discursos a respeito da realidade podem coexistir e ser igualmente válidos, dependendo das circunstâncias envolvidas em sua produção e utilização. Tal diversidade não pode, entretanto, recair em um relativismo absoluto, uma vez que Skinner (1953/2005, 1957; 1974) irá defender a superioridade do discurso científico. Essa posição apresenta, levando em consideração a interpretação do pensamento skinneriano, realizada aqui, uma tensão no pensamento do autor. A

questão a ser respondida agora é: como conciliar perspectivas aparentemente tão distintas?

A resposta a essa questão requer a compreensão do modelo de validade de conhecimento proposto por Skinner (1953/2005; 1957). Conforme apresentado acima, na medida em que a linguagem (como qualquer outro operante) é ação no mundo, suas determinações são idênticas às aquelas verificadas em outros comportamentos. Sua gênese envolverá o processo de variação e seleção, e as variáveis controladoras poderão ser encontradas no ambiente. Entretanto, para além disso, é importante considerar que os comportamentos linguísticos apresentam uma característica que os diferencia: a mediação da consequência por outro indivíduo.

Segundo Skinner (1957), as consequências do comportamento verbal são mediadas pelo comportamento de outra pessoa. Mais do que isso, faz-se necessário que essa pessoa, denominada “ouvinte”, “esteja respondendo de modos que tenham sido condicionados *precisamente com o objetivo de reforçar o comportamento do falante*”⁴³ (SKINNER, 1957, p. 225). Essa condição implica que os comportamentos desempenhados no processo de mediação sejam resultantes do ensino em ambientes sociais. Situações em que a mediação ocorre por acaso e que, por isso, acabam não se distinguindo das interações mecânicas (como quando se empurra alguém para que a pessoa saia do caminho) ou que caracterizem respostas instintivas não podem ser definidas como mediações típicas de um ouvinte.

Desse modo, estabelece-se a necessidade de um ambiente social composto por, no mínimo, dois indivíduos, em que seus comportamentos sejam mediadores das consequências de uns para os outros. Essas situações constituem o núcleo mínimo das chamadas “comunidades verbais”, que são o solo para a gênese das práticas verbais. Nesse contexto, alguns comportamentos considerados apropriados serão reforçados e mantidos por essas unidades sociais e outros serão punidos ou extintos.

As práticas de reforçamento das diferentes comunidades verbais explicam a existência de diferentes modalidades de discurso. Existem contextos em que serão desenvolvidos discursos poéticos ou fantasiosos; em outros, técnicos ou filosóficos. Não há como se estabelecer a priori uma hierarquia entre esses tipos de discursos,

⁴³ “must be responding in ways which have been conditioned precisely in order to reinforce the behavior of the speaker”. (SKINNER, 1957, p. 225).

dado que suas validades são asseguradas pelas contingências das diferentes comunidades verbais que os geraram. Nesse sentido, a validade de um discurso desenvolvido em uma comunidade verbal religiosa não pode ser aferida, como discurso religioso, por uma comunidade científica.

Isso remete às concepções do behaviorismo radical a uma espécie de relativismo cultural ou social. Essa é uma interpretação possível, desde que se mantenha presente que a cultura, na perspectiva skinneriana, faz parte da natureza e, conseqüentemente, é tão física quanto o ambiente material. Isso quer dizer que as práticas que uma cultura mantém não são totalmente arbitrárias, nem casuais. Sendo assim, a validade do discurso é eminentemente social, mas esse atributo não o distancia, por isso, das ciências naturais. Como foi visto, Skinner (1957) propôs a compreensão destes pelo modelo de seleção pelas conseqüências, ainda que não tenha descartado a possibilidade de utilização de outros modelos ou da análise a partir de outras dimensões (física, fisiológica, social etc). Nesse sentido, segundo o paradigma comportamental, o princípio de validade de um discurso não deve ser submetido a utilização de determinado método, mas deve ser aferido pela efetividade desse método em prever e modificar o mundo.

O “sistema” científico, como a lei, é constituído para nos permitir manipular um conteúdo de forma mais eficiente. O que chamamos concepção científica de algo não é um conhecimento passivo. A ciência não está preocupada com a contemplação. Quando descobrimos as leis que governam a parte do mundo que se refere a nós, e quando organizamos essas leis em um sistema, nós estamos prontos para lidar efetivamente com essa parte do mundo. Ao prever a ocorrência de um evento, somos capazes de nos preparar para este. Ao arranjar condições de modo específico de acordo com as leis de um sistema, não apenas prevemos, mas controlamos: nós “causamos” a ocorrência do evento ou fazemos com que este assuma certas características⁴⁴ (SKINNER, 1953/2005, p. 14).

Para deixar claro, Skinner (1969c) afirma que as leis científicas são descrições das contingências de reforço encontradas na natureza. Por “descrições” não se deve entender representações, como foi visto. As leis científicas são enunciados sobre

⁴⁴ The scientific "system," like the law, is designed to enable us to handle a subject matter more efficiently. What we call the scientific conception of a thing is not passive knowledge. Science is not concerned with contemplation. When we have discovered the laws which govern a part of the world about us, and when we have organized these laws into a system, we are then ready to deal effectively with that part of the world. By predicting the occurrence of an event we are able to prepare for it. By arranging conditions in ways specified by the laws of a system, we not only predict, we control: we "cause" an event to occur or to assume certain characteristics. (SKINNER, 1953/2005, p. 14).

como se comportar diante de uma parcela específica da natureza: elas não descrevem a natureza, mas o comportamento daqueles que lidam com ela.

Não precisamos descrever as contingências de reforço a fim de sermos afetados por elas. Os organismos inferiores presumivelmente não o fazem, nem tampouco a espécie humana antes de ter adquirido comportamento verbal. Uma pessoa que é modificada por um reforço operante não "aprendeu uma probabilidade"; aprendeu a responder numa certa velocidade por causa de uma dada frequência de reforço. Não precisamos dizer que "as regras são construídas pela mente no processo de aquisição do conhecimento". O pedreiro usa uma alavanca eficientemente sem conhecer a lei, e uma criança ou um cão aprendem a pegar uma bola sem, "de alguma forma, extraírem as regras que governam suas trajetórias". ⁴⁵(SKINNNER, 1974, p.67).

As regras ou as leis não estão, nesse sentido, nas contingências que elas descrevem. Como enunciados, suas explicações devem ser buscadas nas contingências estabelecidas pela comunidade verbal que os originou. No caso do conhecimento científico, Skinner (1953/2005; 1974) afirma ser a efetividade da ação em prever e controlar o mundo físico e social o critério primordial de seleção. Contudo, essa afirmação teórica carece do crivo empírico.

6.3 O que é o conhecimento, afinal?

O conhecimento parece estar tradicionalmente relacionado à captura ou representação de verdades do mundo, ou da realidade. Em sentido mais modesto, também descreve um "saber como" (LOPES; ABIB, 2003). Em ambos os casos, tanto no conhecimento aparentemente passivo de uma resposta verbal descritiva (tacto) quanto na habilidade em executar ações não verbais, o conhecimento não se refere a eventos particulares, discretos, mas a disposições. Dizer que alguém sabe tocar piano, não implica que a pessoa esteja tocando no momento, mas que seja alta a probabilidade de ela tocar uma peça em uma situação apropriada.

O conhecimento intelectual parece, todavia, ter status especial. Ele normalmente está associado a uma ideia de posse de uma informação que,

⁴⁵ We do not need to describe contingencies of reinforcement in order to be affected by them. Lower organisms presumably do not do so, nor did the human species before it acquired verbal behavior. A person changed by operant reinforcement has not "learned a probability"; he has learned to respond at a given rate because of a given frequency of reinforcement. We do not need to say that "rules are constructed by the mind in the course of the acquisition of knowledge." The mason uses a lever efficiently without knowing the law, and a child or dog learns to catch a ball without "in some sense extracting the rules governing trajectories." (SKINNNER, 1974, p. 67).

armazenada, pode ser recuperada e utilizada quando necessária. Contudo, como foi dito anteriormente, a perspectiva behaviorista afirmar que não há cópias do mundo dentro ou em qualquer parte do indivíduo. O conhecimento, ou o conhecer alguma coisa, refere-se apenas a probabilidade de que uma resposta verbal ou não seja emitida em uma dada situação, a situação conhecida, e não a qualquer outra propriedade especial do indivíduo.

É claro que crianças e outros animais podem ser afetados pelas contingências naturais descritas pela lei da gravidade e que só adultos educados podem recitar ou utilizar a referida lei para realizar cálculos. São formas diferentes de conhecimento no sentido de serem comportamentos diferentes. O que muda, portanto, são as contingências de reforçamento e não quaisquer formas de atividades ou capacidades mentais.

O behaviorismo, então, oferece outra visão que não a das epistemologias tradicionais sobre o conhecimento. Não se trata, em absoluto, de uma relação entre um sujeito cognoscente que “descobre” o mundo. O conhecimento, como o comportamento ou como disposição para comportar-se, é, evidentemente, exibido por uma pessoa, mas a explicação de tal comportamento ou disposição não deve ser buscada na própria pessoa, mais em sua história de “aprendizagem” relacionada à cultura na qual está inserida. Por fim, é preciso enfatizar que essa posição não é a de um realismo, mas a de uma ontologia relacional, uma vez que, do ponto de vista do comportamento não há estímulos sem resposta ou resposta sem estímulo (LOPES, 2008).

7 Controle social e subjetividade

O termo controle no pensamento skinneriano apresenta dois sentidos complementares. O mais geral designa a dependência ou correlação entre respostas e as variáveis ambientais das quais é função. Nesse sentido, diz-se que o comportamento está sob controle do contexto atual (estímulos antecedentes) por conta de uma história de reforçamento. Esse ponto de vista estabelece que o controle é ubíquo, embora não seja inexorável, uma vez que a determinação ambiental se expressa de maneira probabilística: um operante não será sempre emitido quando o organismo estiver no mesmo contexto no qual foi outrora reforçada.

A ciência do comportamento não se limita, como foi visto, à descrição e predição de seu objeto de estudo, mas está dedicada ao controle ou modificação de determinadas respostas. Esse é o sentido mais restrito para o uso do termo controle no behaviorismo radical: a manipulação de variáveis ambientais (físicas e sociais) para a obtenção ou supressão de determinada conduta. É uma característica fundamental da análise do comportamento e está ligada ao caráter *praxico* do conhecimento no behaviorismo (ABIB, 2016) e não a uma sanha despótica. A filosofia e a ciência skinnerianas estão engajadas em promover transformações sociais com vistas a dirimir as iniquidades, com ficará claro mais à frente.

Essa seção trata da análise de práticas culturais, mais especificamente de práticas institucionais, o que é curioso para uma abordagem psicológica cujo recorte é o comportamento individual e o dado básico, a frequência de respostas. Skinner (1953/2005) reconhece que um outro nível de descrição, que não o do comportamento individual “pode ser bem mais conveniente” (p. 326), mas o que o behaviorista deseja saber é em que medida “uma análise do comportamento do indivíduo, que já recebeu substancial validação sob as condições favoráveis de uma ciência natural, pode contribuir para o entendimento dos fenômenos sociais.”⁴⁶ (IDEM, p. 298).

⁴⁶ Tradução de: “analysis of the behavior of the individual which has received substantial validation under the favorable conditions of a natural science may contribute to the understanding of social phenomena”. (SKINNER, 1953/2005, p. 298).

Eventualmente podemos perguntar porque as pessoas se comportam à sua maneira peculiar. Não é suficiente dizer que um costume é seguido, simplesmente porque é costumeiro segui-lo. Nem é suficiente dizer que as pessoas se comportam como o fazem por causa de sua maneira de pensar. Para entender o comportamento dos selvagens, devemos fazer algo mais do que entender “a mente selvagem”⁴⁷ (SKINNER, 1969/1980, p. 12).

Nesse sentido, o desafio da análise do comportamento é o de explicar alguns dos fenômenos sociais sem que para isso seja necessário lançar mão de uma análise em outro nível que não seja o das interações entre indivíduos. Se há algo como “o social” ou “mentalidade grupal”, deve se referir não a uma realidade supraindividual, mas a um complexo conjunto de comportamentos e um nível de seleção do comportamento, como já foi visto. Dessa forma, a estrutura social é concebida como sendo nada além do que a soma das interações entre os indivíduos que a compõe.

Um ambiente social geralmente chamado de “cultura” de um grupo. Supõem-se que muitas vezes o termo se refere a um espírito, atmosfera ou há algo com dimensões igualmente não-físicas. Nossa análise do ambiente social, no entanto, fornece um relato das características essenciais de uma cultura no âmbito de uma ciência natural. (...) No sentido mais amplo possível, a cultura em que o indivíduo nasce é composta de todas as variáveis que o afetam e que são organizadas por outras pessoas. O ambiente social é, em parte, o resultado das práticas do grupo que gera comportamentos éticos e da extensão dessas práticas, maneiras e costumes. [...] A família de um indivíduo, por exemplo, pode controlá-lo por meio da extensão de técnicas religiosas ou governamentais, por meio de psicoterapia, por meio de controle econômico ou como uma instituição educacional⁴⁸. (IDEM, p. 419).

É claro que a existência de uma cultura se estende por várias gerações, ultrapassando em muito a vidas dos indivíduos tomados separadamente. O fato de a cultura sobreviver aos indivíduos, ainda que com alterações, com invenções, modificações e descarte de práticas provavelmente contribui para se vislumbrar, nas relações concretas entre os indivíduos, uma “mentalidade social” ou uma

⁴⁷ Tradução de: Eventually we must ask why people behave in their respective ways. It is not enough to say that a custom is followed simply because it is customary to follow it. Nor is it enough to say that people behave as they do because of the ways in which they think. To understand the behavior of savages, we must do more than understand the “savage mind.” (SKINNER, 1969/1980, p. 12).

⁴⁸ Tradução de: A social environment is usually spoken of as the “culture” of a group. The term is often supposed to refer to a spirit or atmosphere or something with equally nonphysical dimensions. Our analysis of the social environment, however, provides an account of the essential features of culture within the framework of a natural Science. [...] In the broadest possible sense the culture into which an individual is born is composed of all the variables affecting him which are arranged by other people. The social environment is in part the result of those practices of the group which generate ethical behavior and of the extension of these practices to manners and customs. [...] The individual's family, for example, may control him through an extension of religious or governmental techniques, by way of psychotherapy, through economic control, or as an educational institution. (IDEM, p. 419).

“racionalidade histórica”. Contudo, ao se levar em conta que, tanto leis (jurídicas ou científicas), quanto usos e costumes têm a materialidade do comportamento, pode-se tomar outro caminho de investigação, sem recorrer a entidades abstratas, afinal, são os indivíduos que se comportam, ainda que conjuntamente, de maneira cooperativa ou competitiva (SKINNER, 1974).

Uma espécie não tem existência, salvo como agrupamento de indivíduos, nem tem uma família, tribo, raça, nação ou classe. Uma cultura não tem existência fora do comportamento dos indivíduos que mantêm suas práticas. É sempre um indivíduo que se comporta, que age sobre o ambiente e é transformado pelas consequências de sua ação, e que mantém as contingências sociais que são uma cultura. O indivíduo é quem carrega tanto a espécie como sua cultura. As práticas culturais, como os traços genéticos, são transmitidas de indivíduo para indivíduo. Uma nova prática, como um novo traço genético, aparece primeiro num indivíduo e tende a ser transmitida se contribui para sua sobrevivência como indivíduo⁴⁹ (SKINNER, 1971/1976, p.204).

O problema em se valer de entidades supraindividuais para a explicação de fenômenos sociais em uma análise de tipo científico é, primeiramente, que esses supostos entes não são localizáveis, posto que são deduzidos a partir da relação entre os indivíduos, e também por que acabam por obscurecer a investigação das variáveis relevantes das quais o fenômeno é função. São as contingências de reforçamento social que determinam, por exemplo, o comportamento dos “selvagens” e a suposta “mentalidade selvagem”. O problema se torna ainda maior ao se tomar a cultura em seu devir comandada por uma racionalidade histórica, pois esta fixa um ponto de desenvolvimento ótimo, seja no presente ou no futuro. O etnocentrismo dos primeiros estudos antropológicos é um exemplo de quão pernicioso pode ser um pensamento evolucionista desse tipo. E a teoria marxista, apesar de sua incontestada utilidade social, padeceu de semelhante mal ao formular o determinismo histórico descrito pela luta de classes. Contra as teses de tipo desenvolvimentista, afirma Skinner (1971/1976, p. 138-139):

⁴⁹ Tradução de: A species has no existence except as a collection of individuals, nor has a family, tribe, race, nation, or class. A culture has no existence apart from the behaviour of the individuals who maintain its practices. It is always an individual who behaves, who acts upon the environment and is changed by the consequences of his action, and who maintains the social contingencies which are a culture. The individual is the carrier of both his species and his culture. Cultura practices, like genetic traits, are transmitted from individual to individual. A new practice, like a new genetic trait, appears first in an individual and tends to be transmitted if it contributes to his survival as an individual. (SKINNER, 1971/1976, p.204).

O período Cretáceo na geologia não apareceu em um dado estágio do desenvolvimento da terra por conta de uma sequência fixa predeterminada, mas porque condições precedentes da Terra levaram a certas transformações. [...] Uma criança desenvolve o “conceito de inércia em determinada idade apenas porque determinadas contingências de reforço sociais e não sociais que geraram o comportamento que é dito demonstrar a posse de tal conceito. As contingências desenvolvem tanto quanto o comportamento que elas geram. [...] As mesmas questões se colocam para o desenvolvimento cultural. [...] A ordem necessária encontrada no determinismo histórico de Karl Marx está nas contingências. [...] uma cultura pode se desenvolver através de uma sequência de estágios à medida que as contingências se desenvolvem, mas uma ordem diferente de contingências pode ser projetada⁵⁰.

Mas o nível de análise da cultura centrado nos intercâmbios entre os indivíduos, tal como proposto pelo behaviorismo radical, apresenta também suas limitações. A descrição completa das práticas sociais nesses termos, ainda que não seja logicamente impossível, apresenta-se de fato como inexecutável, dada a multiplicidade e a constante mutação de tais práticas. Esse fato não se constitui verdadeiramente em um empecilho e limitações semelhantes são encontradas em ciências como a física ou a química. Não é preciso analisar a interação de todas as moléculas ou átomos para se chegar a princípios explicativos úteis.

Em todo o caso, o que Skinner (1958/1961, p. 138) quer que se reconheça nas análises das interações sociais é que: “O paralelo entre as contingências que estão sendo agora estudadas em laboratório e aquelas da vida diária clama por atenção e por uma ação reparadora. Em toda a situação social nós devemos descobrir *quem* está reforçando *quem* com o *que* e *para que* efeito.⁵¹”

Nesse sentido, as análises das práticas de controle social empreendidas por Skinner não levam em conta todas as possíveis interações entre os indivíduos. São, antes, extrapolações realizadas às situações da “vida cotidiana” que tomam como fundamento dados de situações controladas. Como extrapolações ou interpretações,

⁵⁰ Tradução de: The Cretaceous period in geology did not appear at a given stage in the development of the earth because of a predetermined fixed sequence but because a preceding condition of the earth led to certain changes. [...] A child develops the 'concept of inertia' at a given age only because of the social and non-social contingencies of reinforcement which have generated the behaviour said to show the possession of the concept. The contingencies 'develop' as much as the behaviour they generate. [...]. The same issues arise in the development of a culture. [...] The necessary order in the historical determinism of Karl Marx is in the contingencies. [...] a culture may develop through a sequence of stages as contingencies develop, but a different order of contingencies can be designed. (SKINNER, 1971/1976, p. 138-139).

⁵¹ Tradução de: “The parallel between the contingencies now being studied in the laboratory and those of daily life cry for attention and for remedial action. In any social situation we must discover who is reinforcing whom with what and to what effect.” (SKINNER 1958/1961, p. 138).

utilizam-se de termos gerais como as relações entre indivíduo e grupo ou entre indivíduos e instituições sociais.

Deixando as considerações sobre o método de análise e interpretação das situações sociais desenvolvidos por Skinner e adentrando nos resultados de suas extrapolações teóricas, é preciso considerar, primeiramente, que o desenvolvimento das culturas modernas foi acompanhado pela complexificação e aperfeiçoamento de formas de controle social. As formas institucionalizadas de controle, as agências de controle na linguagem skinneriana, podem ser explicadas, em última análise, como uma “evolução” do controle interpessoal (DITTRICH, 2004). Novas práticas são selecionadas de acordo com seu efeito sobre controlados e controladores e, por isso, tais relações devem ser analisadas no que tem de recíprocas.

O comportamento com que um pai controla seu filho, ou de maneira adversa ou através de reforço positivo, é formado e mantido pelas respostas do filho. O psicoterapeuta muda o comportamento de seu paciente por meios que foram formados e mantidos por seu êxito na mudança desse comportamento. Um governo ou religião prescreve e impõe sanções selecionadas por sua eficácia no controle de cidadãos ou dos fiéis. Um empregador induz seus empregados a trabalhar com aplicação e cuidado por meio de sistemas salariais determinados por seus efeitos sobre o comportamento. As práticas de ensino do professor são formadas e mantidas pelos efeitos sobre os alunos. Então, num sentido bem real, o escravo controla o capataz, o filho o pai, o paciente o terapeuta, o cidadão o governo, o fiel o sacerdote, o empregado o empregador e o aluno o professor⁵². (SKINNER, 1971/1976, p. 166).

A reciprocidade das relações de controle refere-se às diferentes consequências que produzem para cada um dos envolvidos. Não se trata de afirmar *a priori* qualquer forma de simetria na relação, mas apontar para a mútua dependência das consequências presentes e passadas para o surgimento e manutenção de tais práticas necessárias a análise. Essa é uma característica essencial das relações

⁵² Tradução de: The behaviour with which a parent controls his child, either aversively or through positive reinforcement, is shaped and maintained by the child's responses. A psychotherapist changes the behaviour of his patient in ways which have been shaped and maintained by his success in changing that behaviour. A government or religion prescribes and imposes sanctions selected by their effectiveness in controlling citizen or communicant. An employer induces his employees to work industriously and carefully with wage systems determined by their effects on behaviour. The classroom practices of the teacher are shaped and maintained by the effects on his students. In a very real sense, then, the slave controls the slave driver, the child the parent, the patient the therapist, the citizen the government, the communicant the priest, the employee the employer, and the student the teacher. (SKINNER, 1971/1976, p. 166).

sociais, sua marca distintiva das relações de controle exercida pelo ambiente físico. O comportamento social pode ser definido por suas consequências para a determinação probabilidade de ocorrência de certas respostas em outra pessoa e é, nesse sentido, sempre uma relação de controle.

Interessante notar que, embora Skinner compreenda a constituição do controle social como sendo processual, não tenha se dedicado a apontar a constituição histórica das instituições que analisou. Mas é que sua análise se restringe “apenas as concepções sobre os indivíduos que se comportam encontradas nesses campos”.⁵³ (SKINNER, 1953/2005, p. 333).

Nesse sentido, Skinner (IDEM) abordou cinco agências controladoras a saber, governo, religião, educação, economia e psicoterapia. Essas agências são definidas pelo comportamento que buscam controlar e as variáveis ambientais que são capazes de dispor. E, por essa razão, é possível propor outras formas de classificação tomando a mesma realidade dado que comportamentos e reforçadores podem ser comuns a mais de uma agência (DITTRICH, 2004). Discutir a especificidade do controle de cada uma dessas agências extrapolaria os limites do presente trabalho e não contribuiria significativamente para a compreensão das práticas de controle social e suas relações com as concepções de homem presentes na modernidade. Uma discussão breve sobre a agência governamental proverá os subsídios para a compreensão de tais fenômenos.

Skinner (1953/2005) se interessa em analisar as funções repressivas do Estado, as que restringem ou limitam comportamentos indesejados de alguns membros da sociedade. É claro, contudo, que o autor não resume a ação governamental às práticas coercitivas. Reconhece, por exemplo, os mecanismos que visam garantir segurança à população com outras formas de carestia, que ganharam vulto na modernidade por meio das políticas do *Welfare State*.

As formas de controle coercitivos estatais estão a cargo dos aparelhos judiciários e policiais e consistem, sobretudo, em formas punitivas, seja pela apresentação de estímulos aversivos ou pela supressão de estímulos apetitivos. A privação da liberdade, os maus tratos, as formas de tortura e as multas são as formas

⁵³ Tradução de: “only with the conceptions of the behaving individual which are encountered in these fields”. (SKINNER, 1953/2005, p. 333).

mais comuns de punição. São essas contingências punitivas que explicam em parte o cumprimento das leis: ainda que não sejam afetados pelas punições, os indivíduos também tendem a se comportar de maneira legal devido as ameaças de punição.

Em geral, os comportamentos sancionados com punição pelas agências governamentais, classificados como comportamentos ilegais, correspondem aos comportamentos que o grupo ético classifica como comportamentos maus, isto é, comportamentos que são ofensivos ao menos para os formuladores dos códigos morais e das leis. Sob o julgo de governos mais autoritários, por exemplo, quaisquer formas de protesto que intentem denunciar as práticas coercitivas do Estado, correm o risco de serem classificadas como ilegais e, conseqüentemente, punidas. Já os regimes democráticos tendem a “respeitar” a liberdade de expressão e não punir todas as formas de protesto. (SÁ, 1985)

Dado o exemplo acima, não é correto afirmar que os governantes dos regimes democráticos são mais benevolentes do que os ditadores. A democracia permite uma maior possibilidade de exercício de contracontrole por parte do cidadão, normalmente, recorrendo-se ao expediente das garantias e dos direitos fundamentais, que servem justamente para limitar as formas de exercício de poder do Estado. A análise do exercício do poder estatal tem que reconhecer que o poder do Estado advém e se fortalece com a obediência dos cidadãos às leis. E, dessa forma, uma mudança social em quaisquer regimes de governo, tanto na democracia quanto na ditadura, passa pelo controle dos controladores ou, ao menos, das formas de controle, pois a questão “quem controlará os controladores?” não deve ser respondida apontando para uma pessoa, mas para formas de controle (SKINNER, 1953/2005; SÁ, 1985). Em sentido muito próximo, ao versar sobre um contexto mais restrito, afirma Skinner (1974/1976, p. 168) que:

O grande problema é arranjar contra controle eficaz e, conseqüentemente, trazer algumas consequências importantes da alçada do comportamento dos controladores. Alguns exemplos clássicos de uma falta de equilíbrio entre o controle e o contra controle têm lugar quando se delega o controle e o contra controle se torna inefetivo. Hospitais para psicóticos e asilos para deficientes mentais, órfãos e velhos são notórios por seu fraco contra controle, pois os que se interessam pelo bem-estar de tais pessoas freqüentemente não sabem o que está acontecendo. As prisões oferecem poucas oportunidades de contra controle, como o indicam as medidas de controle mais comuns.

Controle e contra controle tendem a tornar-se deslocados quando o controle é tomado por agências organizadas⁵⁴.

Voltando às formas punitivas de controle, essas reconhecidamente não são as maneiras mais adequadas de suprimir comportamentos indesejados ou instaurar comportamentos desejados. A sua ampla utilização social, a despeito de sua ineficácia, pode ser explicada, ao menos em parte, pela manutenção de diferentes discursos sobre o homem autônomo na sociedade contemporânea. As discussões skinnerianas a esse respeito fornecem material crítico aos conceitos de liberdade, responsabilidade e dignidade, todos frutos da consideração da causalidade interna do comportamento, de sua espontaneidade ou do livre-arbítrio, sendo estes utilizados como justificativa para a manutenção das práticas de controle tal como se apresentam na modernidade.

A liberdade é um conceito caro às sociedades capitalistas. É por meio da liberdade que se pode tanto punir quanto exercer as formas mais sofisticadas de controle. A liberdade como é comumente entendida remete a uma suposta determinação interna do comportamento, mas ela, de fato, não consegue descrever adequadamente as variáveis relevantes à sua determinação. Nesse sentido, afirma Skinner (1974, p. 88):

A pessoa que afirma sua liberdade ao dizer: “Eu posso escolher o que farei a seguir”, está falando sobre a liberdade em uma situação atual: o eu que dessa forma aparece ter uma opção é o produto de uma história da qual ele não é livre e que, de fato, determina o que ele fará⁵⁵.

Para além da banalidade de se descrever expectativas, desejos ou deliberações possíveis na escolha do curso de uma dada situação, o conceito de liberdade faz referência a um sentimento característico da ausência de controle aversivo e, nesse sentido, a busca pela liberdade, tal como tradicionalmente definida, pode ser entendida como devida a “processos comportamentais característicos da

⁵⁴ Tradução de: Some classical examples of a lack of balance between control and countercontrol arise when control is delegated and countercontrol then becomes ineffective. Hospitals for psychotics and homes for retardates, orphans, and old people are noted for weak countercontrol, because those who are concerned for the welfare of such people often do not know what is happening. Prisons offer little opportunity for countercontrol, as the commonest controlling measures indicate. (SKINNER, 1974/1976, p. 168).

⁵⁵ Tradução de: The person who asserts his freedom by saying, “I determine what I shall do next,” is speaking of freedom in or from a current situation: the I who thus seems to have an option is the product of a history from which it is not free and which in fact determines what it will now do. (SKINNER, 1974, p. 88).

espécie humana cujo principal objetivo é o de evitar ou escapar das chamadas características 'aversivas' do ambiente"⁵⁶. (SKINNER, 1971/1976, p. 46).

Um dos problemas em se definir a liberdade a partir desse sentimento é que em situações onde prevalecem esquemas de reforço positivo não se tende a denunciar as formas de controle, ainda que elas apresentem, em longo prazo, efeitos adversos. O outro é que, ao conceber o controle como avesso a liberdade e, sendo a liberdade sempre boa, o controle é sempre mau. Isso faz com que se esteja "despreparado para a próxima etapa, que não é de libertar o homem do controle, mas a de analisar e modificar os tipos de controle o qual ele está exposto."⁵⁷ (IDEM, p. 47).

Mas, como foi dito, a utilidade do tema do homem autônomo ou da liberdade deve ser buscado em sua face negativa, a saber, na possibilidade de responsabilização por determinados atos. A responsabilidade, em certo sentido, não representa nada além do que a possibilidade de se punir comportamentos julgados como inadequados. Skinner (1953/2005, p. 75)

A afirmação de que "só um homem livre pode ser responsável por sua conduta" apresenta dois significados distintos, dependendo do que estamos interessados: se na liberdade ou na responsabilidade. Se considerarmos que as pessoas são responsáveis, não devemos fazer nada para infringir sua liberdade, pois se não forem livres para agir não poderão ser tidas como responsáveis. Se considerarmos que são livres, devemos tomá-las como responsáveis por seu comportamento, mantendo as contingências punitivas, pois, se procedessem do mesmo modo em contingências não punitivas, estaria claro que não seriam livres⁵⁸.

A determinação jurídica da liberdade é devida, apenas em parte, aos atos ou às suas consequências. As diferentes formas de penalidade aplicam-se, de fato, de acordo com o tipo de crime cometido. Todavia, há algo a mais a ser considerado. Passa-se por evidente que a atenuação das penas e a determinação da inimputabilidade são devidas a diminuição ou extinção da responsabilidade pelos atos

⁵⁶ Tradução de: "behavioural processes characteristic of the human organism, the chief effect of which is the avoidance of or escape from so-called 'aversive' features of the environment". (SKINNER, 1971/1976, p. 46).

⁵⁷ Tradução de: "unprepared for the next step, which is not to free men from control but to analyse and change the kinds of control to which they are exposed". (IDEM, p. 47).

⁵⁸ Tradução de: The assertion that 'only a free man can be responsible for his conduct' has two meanings, depending upon whether we are interested in freedom or responsibility. If we want to say that people are responsible, we must do nothing to infringe their freedom, since if they are not free to act they cannot be held responsible. If we want to say they are free, we must hold them responsible for their behaviour by maintaining punitive contingencies, since if they behaved in the same way under conspicuous nonpunitive contingencies, it would be clear that they were not free. (SKINNER, 1953/2005, p. 75)

cometidos. Nesse sentido, um crime praticado “no calor da emoção” ou sob o efeito de algumas substâncias psicoativas ou, mesmo se se verificar ser o autor um doente mental, tem-se o gradiente de responsabilidade diminuído. Contudo, a determinação da responsabilidade não parece ser devida a um traço orgânico ou mental ou às circunstâncias que modifiquem a percepção e a capacidade de deliberação racional. Pelo contrário, a determinação da responsabilidade parece ser uma questão ligada à efetividade do controle social ao qual o indivíduo foi submetido.

Entretanto, outras questões [relativas à atribuição de responsabilidade penal] parecem dizer respeito ao homem interior. O ato foi intencional ou premeditado? Foi cometido sob violenta comoção? A pessoa sabia a diferença entre o certo e o errado? Tinha conhecimento das possíveis consequências de seu ato? Todas as perguntas sobre propósitos, sentimentos, conhecimento, e assim por diante, podem ser reafirmadas em termos do ambiente a que uma pessoa se expôs. O que uma pessoa “pretende fazer” depende do que ela fez no passado e do que aconteceu. A pessoa não age porque “se sente irada”, age e se sente irada por uma razão comum, não especificada. Se ela merece a punição quando todos esses quesitos são levados em consideração é uma questão de resultados prováveis: se punida, procederá de modo diferente quando circunstâncias semelhantes tornarem a ocorrer? Há uma tendência corrente para substituir o controle pela responsabilidade, e provavelmente não se vê tanto o controle como característica do homem autônomo, já que explicitamente alude a condições exteriores⁵⁹. (IDEM, pp. 74-75).

Dizer que um homem é responsável pelos seus atos não apresenta, todavia, apenas um lado negativo. Ao se comportar bem o homem merece os créditos por sua boa ação. Mais uma vez pode-se explicar a questão a partir do controle. E, quanto menos se souber sobre as causas do comportamento mais espaço se terá para atribuir a própria pessoa. Liberdade e responsabilidade são caros ao capitalismo também por que por que permitem que se invoque a meritocracia, que não tem outra função a não ser a de apagar as determinações ambientais dos comportamentos, mormente os bem-sucedidos, e apelar para um heroísmo moral. Nesse sentido, Skinner adota uma postura diametralmente oposta à defesa da meritocracia e do heroísmo moral ao

⁵⁹ Tradução de: But other questions seem to concern the inner man. Was the act intentional or premeditated? Was it done in the heat of anger? Did the person know the difference between right and wrong? Was he aware of the possible consequences of his act? All these questions about purposes, feelings, knowledge, and so on, can be restated in terms of the environment to which a person has been exposed. What a person 'intends to do' depends upon what he has done in the past and what has then happened. A person does not act because he 'feels angry'; he acts and feels angry for a common reason, not specified. Whether he deserves punishment when all these conditions are taken into account is a question about probable results: will he, if punished, behave in a different way when similar circumstances again arise? There is a current tendency to substitute controllability for responsibility, and controllability is not so likely to be regarded as a possession of autonomous man, since it explicitly alludes to external conditions. (IDEM, pp. 74-75).

propor métodos mais eficazes de planejamento cultural. A crítica dá-se, nas palavras do autor, pois:

Se tais métodos [de planejamento cultural] são chamados de ignóbeis simplesmente porque não deixam espaço para certos atributos admiráveis, então talvez a prática da admiração é que precisa ser examinada. Podemos dizer que a criança cuja educação foi habilmente planejada foi privada do direito ao heroísmo intelectual. Nada é deixado para ser admirado, dado a forma como ela adquire sua educação. Da mesma forma, podemos conceber um treinamento moral que seja tão adequado às exigências da cultura que os homens sejam bons praticamente automaticamente, serão privados de maneiras semelhantes do direito ao heroísmo moral, uma vez que, raramente, admiramos a bondade automática⁶⁰. (SKINNER, 1955, p. 57).

Importante notar que, em um sistema de pensamento que estabelece a determinação dos comportamentos em função da história das contingências de reforçamento, não há espaço para o discurso sobre o mérito pessoal em qualquer circunstância. A concepção behaviorista, nesse sentido, faz com que se torne bastante clara a função do discurso meritocrático, sobretudo nas sociedades capitalistas. Nesse sentido, afirma Holland (1978, p.170) que:

O mito das causas internas é promovido por conta do reforço fornecido a elite e por causa do papel da juventude em manter o sistema atual. Disse-se que aqueles que estão no topo da hierarquia do poder acenderam por conta de mérito pessoal. Os ricos foram livres para usar seus recursos internos, sua vontade, sua determinação, sua motivação e sua inteligência para alcançar os altos níveis da hierarquia social. Causas internas servem como justificativa para aqueles que lucram com a inequidade⁶¹.

⁶⁰ Tradução de: If such methods are called "ignoble" simply because they leave no room for certain admirable attributes, then perhaps the practice of admiration needs to be examined. We might say that the child whose education has been skillfully planned has been deprived of the right to intellectual heroism. Nothing has been left to be admired in the way he acquires an education. Similarly, we can conceive of moral training which is so adequate to the demands of the culture that men will be good practically automatically, but to that extent they will be deprived of the right to moral heroism, since we seldom admire automatic goodness. (SKINNER, 1955, p. 57).

⁶¹ Tradução de: The myth of inner causes is fostered because of the reinforcement provided to the elite and because of the myth's role in maintaining the current system. Those high in the hierarchy of power are said to have ascended through great personal merit. The rich were free to use their inner resources, their will, their determination, their motivation, their intelligence to reach their high level. Inner causes serve as justification for those who profit from inequality. (Holland, 1978, p.170).

7.1 Comportamento ético no pensamento skinneriano

Skinner critica as concepções que declaram ser o homem um animal moral ou ético. As evidências para esse tipo de raciocínio são apenas que grande parte das pessoas emitem julgamentos éticos sobre si ou sobre outrem e que, por vezes, comportam-se de maneira ética. Contudo, essas evidências não são suficientes para afirmar a natureza moral do homem. Tampouco se prestam para afirmar a tese oposta. Para Skinner (1971/1976) parece claro que “O homem não se desenvolveu como um animal ético ou moral. Ele se desenvolveu a ponto de construir uma cultura ética moral.”⁶² (p. 171).

Comportar-se de maneira ética, para o behaviorismo skinneriano, é simplesmente comportar-se para o bem de outrem, ou seja, de maneira que reforce outras pessoas. Alguns dos reforçadores, sobretudo os primários, tendem a ser universais, mas há nas contingências sociais muito mais do que a luta pela sobrevivência e, nesse sentido, para o behaviorismo radical não há padrões éticos que sejam universais, e a ciências históricas e antropológicas fornecem evidências suficientes em apoio a essa tese. Aliás, mesmo dentro de um universo social restrito, há diferentes concepções sobre o certo e o errado.

A classificação também pode ser imperfeita por conta da falha na estrutura do grupo. Todos os membros podem não participar da mesma maneira. Como um ato pode ter diferentes efeitos sobre diferentes membros, alguns destes podem, por isso, classificá-lo como bom e outros, como mau, subdivisões do grupo podem entrar em conflito com outras para assumir o controle. Por exemplo, o uso da força física é geralmente aversivo para os outros e, dessa forma, denominado mau, mas pode ser classificado como bom por aqueles que exibem comportamento similar controlando uma terceira facção, seja de dentro ou de fora do grupo. O comportamento que é imediatamente reforçador pode ter um efeito aversivo a longo prazo.⁶³ (SKINNER, 1953/2005, p. 324).

As pessoas não são naturalmente boas ou más e suas ações não podem ser compreendidas como a expressão de uma maldade e de uma bondade ou de qualquer

⁶² Tradução de: “Man has not evolved as an ethical or moral animal. He has evolved to the point at which he has constructed an ethical or moral culture.” (SKINNER, 1971/1976, p. 171).

⁶³ Tradução de: The classification may also be defective because of the faulty structure of the group. All members may not participate to the same extent. Since an act may have different effects upon different members, some of whom may, therefore, classify it as good and others as bad, subdivisions of the group may conflict with each other in the direction of their control. For example, the use of physical force is generally aversive to others and hence called bad, but it may be classified as good by those who exhibit similar behavior in controlling a third party, either within or outside the group. Behavior which is immediately reinforcing may have a long-term aversive effect. (SKINNER, 1953/2005, p. 324).

traço ou disposição internos. Uma pessoa é boa ou má devido a sua história, devido a cultura e aos grupos nos quais está inserida. O comportamento ético é tardiamente desenvolvido por ser um esquema concorrente com o das contingências imediatas: o autocontrole desenvolvido caracteriza-se por abrir mão de um prazer imediato para ser reforçado socialmente por se comportar bem. Que fique claro que, ainda que se possa reconhecer certo grau de autodeterminação naquele que se controla, as variáveis explicativas do comportamento controlador devem ser buscadas na história ambiental do indivíduo.

O comportamento ético, que tradicionalmente é concebido como um dos mais puros atos de autodeterminação, posto que, por um lado, não se iguala a seguir uma regra social em função das sanções e, por outro, trata-se de abdicar dos prazeres imediatos, tem sua interpretação radicalmente revista no behaviorismo. Os determinantes do chamado autocontrole são, tal como o de todas as formas de comportamento, ambientais. Isso não significa dizer que as formas de controle são as mesmas no caso da obediência de uma lei ou no comportamento moral não sancionado diretamente por uma lei. Mas, em todos os casos, a explicação do comportamento deve ser buscada nas contingências ambientais, nesse caso, as arranjadas pela cultura. Essa perspectiva solapa as concepções do heroísmo moral e aponta para a necessidade de prover ambientes éticos.

Nesse sentido, uma vez que o autocontrole responsável pelo comportamento ético só é formado por meio de práticas culturais e sociais, pode-se planejar uma cultura em que essas práticas sejam mais efetivas. Skinner acredita que os anos devotados a perseguir a felicidade individual por meio principalmente de consumo de bens e serviços colocou toda a humanidade em eminente risco de extinção. As evidências apontadas pelo autor são a superpopulação, o consumismo, o individualismo, a poluição, que ainda não eram tão graves, quanto hoje, em meados do século XX. O que Skinner propõe, então, é que se substituam os valores do planejamento ético das culturas ocidentais pelo da sobrevivência da espécie (SKINNER, 1953/2005). A sobrevivência da espécie é o valor último pelo qual as culturas serão julgadas e o primeiro para qual o planejamento cultural deve se atentar (ABIB, 2001).

O romance *Walden Two* (SKINNER, 1948/1972) é um “experimento mental” skinneriano que visa responder a alguns desses problemas. Não é e nunca teve a

pretensão de ser a resposta para os problemas da humanidade. É um projeto datado e o próprio Skinner (1969/1972) reconheceu anos mais tarde que naquela ocasião o teria escrito de maneira diferente. Não cabe aqui discorrer sobre todas as características sociais encontradas nessa comunidade utópica, mas se pode sintetizá-las dizendo que se trata de uma pequena comunidade na qual quase toda a vida é controlada segundo as técnicas da análise do comportamento. O objetivo é o de eliminar o individualismo e as diferenças econômicas. Não há divisão social entre trabalho intelectual e trabalho manual, todos têm que realizar ambos os tipos de atividades. O acesso aos bens da comunidade não é controlado e as pessoas são estimuladas a não acumular bens. Igualmente a família nuclear burguesa está extinta, podendo os casais escolher como moram e seus filhos são criados por todos (MELO, 2009).

Novamente, a utopia é a solução fácil para problemas reais, para os quais cabe indagar-se se o valor de sobrevivência da cultura é suficiente como padrão ético. Mas, afora as discussões sobre o valor de sobrevivência como padrão ético, o que se destaca da concepção ética skinneriana é que, ao negar os princípios morais construídos pela sociedade ocidental, ela não propõe, em substituição, critérios absolutos ou essenciais, mas é, sob essa perspectiva, essencialmente experimental.

A ciência nos ajuda a decidir entre cursos de ação alternativos tornando consequências passadas eficazes na determinação da conduta futura. Embora nenhum curso de ação possa ser exclusivamente ditado pela experiência científica, a existência de qualquer paralelo científico, não importa quão incipiente, fará com que seja mais provável que o mais vantajoso dos dois cursos seja tomado. Para aqueles que estão acostumados a avaliar a cultura em termos de princípios absolutos, isto pode parecer inadequado. Mas parece ser o que de melhor se pode fazer. O experimento formalizado da ciência, somado à experiência prática do indivíduo em um conjunto complexo de circunstâncias, oferece a melhor base para a ação eficiente. O que é abandonado não é do domínio do juízo de valor; é o território das *suposições*. Quando não sabemos, supomos. A ciência não elimina a suposição, mas, estreitando o campo dos cursos de ação alternativos, nos auxilia a supor mais eficazmente⁶⁴. (SKINNER, 1953/2005, p.436).

⁶⁴ Tradução de: Science helps us in deciding between alternative courses of action by making past consequences effective in determining future conduct. Although no one course of action may be exclusively dictated by scientific experience, the existence of any scientific parallel, no matter how sketchy, will make it somewhat more likely that the more profitable of two courses will be taken. To those who are accustomed to evaluating a culture in terms of absolute principles, this may seem inadequate. But it appears to be the best we can do. The formalized experience of science, added to the practical experience of the individual in a complex set of circumstances, offers the best basis for effective action. What is left is not the realm of the value judgment; it is the realm of guessing. When we do not know, we guess. Science does not eliminate guessing, but by narrowing the field of alternative courses of action it helps us to guess more effectively. (SKINNER, 1953/2005, p.436).

8 Possíveis diálogos entre Michel Foucault e B. F. Skinner

Nos capítulos anteriores foram apresentados de maneira sucinta e um tanto esquemática os principais conceitos e proposições metodológicas das obras de Michel Foucault e B. F. Skinner. O objetivo principal dessas apresentações era o de evidenciar em cada um dos autores suas compreensões acerca do conhecimento (suas condições de possibilidade, bem com as concepções de verdade) e da determinação social da subjetividade e conduta humana, temas tradicionalmente tratados na filosofia e na psicologia tomando por base a suposição de um sujeito originador, autônomo ou, como denominava Foucault, um sujeito constituinte. Agora resta estabelecer alguns dos possíveis diálogos entre o pensamento desses autores com relação às temáticas apresentadas ao longo deste trabalho.

8.1 Sobre as condições de possibilidade do conhecimento e as concepções de verdade

O interesse de Foucault por problemas epistemológicos parece bastante evidente desde seus primeiros escritos nos quais procura desenvolver uma crítica arraigada às formas tradicionais de se conceber a construção do conhecimento. Pode-se dizer, nesse sentido, que o autor relizava reflexões de tipo epistemológico tomando por base a história da constituição de diferentes saberes, tal qual a tradição das reflexões epistemológicas históricas francesas iniciadas por Gaston Bachelard e Georges Canguilhem. Nesse sentido, as reflexões realizadas por Foucault tanto na arqueologia quanto da genealogia não eram essencialmente epistemológicas, tais como as oriundas da Teoria do Conhecimento (MACHADO, 2009).

Devido a essa marcante característica, há o desafio de depreender da obra do filósofo não apenas sua declarada crítica às diferentes epistemologias, mas a de apontar para uma potencial forma foucaultiana de compreender e tentar solucionar os problemas epistemológicos. Em outras palavras, tentar apresentar algo como as premissas de uma “teoria do conhecimento” foucaultiana. Esse exercício de pensamento contraria as argumentações de pensadores como Rorty (1986), para os quais há em Foucault apenas uma crítica e não a proposição de uma analítica do conhecimento ou do saber. Nas palavras de Rorty (1986, p. 47):

Tanto quanto eu posso entender, tudo o que ele tem a oferecer são redescobertas brilhantes do passado, suplementadas por dicas úteis sobre como evitar ser aprisionado por antigas suposições historiográficas. Essas

dicas consistem, em grande parte, em dizer: não busquem progresso ou significado na história; Não vejam a história de uma determinada atividade, de qualquer segmento da cultura, como o desenvolvimento da racionalidade ou da liberdade; Não use qualquer vocabulário filosófico para caracterizar a essência de tal atividade ou a meta a qual ela serve; Não assumam que a forma como essa atividade é atualmente conduzida dá qualquer pista para as metas que serviu no passado. Essas máximas puramente negativas não brotam de uma teoria, nem constituem um método.⁶⁵

Contudo, ao seguir a esteira de Lončarević (2013) e Machado (2009), o que parece é que as críticas foucaultianas elencadas por Rorty (1986), se não “brotam” de uma teorização mais solidamente construída, ao menos podem ensejar algo como um método. Tanto os trabalhos do período arqueológico, quanto nas genealogias, as críticas às concepções a-históricas de conhecimento e de sujeito “conhecedor” e aos procedimentos de justificação centrados no sujeito, como também às pretensões totalizadoras e universalizantes dos saberes fazem emergir uma possível analítica epistemológica com bases mais “políticas”. E, nesse sentido, o conceito de poder mais do que as analíticas das formações discursivas em si ganha relevo, ainda que, como foi visto, os parâmetros arqueológicos de análise permanecem no método genealógico. A forma analítica do saber/poder propicia o entendimento do sujeito do conhecimento em outros termos dos que os colocados na modernidade, principalmente a partir do cartesianismo. Não se trata de ver o sujeito como constituinte de sua relação com o mundo, mas, pelo contrário, como sendo constantemente produzido pelas diferentes práticas sociais que articulam a produção de saber ao exercício de poder (NOTO, 2009; WEIZENMANN, 2013).

É preciso levar em consideração que quando Foucault trata dos saberes suas questões não são primárias, isto é, relativas à percepção simples como “a rosa é vermelha” ou mesmo a proposições bem estabelecidas das ciências naturais. As discussões epistemológicas são tramadas tendo como pano de fundo as ciências que tomam o homem como objeto, as ciências duvidosas, que gozam de *status* menor na comunidade científica. As vantagens do estudo dessas áreas do conhecimento, como afirmou o próprio Foucault (1977/1979e) é que se está mais próximo de se estabelecer

⁶⁵ Tradução de: As far as I can see, all he has to offer are brilliant redescriptions of the past, supplemented by helpful hints on how to avoid being trapped by old historiographical assumptions. These hints consist largely in saying: do not look for progress or meaning in history; do not see the history of a given activity, of any segment of culture, as the development of rationality or of freedom; do not use any philosophical vocabulary to characterize the essence of such activity or the goal it serves; do not assume that the way this activity is presently conducted gives any clue to the goals it served in the past. Such purely negative maxims neither spring from a theory nor constitute a method. (RORTY 1986, p. 47).

as relações de mútua determinação entre saber e poder. Pode-se mostrar mais facilmente que o desenvolvimento de um saber não deve ser analisado apenas a partir de uma técnica, como o surgimento de novos instrumentos ou metodologias, mas em sua complexa relação com as forças sociais de determinado estrato histórico. Essa postura não implica em negar a possibilidade da construção de saber com relativa autonomia em relação às esferas centrais de poder, mas enfatiza a não neutralidade do saber, ou seja, as relações entre saber e poder. O que se deseja é sustentar que

a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1977/1979e, p. 12)

De qualquer modo, não se está afirmando que Foucault seja um teórico do conhecimento em sentido estrito, mas apenas que investiga temas de preocupação epistemológica, como as relações entre o sujeito e a verdade. E o caráter não tradicional das reflexões epistemológicas realizadas pelo filósofo reside, sobretudo, em encarar o saber como uma produção política, mas não no sentido de uma produção ideológica que obscurece a realidade, mas o de um discurso - fruto de uma formação discursiva que determina as posições de sujeito e objeto -, que produz efeitos de poder, efeitos de verdade ou, de maneira mais geral, modificação de condutas.

Nesse sentido, a declarada filiação foucaultiana a Kant pode ser vista mais como uma subversão do que como uma continuidade à obra do filósofo prussiano (LONČAREVIĆ, 2013). Foucault (1984/2006f) faz um longo exercício intelectual para apresentar características da obra kantiana, particularmente do texto sobre a *Aufklärung*, que permitam compreender as condições de conhecimento na filosofia kantiana para além das formas transcendentais *a priori*, o que o filósofo francês denominou de ontologia histórica do presente. A ontologia do presente faz oposição às tradicionais interpretações de Kant, que afirmam justamente que as condições necessárias a todo conhecimento são transcendentais e, dessa forma, não contingentes, imutáveis e transcendentais.

A determinação de uma ontologia histórica, independentemente da filiação kantiana, esclarece que as relações entre sujeito e mundo e, dentre elas, as relações de conhecimento não ocorrem entre dois entes previamente dados. Tanto na arqueologia como na genealogia, trata-se de reconstruir a história da constituição das diferentes formas de percepção e de conhecimento, o que Foucault denominou de condições da experiência (FOUCAULT, 1984/2004c).

Reafirmando essa posição, a do sujeito constituído, a arqueologia transfere o eixo tradicional de estudo epistemológico, centrado em discussões sobre consciência-conhecimento-ciência, para práticas discursivas-saber-ciência. Foucault não nega a existência do conhecimento e nem a possibilidade do conhecer como um empreendimento de um indivíduo. Seria realmente difícil negar que as descobertas são realizadas por pessoas ou grupos de pesquisadores. A problemática a qual se refere essa mudança de eixo é a que situa os objetos do conhecimento e as possibilidades de conhecer nos *apriori* históricos. Além disso, a opção pelo eixo práticas discursivas-saber-ciência expressa que o conhecimento não é o progressivo desvelar do mundo que alcançaria seu estado ótimo nos saberes científicos, mas que a objetividade do saber, sua verdade ou falsidade, não se deve à correspondência com o mundo. Os critérios de validade ou verificação de um discurso são dados por sua formação discursiva (FOUCAULT, 2008a; FONSECA, 2011).

Nesse sentido, a analítica discursiva realizada por Foucault não concebe o enunciado nem como representação mais ou menos fiel do mundo tampouco como a manifestação do intelecto ou das intenções de um sujeito universal. O enunciado, para o filósofo, é a manifestação direta das regras de formação discursiva presentes em determinados estratos históricos e são, dessa forma, totalmente contingentes e mutáveis. As formações discursivas determinam, prescrevem, o que pode ser percebido e dito em determinada época em uma área do conhecimento. Essa forma analítica não é estática e não impede que se vislumbre as modificações epistemológicas surgidas ao longo da história. Pelo contrário, seu interesse é sobretudo pelas transformações, que são entendidas como rupturas, como descontinuidades. Tais rupturas são possíveis posto que os os saberes não apenas reproduzem fielmente as regras da formação discursiva. Ocorrem rearranjos conceituais, mutações epistemológicas, que permitem novos recortes metodológicos, o vislumbre de novos objetos e a modificação do regime de verdade. É claro que nem todas as mutações conceituais produzem rupturas epistemológicas, evento que ocorre

quando a comunidade científica verifica e se apropria das vantagens dos rearranjos conceituais.

Dado que o conhecimento, ou melhor, o saber tem suas condições de possibilidade dadas pela formação discursiva na qual é gerado e que o discurso e o enunciado não representam o mundo, não há espaço para se pensar no saber verdadeiro, na verdade como correspondência com realidade. Nesse sentido, Foucault não entende por verdade a realidade ou utilidade de um discurso ou saber, mas como “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema.” (FOUCAULT, 1977/2006d). Verdadeiro é, então, todo o discurso que corresponda aos critérios de verificação de uma dada formação discursiva. Nada além ou aquém disso. Essa talvez seja a síntese da contribuição foucaultiana às discussões epistemológicas, pois ao deslocar o eixo de análise da consciência-conhecimento-ciência, assim como tradicionalmente é realizada pela epistemologia, para práticas discursivas-saber-ciência, Foucault aponta como mais profícuo o estudo das condições de possibilidades do conhecimento em seu caráter eminentemente social.

Quanto a Skinner, seu interesse pela epistemologia o fez se aproximar da psicologia, pois o conhecimento poderia ser encarado como comportamento, como um incremento no repertório de um organismo (ZILIO, 2010). Nesse sentido, vislumbra-se em toda a obra skinneriana um interesse pela construção de uma epistemologia, mas não aquela dos filósofos ou dos lógicos.

Para ser coerente, o psicólogo precisa lidar com suas próprias práticas verbais desenvolvendo uma ciência empírica do comportamento verbal. Não pode, infelizmente, juntar-se ao lógico ao definir uma definição, como uma “regra para o uso de um termo” (Feigl); ao invés disso, ele deve se voltar para as contingências de reforço que explicam a relação funcional entre um termo, como resposta verbal, e um dado estímulo. Essa é a “base operacional” para o uso dos termos e não é lógica mas ciência. [...] Eventualmente, seremos capazes de incluir e talvez de entender nosso comportamento verbal como cientistas. Se se verificar que nossa visão final do comportamento verbal invalida nossa estrutura científica do ponto de vista da lógica e do valor de verdade, então, tanto pior para a lógica que também terá sido abrangida por nossa análise.⁶⁶ (SKINNER, 1945/1999, p. 379).

⁶⁶ Tradução de: To be consistent the psychologist must deal with his own verbal practices by developing an empirical science of verbal behavior. He cannot, unfortunately, join the logician in defining a definition, for example, as a “rule for the use of a term” (Feigl); he must turn instead to the contingencies of reinforcement which account for the functional relation between a term, as a verbal response, and a given stimulus. This is the “operational basis” for his use of terms; and it is not logic but science.

Essas são as palavras com as quais Skinner encerra sua fala em um simpósio dedicado a discutir o operacionismo na psicologia. Em um primeiro momento, elas parecem indicar a adoção do psicologismo tão criticado pela epistemologia, uma vez que o conhecimento seria aquilo que o sujeito psicológico é capaz de conhecer e estaria limitado pelas condições fisiológicas dos indivíduos e também de sua cultura. Mas é preciso deixar claro que para as teorias clássicas do conhecimento, este é a representação possível do mundo realizada por um sujeito, sobretudo, por intermédio de instrumentos simbólicos ou linguísticos (HESSEN, 1999).

Para Skinner (1957; 1953/2005), contudo, o conhecimento não é uma essência e tampouco revela uma essência do mundo. A rigor, não há realmente por que destacar o que se chama tradicionalmente de conhecimento de qualquer outra forma de comportamento, a não ser que, por conhecimento se esteja referindo à probabilidade de determinada ação ocorrer numa situação adequada, ou seja, como uma disposição. Nesse caso, pode-se dizer que um organismo tem determinado operante em seu repertório. O conhecimento, assim, não descreve nenhuma relação especial do organismo com o ambiente.

As discussões epistemológicas tradicionais estão vinculadas a formas contemplativas de conhecimento e da verdade como representação mais ou menos fiel do mundo, de certo modo, independentes das ações dos sujeitos. Como foi visto, no behaviorismo radical o conhecimento é prático e a verdade é determinada pela comunidade verbal “responsável” por modelar e manter o discurso. Mesmo no operante verbal denominado tacto, que se aproximaria mais daquilo do que tradicionalmente se entende por uma descrição do mundo, não há, como foi visto, qualquer possibilidade para uma relação de referência. Aliás, até a percepção (ou “o perceber”) apresenta determinações culturais, conforme apresentado na seção 6.1.

No behaviorismo skinneriano as palavras entretêm uma relação relativamente arbitrária com as coisas. Relativamente arbitrária pois uma cultura não manteria uma prática que fosse totalmente inútil. O critério de verdade é, então, em última análise pragmático, ou seja, da utilidade e eficácia de um saber em transformar o mundo.

Eventually we shall be able to include, and perhaps to understand, our own verbal behavior as scientists. If it turns out that our final view of verbal behavior invalidates our scientific structure from the point of view of logic and truth-value, then so much the worse for logic, which will also have been embraced by our analysis. (SKINNER, 1945/1999, p. 379).

Nesse sentido, não há por que encarar o conhecimento como uma relação entre transcendentais: de um lado o sujeito, e do outro o mundo. O conhecimento, as formas de conhecer o mundo estão sempre limitadas pelo contexto (físico ou cultural) dos indivíduos. Além disso, é preciso levar em consideração que a interpretação adotada no presente trabalho sobre o pensamento skinneriano, a saber, como formulador de uma ontologia relacional, impede que se pense, como unidades independentes o sujeito e o mundo: a única realidade existente nessa perspectiva é a do intercâmbio do organismo com o ambiente.

Diante do exposto, ainda que se possa estabelecer relações mais complexas, ambos os autores parecem convergir para posições epistemológicas que não se utilizam da noção tradicional de conhecimento. Não se trata em ambos os autores de uma concepção de conhecimento como uma relação na qual há a primazia do sujeito ou do objeto na relação, tal como a perspectiva empirista, na qual a relação de conhecimento é uma determinação do sujeito pelo objeto (ontologia realista); tampouco como a perspectiva realista, segundo a qual o conhecimento é uma relação de determinação do objeto pelo sujeito (ontologia idealista) (HESSEN, 1999).

8.2 Sobre a determinação social da subjetividade e da conduta humana

Pode-se estabelecer algumas convergências de concepções e análises para entre Foucault e Skinner além das já discutidas no caso das discussões epistemológicas. A mais óbvia e que já havia sido apontada por Sá (1982) é a semelhança dos conceitos de controle em Skinner e de poder em Foucault: ambos autores designam por esses conceitos a manipulação de aspectos do mundo com intuito de determinar a probabilidade de ocorrência de determinadas respostas. A concepção da ubiquidade das relações de poder (ou de controle) e a consequente impossibilidade de se pensar uma sociedade na qual não haja poder, restando apenas negociar as formas de controle desejáveis, também parece ser um ponto que une os dois autores. É preciso notar, contudo, que o conceito skinneriano de controle no contexto do comportamento social refere-se, sobretudo, à interação entre dois indivíduos (SKINNER, 1953/2005), equanto que a noção de poder foucaultiana é mais abrangente e visa evidenciar e descrever os mecanismos gerais, as tecnologias de controle presentes em determinado estrato histórico, tais como a disciplina. (MACHADO, 1979).

Skinner (1953/2005) também trata do poder ao analisar as agências controladoras. Para o autor, o poder é concebido como concentrado nas instituições, sobretudo no Governo, que se utiliza sobremaneira de formas de controle punitivas, com vistas a diminuir comportamentos indesejados. Não que o poder para Skinner seja eminentemente repressor, mas as estratégias utilizadas pelo governo, com o auxílio das instituições policiais e judiciárias, são analisadas pelo autor em sua esfera repressiva. Esse é um tipo de análise que o aproxima mais dos autores marxistas do que propriamente de Foucault. A novidade do uso do poder como grade de inteligibilidade dos fenômenos sociais pelo autor francês foi justamente a de analisá-lo em sua dimensão positiva. Assim, os sistemas judiciários e penais não apenas puniam comportamentos, mas intentavam moldar os corpos, produzir novas condutas a pretexto da reinserção social.

Ou aspecto divergente em suas concepções analíticas sobre o poder se dá com relação às resistências, como denomina Foucault, ou contracontrole, como designa Skinner. Para o último é possível – e desejável – que se constituam estratégias de controle que não gerem contracontrole e também não sejam prejudiciais a longo prazo. Para Foucault (1976/1979a; 1982/1995a), todo exercício de poder gera resistências e, justamente por esse fato, essas se oferecem como o ponto de partida privilegiado para as análises das relações de poder.

As divergências entre os autores com relação à análise do poder não invalida a convergência entre as concepções de poder e controle apresentada acima. Pode-se dizer que tanto na analítica foucaultiana quanto no behaviorismo radical são esses os elementos (poder e controle, respectivamente) que modelam e determinam os comportamentos, os mínimos gestos humanos. Não há espaço nessas teorias para um Homem autodeterminado. Quanto à interioridade, seja nas formas de consciência, identidade ou personalidade, Skinner (1974) deixa claro que o autoconhecimento é de origem social e que, portanto, diferentes comunidades geram diferentes tipos e/ou grau de conhecimento. E que, para o espanto dos psicólogos cognitivistas, ele pode nem existir. E Foucault (1982/1995) admitiu, em sentido próximo, dois usos da palavra sujeito: sujeito assujeitado a uma forma de controle social e (como outra face da mesma moeda) preso à sua identidade pelo conhecimento que tem de si. A obra de Foucault pode ser definida como a tentativa da desnaturalização de algumas dessas práticas de sujeição. Então, aquilo que é concebido tradicionalmente na filosofia e na psicologia como a essência humana, a alma ou mente, não possui *status* causal para

os autores estudados pelo presente trabalho. A alma, a mente, ou o sujeito são o resultado das relações de poder ou controle.

Esse determinismo ambiental leva às problemáticas de se questionar sobre as possibilidades de um comportamento ético, dado que são formas de autocontrole. Clarificando a questão, trata-se de saber em que medida um sujeito que é totalmente determinado pelas condições sociais pode se tomar para si seu controle. Para Skinner (1953/2005) a questão está diretamente respondida. Há pelo menos dois “eus” em uma relação de controle, o controlador e o controlado. A determinação do comportamento controlador deve ser buscada nas contingências estabelecidas pela comunidade verbal da qual está inserida.

Quanto a Foucault, a interpretação é dúbia (NOTO, 2009). Pode se aceitar que algo semelhante como o que pensa Skinner ocorre e, de fato, o próprio Foucault reconhece que as técnicas e as finalidades do comportamento ético são estabelecidas socialmente. Mas pode se tomar o caminho inverso e dizer que no comportamento ético forma-se um sujeito livre e, também, há na obra de Foucault várias passagens que permitem essa interpretação (IDEM). Contudo, parece que a liberdade definida por Foucault não é um critério ontológico, mas sempre relativo a dada situação. Não só as condutas éticas, mas as estratégias de resistência são formas de liberdade na medida em que não cedem ao estabelecido. O poder, por definição, (FOUCAULT, 1982/1995) age apenas sobre os sujeitos livres, mas, entenda-se, sujeitos que são capazes de agir de outra forma que não a que deseja os controladores. Não se trata, portanto, da indeterminação do sujeito, de um sujeito constituinte nos termos foucaultianos.

Ainda resta apresentar, em ambos os autores, como ocorrem o surgimento e as transformações das práticas sociais (de controle), que, em última análise são os determinantes da subjetividade e da conduta humana em geral. Há, aqui, a possibilidade de também se realizar uma interpretação que estabeleça uma convergência entre as duas formas de pensamento estudadas. Primeiro é preciso lembrar que para Foucault, o poder/saber é “uma estratégia sem estrategistas” (DREYFUS; RABINOW, 1995). Isso implica que, a despeito das intencionalidades das relações de poder, elas não podem ser completamente explicadas como a manifestação de um sujeito individual ou coletivo, e que os saberes/poderes são gerados de maneira relativamente independente das esferas centralizadas de poder. Então, os saberes/poderes surgem como rearranjos, como mutações das formas

existentes e são investidos, segundo sua utilidade (e enquanto forem úteis) pelas esferas centrais de poder, como o Estado (ATTERTON, 1994). Ora, essa interpretação evolucionista do pensamento foucaultiano fornecida por Atterton (1994) se assemelha ao mecanismo de seleção por consequências no nível cultural elaborado por Skinner, sob influência do pensamento darwiniano, tal como apresentado na secção 5.2.3. A única excessão, que acaba por criar uma tensão no modelo de seleção por consequências, se dá quanto à concepção skinneriana da ciência como um saber cumulativo do saber científico, pois

Todos os cientistas, gigantes ou não, capacitam aqueles que os seguem a começar um pouco mais adiante. Isso não é necessariamente verdadeiro em outros lugares. Escritores, artistas e filósofos contemporâneos não são apreciavelmente mais eficazes do que os da idade de ouro da Grécia, enquanto o estudante secundário médio entende muito mais a natureza do que o maior dos cientistas gregos.⁶⁷ (SKINNER, 1953/2005, p. 11)

É preciso que se tenha em conta que quando Skinner esboçou essa narrativa sobre progresso cumulativo do conhecimento científico, ela ainda não tinha concebido completamente seu modelo de seleção por consequências. E que, embora as considerações acima não estejam em total desacordo com o selecionismo, é preciso acrescentar que o progresso afirmado é aferido pela comunidade verbal de cientistas.

⁶⁷ Tradução de: All scientists, whether giants or not, enable those who follow them to begin a little further along. This is not necessarily true elsewhere. Our contemporary writers, artists, and philosophers are not appreciably more effective than those of the golden age of Greece, yet the average high-school student understands much more of nature than the greatest of Greek scientists. A comparison of the effectiveness of Greek and modern science is scarcely worth making

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito no início do trabalho, o objetivo desta pesquisa não era de esboçar ou de formalizar uma leitura foucaultiana de Skinner ou uma análise skinneriana da obra de Foucault. Ainda assim é oportuno apresentar alguns elementos. O behaviorismo radical, sob uma perspectiva foucaultiana, poderia ser facilmente encarado como uma das práticas de controle disciplinar. Há avaliações diagnósticas para se detectar o que fazer, uma série de sanções positivas e negativas para se alcançar objetivos, e avaliações periódicas para se checar o status de evolução das intervenções. Seria perfeitamente uma técnica disciplinar, assim como as estudadas por Foucault, não fosse o fato de não produzir interioridade. Esse fato não se constituiu apenas em um detalhe. A interioridade, as formas identitárias ou de personalidade, têm por objetivo último culpabilizar o indivíduo por sua situação atual e, com isso, fazer com que a ação corretiva recaia sobre o indivíduo, com o intuito de modificar essas supostas causas interiores. Pode-se agir sobre as almas desviantes ou delinquentes uma vez estabelecidas suas características definidoras, de maneira preventiva, sem que se tenha de fato cometido qualquer delito. Mais uma vez, a ação recai sobre o indivíduo. Algumas das práticas higienistas exemplificam essas ações e essas não podem ser confundidas com empreendidas pelos behavioristas.

Aliás, nada mais contrário às proposições behavioristas do que tais práticas. Como foi visto, para o behaviorismo o homem não é um agente livre que se autodetermina, então, as causas de suas condutas devem ser buscadas em sua história de intercâmbio com o meio físico e social. Dessa forma, as mudanças comportamentais a serem planejadas devem agir sobre o ambiente e não sobre a pessoa. E, como as causas não devem ser procuradas no indivíduo, seja no plano mental ou orgânico, não há algo como uma psicopatologia a ser tratada (SKINNER, 1953/2005; 1974). O analista do comportamento, por isso, tem sempre que se colocar o questionamento ético sobre o comportamento a ser modificado: por que deve ser modificado? E a quem serve essa modificação? A concepção de uma patologia permite que essa reflexão não seja feita, pois se há algo de errado com o indivíduo, esse mal deve ser corrigido. É evidente que a não necessidade de se postular patologias não é garantia de que reflexões éticas sejam realizadas e Holland (1978) foi um dos primeiros a denunciar que as práticas de analistas do comportamento estavam contribuindo para a manutenção do *status quo*.

O fato é que Foucault não dirigiu suas críticas ao behaviorismo seja por não se aplicarem ou pela falta de expressão dessa escola de pensamento no contexto intelectual francês. Nem tampouco pode se aplicar as críticas dirigidas à psicologia e às demais ciências humanas ao behaviorismo, uma vez que, embora sua cientificidade possa ser questionada (QUIESA, 2006), definitivamente o behaviorismo skinneriano não é parte das ciências humanas tal qual Foucault (1966/2000) as descreveu.

Pode-se também ensaiar uma análise skinneria superficial da obra de Foucault. Não, evidentemente, de todo o comportamento que compõe sua obra, mas uma análise mais geral, que classificaria a obra do filósofo francês como uma literatura da liberdade, criticada por Skinner (1971/1976). A obra foucaultiana, sobretudo a partir da década de 1970, poderia ser elencada como uma literatura da liberdade na medida em que visa fornecer subsídios para a luta contra formas de dominação e o controle social das condutas. A crítica que Skinner remete a esse tipo de literatura se dá quanto às consequências de se conceber o poder (ou o controle) como algo eminentemente mal. Os teóricos da liberdade buscam a libertação das formas de controle social, mas como concebem o poder como o “mal”, não empreendem suas análises para além das tecnologias de controle aversivo. Além dessa deficiência na análise, acreditam ser possível existir uma sociedade sem controle, formada por homens livres e autônomos. Essa perspectiva, evidentemente, desconsidera a determinação ambiental (física e social) do comportamento, apelando para uma concepção de sujeito livre, autodeterminado.

Ora, uma leitura um pouco mais atenta da obra de Foucault pode facilmente por fim a esse engodo. Foucault, de fato, empreende uma crítica desnaturalizante às formas de controle social, sobretudo as que estão presentes desde a modernidade. Seu objetivo é o de não ser governado, mas de não o ser dessas formas específicas, as que se encontram presentes desde a modernidade (FOUCAULT, 1978/2000b). O filósofo francês não concebe como sendo possível uma sociedade livre de relações de poder e está distante de uma perspectiva que suponha um sujeito autodeterminado ou constituinte. Pelo contrário, sua filosofia adota uma postura antiessencialista que visa, justamente, a fornecer indícios da produção do sujeito pelas relações de saber/poder.

Contudo, afora as digressões apresentadas acima, há que se sumarizar algumas das convergências e divergências no pensamento dos autores estudados quanto às suas concepções de conhecimento (e de verdade) e à dimensão da determinação social da subjetividade e dos comportamentos em geral. Com relação à construção do conhecimento (ou do saber), ambos autores rejeitam as concepções racionalistas e empiristas, bem como as ontologias realista e idealista. O conhecimento não é uma relação entre um sujeito e um objeto preexistentes à própria relação. No behaviorismo radical, que compreende o conhecimento como comportamento, há mesmo um impedimento de se pensar além disso, a percepção e o discurso são condicionados – a primeira parcialmente e o segundo totalmente – pela comunidade verbal. São, portanto, em maior ou menor medida, contingentes às práticas sociais de determinada época. A percepção, o discurso, o conhecimento (a verdade), não são entendidos, portanto, como representações da realidade.

Na analítica Foucaultiana, sujeito e objeto também são totalmente determinados por práticas sociais, mas seu enfoque é diverso. Enquanto Skinner analisa o conhecimento partindo do indivíduo (ou organismo), Foucault se interessa por estudar apenas a formação e transformação das práticas discursivas e dos regimes de saber/poder de um ponto de vista histórico-social. A Foucault não interessa como foram realizadas as descobertas, os obstáculos e suas superações alcançadas pelos indivíduos. O horizonte de sua análise histórica (arqueológica ou genealógica) é tão somente o dos regimes de verdade, que delimitam em determinada época o que pode ser percebido e dito. Os regimes de verdade e os saberes também não conformam uma representação do mundo, mas ao contrário do afirmado no pensamento skinneriano, os critérios de verdade não são pragmáticos, mas arbitrários. É mister, aqui, fazer uma ressalva, a de que Foucault restringiu suas análises – e não realizou extrapolações para além de suas investigações – ao âmbito da medicina e das ciências humanas, o que traz dificuldades para se inferir sobre a pertinência dos critérios de verdade em outras ciências. Em todo o caso, o filósofo francês postula uma ontologia histórica, que não interroga sujeito e mundo desde uma perspectiva essencialista, mas historicamente contingente. As questões dessa ontologia não são mais sobre o que é o mundo ou o sujeito, mas “O que é que se passa nesse momento? O que é que nos acontece? Qual é este mundo, este momento preciso no qual vivemos?”. Ou, para dizer as coisas de outro modo: “Quem somos nós?” (FOUCAULT, 1984/2006f, p. 174).

Quanto à determinação da subjetividade, bem como das condutas humanas em geral, ambos os autores se posicionam contra a ideia de um sujeito autônomo, autodeterminado, tal como foi discutido nos capítulos anteriores. As determinações são ambientais, mas as análises foucaultianas limitaram-se às determinações sociais das condutas pelas relações de saber/poder, enquanto Skinner privilegia também o controle exercido pelo ambiente físico não social.

O comportamento ético nos dois pensadores como um autocontrole, cuja determinação deve ser encontrada nas práticas culturais. Contudo, para Skinner (1953/2005), o comportamento ético é definido apenas como comportar-se para o bem de outras pessoas, do grupo ou da sociedade, enquanto para Foucault (1984/1998), é entendido como uma prática da liberdade (posto que é o domínio e o cuidado de si) com vistas à uma estética da existência. A ética skinneriana prescreve o valor de sobrevivência da espécie como meta do planejamento cultural, enquanto a ética foucaultiana prescreve apenas que se invente novas formas de existência, não alinhadas ao controle institucionalizadas presentes na sociedade.

Cabe enfatizar, também, que a evolução das práticas culturais (práticas de controle, e aqui se inclui também os saberes ou o conhecimento) se dão, tanto para o behaviorismo radical, quanto para a filosofia foucaultiana, de maneira não teleológica. Isso fica claro nos estudos históricos realizados por Foucault, posto que o filósofo francês visa evidenciar as rupturas e descontinuidades entre as diferentes formas de produção de saber/poder. Igualmente, o modelo de seleção por consequências no nível cultural também não deixa espaço para qualquer tipo de direcionamento histórico, com a clara excessão do progresso cumulativo do saber científico, apresentado na seção anterior.

Por fim, é o momento de ensaiar uma resposta, ainda que breve, ao questionamento direcionado a Chomsky por Fons Elders sobre a maneira “mais ou menos behaviorista com que o senhor Foucault trabalha recentemente.” (FOUCAULT, 1974/2006a, p. 108). Parece claro diante do que foi apresentado que Foucault não procedia de forma behaviorista. Se Fons Elders foi capaz de estabelecer essa relação foi devido ao fato de as perspectivas, tanto foucaultianas quanto skinnerianas, não apelarem para explicações essencialistas que se valem da figura do homem como ser autônomo; bem como, da história, do desenvolvimento das culturas, como um desenrolar de uma teleologia. Se se pôde comparar essas duas formas díspares de pensamento foi na medida em que elas se constituem em formas de anti-humanismo.

REFERÊNCIAS

ABIB, José Antônio Damásio. Cenário de uma revolução psicológica. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. XVIII, Número Especial, p. 27-39, 2016.

_____. Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 14, n.1, p. 107-117, 2001a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722001000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de Dez. 2016.

_____. Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. In: Guilhardi, Hélio et al., (Orgs.). **Sobre Comportamento e Cognição**, v. 8, Santo André: ESETec, 2001b. p. 140-142.

_____. O contextualismo do comportamento verbal: a teoria skinneriana do significado e sua crítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.10, n. 3, p. 473–487, 1994.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ATTERTON, Peter. Power's blind struggle for existence: Foucault, genealogy and Darwinism. **History of the human sciences**, V. 7 N. 4, p.1-20, 1994.

CAILLAT, François. Foucault contre lui même. Paris Filmes, 2014.

CARRARA, Kester. **Behaviorismo radical**: crítica e metacrítica. Marília: UNESP; São Paulo: FAPESP, 2005. 438 p.

_____. **Uma ciência sobre “coisa” alguma** [recurso eletrônico]: relações funcionais, comportamento e cultura. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 187 p.

CATANIA, A. Charles. **Aprendizagem**: comportamento, linguagem e cognição. Tradução de Deisy das Graças de Souza et. al., Porto Alegre: Artmed, 1999. 470 p.

CHIESA, Mecca. **Behaviorismo Radical**: a Filosofia e a Ciência. Brasília: Editora Celeiro, 2006.

CRUZ, Bruno Lorenzatto Pereira da. **A filosofia anti-humanista de Michel Foucault**: questões sobre história e liberdade. 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Filosofia. Rio de Janeiro, 2012.

CRUZ, Robson Nascimento da; CILLO, Eduardo Neves Pedrosa de. Do mecanicismo ao selecionismo: uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 3, p. 375-385, set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Nov. 2013.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005. 143 p. (Trabalho original publicado em 1986).

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto-Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p.

DITTRICH, Alexandre. **Behaviorismo radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social**. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Filosofia. São Carlos, 2004.

_____. Introdução à filosofia moral skinneriana. In: Costa, Carlos E.; Luzia, Josiane C.; Sant'Anna, Heloísa H. N. (Orgs.). **Primeiros passos em análise do comportamento e cognição**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2003, p. 11-24.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. 244 p.

EWALD, François. Michel Foucault. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de. (Org.). **Michel Foucault: O dossier – últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984. pp. 71-73.

FLORES, Eileen Pfeiffer; BATISTA, Miguel Vieira; FAGG, Juliana; CAVALCANTI, Hugo Oliveira Figueiredo. B.F. Skinner e a modernidade: Notas a partir de uma comparação com M. Foucault. **Acta comport. [online]**, v. 20, n.2, p. 185-199, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Maladie mentale et personnalité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1954.

_____. **Doença mental e psicologia**. Tradução de Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975. (Trabalho original publicado em 1962).

_____. Genealogia e Poder. In: _____. **Microfísica do poder**. 3ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a. (Trabalho original publicado em 1976).

_____. Soberania e Disciplina. In: _____. **Microfísica do poder**. 3ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b. (Trabalho original publicado em 1976).

_____. Sobre a prisão. In: _____. **Microfísica do poder**. 3ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979c. (Trabalho original publicado em 1976).

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. 3ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979d. (Trabalho original publicado em 1971).

_____. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. 3ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979e. (Trabalho original publicado em 1977).

_____. Power, moral values, and the intellectual. **Jornal History of the Present**, v. 4, n. 1-2, p. 11-13, 1988. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150319131235>. Acesso em: 25 de ago de 2016. (Entrevista concedida a Michel Bess em 3 nov. 1980).

_____. Foucault répond à Sartre. In: La Quinzaine Littéraire, n. 46. In: _____. **Dits et écrits 1954-1969**. Paris Gallimard, 1994. (Trabalho original publicado em 1968).

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231-250. (Trabalho original publicado em 1982).

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p. 253-278. (Trabalho original publicado em 1983).

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996a. (Trabalho original publicado em 1970).

_____. O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: Pelbart, Peter Paul; Rolnik, Sueli. (Org.). **Cadernos de subjetividade** (número especial sobre Gilles Deleuze). São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos de Pós-Graduados da PUC/SP, 1996b. (Trabalho original publicado em 1977).

_____. **História da sexualidade (vol. 2): o uso dos prazeres**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. (Trabalho original publicado em 1984).

_____. **História da sexualidade (vol. 1): a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999. (Trabalho original publicado em 1976).

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Martins Fontes, 2000a. (Trabalho original publicado em 1966).

_____. **"O que é crítica? [Crítica e *Aufklärung*]"**, 2000b. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critica.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2015. (Trabalho original publicado em 1978).

_____. **A Verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2001. (Trabalho original publicado em 1974).

_____. Tecnologia política dos indivíduos. In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 5) - Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a, p.302-318. (Trabalho original publicado em 1984).

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 5) - Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b, p.265-288. (Trabalho original publicado em 1984).

_____. Polêmica, Política e Problematizações. In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 5)** - Ética, Sexualidade e Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004c, p.265-288. (Trabalho original publicado em 1984).

_____. Governamentalidade. In: _____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005a. (Trabalho original publicado em 1976).

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005a. (Trabalho original publicado em 1976)

_____. **História da Sexualidade (vol. 3)**: os cuidados de si. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2005b. (Trabalho original publicado em 1984).

_____. Da Natureza Humana: Justiça contra Poder. In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 1)** - A Problematização Do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Tradução de Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. (Trabalho original publicado em 1974).

_____. A psicologia de 1850 a 1950. In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 1)** - A Problematização Do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Tradução de Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. (Trabalho original publicado em 1957).

_____. Introdução (in Biswanger). In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 1)** - A Problematização Do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Tradução de Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. (Trabalho original publicado em 1954).

_____. Poder e Saber. _____. **Ditos & Escritos (vol. 4)** - Estratégia, poder - saber. 2.ed. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. (Trabalho original publicado em 1977).

_____. Da arqueologia à dinástica. In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 4)** - Estratégia, poder - saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e, p 48-60. (Trabalho original publicado em 1973).

_____. O Que São as Luzes? In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 2)** - Estratégia, poder - saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006f. (Trabalho original publicado em 1984).

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. (Trabalho original publicado em 1969).

_____. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Trabalho original publicado em 1978).

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 36. ed, 2009. (Trabalho original publicado em 1975).

_____. Não ao sexo Rei. In: Motta, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & Escritos (vol. 3) – Literatura e Pintura, Música e Cinema.** Tradução de Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Trabalho original publicado em 1977).

_____. **A Hermenêutica do Sujeito:** curso dado no Collège de France (1981 - 1982). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1982).

_____. **O nascimento da clínica.** Tradução de Roberto Machado. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2013. (Trabalho original publicado em 1963).

FOUCAULT, Michel., et al. **O homem e o discurso:** a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1971.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito.** EDUC-Editora da PUC-SP, 2011. 144 p.

GONGORA, Maura Alves Nunes. Noção de psicopatologia na análise do comportamento. In: Costa, Carlos E.; Luzia, Josiane C.; Sant'Anna, Heloísa H. N. (Orgs.). **Primeiros passos em Análise do Comportamento e Cognição (Vol. 2).** Santo André, SP: ESETEC Editores Associados, 2003, p. 93-109.

GOULD, Stephen Jay. **O polegar do panda.** São Paulo: Martins Fontes, 1989. 298 p.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade.** São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2000. 544 p.

HAN-PILE, Béatrice. The "Death of Man": Foucault and anti-humanism. In: O'Leary, T.; Falzon, C. (Orgs.). **Foucault and Philosophy.** Wiley-Blackwell: Oxford, 2010.

HESSEN, Joannes. **Teoria do conhecimento.** Tradução de João Vergílio Gallerani Cuter e revisão técnica de Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLLAND, James G. Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 11, n. 1, p. 163-174, 1978.

KOFFKA, Kurt. **Principles of gestalt psychology.** New York: Harcourt, Brace & Company, 1935.

KRAEMER, Celso. **Ética e liberdade em Michel Foucault:** uma leitura de Kant. 2008. 300 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

LONČAREVIĆ, Katarina. Foucault's genealogy as epistemology. **Belgrade Philosophical Annual 26**, Belgrade: University of Belgrade Presses, p. 65-81, 2013.

LOPES, Carlos Eduardo. O projeto de psicologia científica de Edward Tolman. **Sci. stud. [online]**, v.7, n.2, p. 237-250, 2009.

LOPES, Carlos Eduardo. Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2008.

LOPES, Carlos Eduardo; LAURENTI, Carolina; ABIB, José Antônio Damásio. **Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical**: mundo, homem e ética. Santo André, SP: Esetec, 2012.

LOPES, Carlos Eduardo; ABIB, José Antônio Damásio. O Behaviorismo Radical como filosofia da mente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, p. 85-94, 2003.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. págs.VII a XXIII.

_____. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **Foucault**: a ciência e o saber. 4ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, out.1995, p. 83-103.

MAGALHÃES, Beatriz L. A.; COSTA, A. M. O Flogisto na Gênese das Teorias de Lavoisier. **Química**, v. 53, p. 9-14, 1994.

MELO, Camila Munchon. **A concepção de Homem no Behaviorismo Radical e suas implicações para a Tecnologia do Comportamento**. 2008. 359f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia de São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A estrutura do comportamento**. Belo Horizonte: Interlivros, 1975. (Trabalho original publicado em 1942).

MIGUENS, Sofia. **Filosofia da Linguagem** - uma introdução. Porto: FL-UP, 2007. 291 p.

MOUTINHO, Luiz Damon Santos. Humanismo e anti-humanismo Foucault e as desventuras da dialética. **Nat. hum.[online]**, v.6, n.2, São Paulo, p. 171-234, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302004000200001. Acesso em: 12 de jan. 2015.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**: a natureza humana. 6.ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999. 224 p.

NICHOLS, Robert. **The world of freedom**: Heidegger, Foucault, and the politics of historical ontology. Stanford University Press, 2014. 258p.

NOTO, Carolina de Souza. **A ontologia do sujeito em Michel Foucault**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, 2009.

OGDEN Charles. Kay; RICHARDS Ivor Armstrong. **The Meaning of Meaning**. A study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1923.

O'DONOHUE, William; KYLE E. Ferguson. **The Psychology of B. F. Skinner**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc., 2001. 286 p.

PADEN, Roger. "Foucault's Anti-Humanism." **Human Studies**, v. 10, n. 1, pp. 123–141, 1987. Disponível em: www.jstor.org/stable/20008991. Acesso em: 31 de dez. 2016.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 156p.

RIBAS, Thiago Fortes. **Arqueologia, verdade e loucura: considerações sobre o pensamento de Foucault entre 1952-1962**. 2011. 114f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

ROCCA, Julia. **O conceito de símbolo em Sidman e Skinner - Uma análise epistemológica**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2012.

ROUANET, Paulo Sérgio. A gramática do homicídio. In: _____. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Comunicação 3. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1971, p. 91-138.

RORTY, Richard. Foucault and Epistemology. In David Couzens Hoy (ed). **Foucault: a critical reader**, p. 41–50. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

SÁ, Celso Pereira. Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.35, n. 2, p.136-145, 1983.

_____. **O behaviorismo radical de B.F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante**. 1985. Tese (Doutorado em Psicologia). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1985.

SANCHES, Raphael Rodrigues. **Delenda proibicionismo: apontamentos críticos ao paradigma de guerra às drogas**. 2010. 131f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis-SP, 2010.

SIMMEL, Georg. Como as formas sociais se mantém. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-58. (Trabalho original publicado em 1898).

SKINNER, Burrhus Frederic. Are theories of learning necessary? **Psychological Review**, v. 57, p. 193-216, 1950.

_____. Freedom and the control of men. **The American Scholar**, v. 25, n. 1, p. 47–65, 1955.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Verbal behavior**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.

_____. Reinforcement today. In: _____. **Cumulative record**. New York, NY: Appleton-Century-Crofts, 2.ed., 1961. (Trabalho original publicado em 1958).

_____. The role of the environment. In: _____. **Contingencies of reinforcement**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969a, p. 3-28. (Trabalho original publicado em 1963).

_____. Behaviorism at fifty. In: _____. **Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969b, p. 221-268. (Trabalho original publicado em 1963).

_____. An operant analysis of problem solving. **Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969b, p. 221-268.

_____. Prefácio da edição americana de 1969. In: _____. **Walden II: Uma sociedade do futuro**. Tradução de R. Moreno e N.R. Saraiva. São Paulo: EPU, 1972, p. 01-03. (Trabalho original publicado em 1969).

_____. **About behaviorism**. New York: Knopf, 1974.

_____. **Beyond freedom and dignity**. New York: Bantam/Vintage Books, 1976. (Trabalho original publicado em 1971).

_____. ¿Somos libres para tener futuro? In: _____. **Reflexiones sobre conductismo y sociedade**, 1981a. (Trabalho original publicado em 1973).

_____. Selection by consequences. **Science**, v. 213, 1981b, p. 501-504.

_____. **Recent issues in the analysis of behavior**. Columbus: Merrill Publishing Company, 1989.

_____. Can psychology be a science of mind? **American Psychologist**, v. 45, p. 1206-1210, 1990a.

_____. To Know the Future. **The Behavior Analyst**. v.13, p. 103-106, 1990b.

_____. **Cumulative Record**. Appleton: New York, p. 372-382, 1999. (Trabalho original publicado em 1945).

_____. **Science and human behavior**. Cambridge: The B.F. Skinner Foundation, 2005. (Trabalho original publicado em 1953).

WATSON, John B. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological Review**, n. 20, p. 158-177, 1913.

_____. **Psychology: From the Standpoint of a Behaviorist**. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1919.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Algumas notas sobre o conceito de poder em Skinner. **Psicologia Argumento**, v. 9, p. 29-39, 1989. Disponível em: <http://www.lidiaweber.com.br/Artigos/1989/1989AlgumasnotassobreoconceitodepoderemSkinner.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2015.

WEIZENMANN, Mateus. **Foucault**: sujeito, poder e saber. Pelotas: NEPFil online, 2013.

ZILIO, Diego. **A natureza comportamental da mente**: behaviorismo radical e filosofia da mente [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>